

Eduardo Henrique Coutinho Berendonk

**Gozo logo existo, em busca do pensamento
Um estudo psicanalítico sobre as drogadicções**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Ana Maria Rudge

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2005**



Eduardo Henrique C. Berendonk

**Gozo logo existo, em busca do pensamento:
um estudo psicanalítico sobre
as drogadicções**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª. Ana Maria Rudge
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Marcus André Vieira

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Octavio Almeida de Souza

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Marco Antonio Coutinho Jorge

Instituto de Ciência e Tecnologia - FAMATH

Profª. Maria Teresa de Melo Carvalho

Departamento de Psicologia - UFMG

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2005.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Eduardo Henrique Coutinho Berendonk

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2000.

Ficha catalográfica

Berendonk, Eduardo Henrique Coutinho

Gozo logo existo, em busca do pensamento: um estudo psicanalítico sobre as drogadicções / Eduardo Henrique Coutinho Berendonk ; orientadora: Ana Maria Rudge. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2005.

139 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas

1. Psicologia – Teses. 2. Droga. 3. Drogadicção. 4. Gozo. 5. Alienação. 6. Separação. 7. Passagem ao ato. 8. Acting-out. I. Rudge, Ana Maria. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

À Mariana,
a mulher da minha vida.

À memória de Marina, com saudades.

A meus pais, Lucia Helena e Carlos Eduardo.

Agradecimentos

À Mariana, por tudo, e mais um pouco.

A meus pais, pelo amor, carinho e apoio constantes.

À Ana Maria Rudge, minha orientadora, pelo estímulo e valiosa interlocução.

Aos professores da PUC, que deram contribuições fundamentais para este trabalho.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa, pela troca sincera.

A todos os amigos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos professores que participaram da comissão examinadora.

A Eduardo A. Vidal, pela transmissão do desejo.

A meus pacientes, que muito me ensinam.

Resumo

Berendonk, Eduardo Henrique Coutinho; Rudge, Ana Maria. **Gozo logo existo, em busca do pensamento: um estudo psicanalítico sobre as drogadicções.** Rio de Janeiro, 2005. 139p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo investiga o tema das drogadicções a partir de um referencial psicanalítico. A droga é vista como um meio de intensa satisfação pulsional, que pode levar, pela drogadicção, a um certo isolamento e alheamento das determinações subjetivas. O autor parte de algumas proposições freudianas sobre a droga e as drogadicções para investigar as operações de constituição do sujeito em Lacan. Verifica, a partir daí, a importância da relação com a alteridade no processo contínuo de sustentação da atividade representativa inconsciente. Para o tratamento, propõe que o analista forneça uma atenção especial aos atos – passagem ao ato e *acting-out* – que surgem desde as entrevistas preliminares. Indica a presença, nestes casos, de uma operação de exclusão da atividade representativa, que poderá ser inicialmente retomada pela via dos atos que, por sua vez, podem servir para resgatar a função do sujeito do inconsciente. Inclui um caso clínico, onde se fez uso das concepções teóricas desenvolvidas.

Palavras-chave

Droga, drogadicção; gozo; alienação; separação; passagem ao ato; acting-out.

Abstract

Berendonk, Eduardo Henrique Coutinho; Rudge, Ana Maria. **I enjoy therefore I exist, seeking for the thought: a psychoanalytical study on drug addictions**. Rio de Janeiro, 2005. 139p. Doctorate Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study investigates the theme of drug addiction from a psychoanalytic referential. The drug is seen as a way of intense drive satisfaction, which may lead, through drug addiction, to a certain alienation and isolation from subjective determinations. Starting with some Freudian principles about the drug and the drug addictions, the author sets out to investigate the operations of subject constitution in Lacan. It is therefore ascertained the importance of the relation with the Other in the continuous process of sustaining the representative activity of the unconscious. For the treatment, it is proposed that the analyst pays particular attention to the acts – *passage à l'acte* and acting-out – which become evident from the preliminary interviews. It is indicated the existence of an operation of exclusion of the representative activity. This representative activity may be initially resumed via the acts, which, in turn, may serve to recapture the function of the unconscious subject. A clinical case is included, in which the use of theoretical concepts developed is made.

Keywords

Drug ; drug addiction ; enjoyment; alienation; separation; *passage à l'acte*; acting-out.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I - Freud, as drogas e as adicções	25
I.1 A droga como solução para o Mal-Estar	25
I.2 Outras considerações sobre a droga em Freud	30
I.3 Drogadicção e oralidade	43
Capítulo II - Lacan e a constituição do sujeito	47
II.1 Alienação em Lacan	47
II.1.1 Os primórdios: a alienação imaginária	48
II.1.2 A alienação simbólica e a separação	50
II.1.3 A operação de alienação nos Seminários XIV e XV	57
Capítulo III - A <i>a-lien</i> -ação na drogadoicção: em busca do pensamento	65
III.1 Apartar-se do Outro: uma forma de separação	68
III.2 Droga e suicídio	70
III.3 Passagem ao ato e <i>acting-out</i>	72
III.3.1 A passagem ao ato como instituição subjetiva	76
III.4 A alienação como resultado do apartar-se do Outro	78
III.4.1 Transferência = Alienação + Verdade	79
III.4.2 Um objeto 'a' inanimado	81
III.5 A operação verdade	87
III.5.1 O manejo do <i>acting-out</i>	92
III.6 O caso Pedro	94
Capítulo IV - O Outro da verdade e o Outro do gozo	105
IV.1 A paixão pela droga	105
IV.2 O supereu e o ideal do eu	107
IV.3 A Alienação em Aulagnier	110
IV.4 Questões diagnósticas	114

IV.4.1 O fenômeno da drogadicção em suas relações com a perversão	114
IV.4.1.1 As patologias do ato e a perversão	115
IV.4.1.2 A perversão e o sujeito diante da droga	116
IV.4.2 As relações com o Outro nas drogadicções	121
IV.4.2.1 Drogadicção, fobia e perversão	122
Considerações finais	126
Referências Bibliográficas	131

Introdução

Este trabalho é o resultado de um intenso interesse por um tema que venho desenvolvendo há vários anos: as questões relativas ao tratamento psicológico do que se conhece como drogadicção e sua compreensão teórica. Deste interesse resultaram alguns anos de trabalho em clínicas especializadas e, mais tarde, uma maior aproximação do mesmo tema pela via da psicanálise. Dividirei, então, com vocês, nestas próximas páginas, meus avanços a partir desta pesquisa desenvolvida ao longo destes anos, com a esperança de poder acrescentar, ainda que modestamente, alguma novidade ao estado atual da discussão.

Além da motivação pessoal, penso ser relevante um aprofundamento desta questão porque ela vem ocupando um lugar de destaque em diversos âmbitos: na economia global, na sociedade, na produção teórica e na clínica. Sinto-me desafiado a pensar a dinâmica destes processos ligados à droga visando explorar melhor o tema, circunscrevendo-o a partir do referencial psicanalítico, concebendo modos possíveis de compreensão de tais fenômenos, assim como apresentar propostas relativas às possibilidades de seu tratamento psicanalítico.

A questão das drogas nunca mereceu tanto destaque como tem hoje em diversos campos do saber. As contribuições do campo médico a respeito do tema, embora avancem continuamente, não são capazes de estabelecer de forma definitiva, plena ou inequívoca, nem a etiologia nem a dinâmica dos processos de habituação e de desabituação às drogas.

A psiquiatria sustenta um discurso que postula a existência de uma síndrome de dependência química, uma doença que leva o indivíduo a buscar a intoxicação crônica, a despeito de considerações racionais sobre as conseqüências nocivas deste ato para si mesmo e para outros¹.

No campo do direito, o tema tem sido alvo de muitas discussões a respeito das leis que devem orientar o controle sobre a circulação de drogas lícitas e ilícitas na sociedade. Atualmente, estão em prática, nos diferentes países, diversas formas de se buscar responder aos problemas que a presença irredutível das drogas traz. Tais respostas correspondem a diferentes políticas, que vão desde as mais liberais, como no caso da Holanda, àquelas mais repressoras, como as praticadas nos Estados Unidos, por exemplo. Segundo Walter Maierovitch, a política norte-

americana de Guerra às Drogas e de Tolerância Zero mostrou como um de seus efeitos inesperados *o aumento da demanda por drogas ilícitas*. Esta política repressiva, em ação desde o governo Nixon, não conseguiu conter a escalada das drogas neste país. Ao contrário, os norte-americanos são hoje campeões mundiais de consumo, o que, para Maierovitch, “demonstra a falência de uma política que não consegue desestimular o uso” (2004).

O Brasil vem buscando adequar o conjunto de suas leis relativas à circulação das substâncias psicoativas a uma conjuntura que já não se pode mais dizer que seja recente, a saber, o aumento significativo do custo social envolvido. Soma-se a isto o fato de algumas cidades do país terem se tornado vastos corredores de passagem de droga, o que acaba determinando localmente um significativo aumento na oferta.

Além disso, atualmente, no Brasil, o campo jurídico vem se deparando também com questões relativas à forma de punição para os usuários de drogas ilícitas. Surgem então problemas decorrentes da sobreposição desses dois campos, o médico e o jurídico. Um deles seria, por exemplo, saber a partir de que modalidade de argumentação racional poderíamos responsabilizar um indivíduo por um ato de tal ordem, uma vez que este ato pode ser, com base no próprio discurso da medicina, tido como determinado pela própria condição de afetado por uma doença.

Além dos saberes médico e jurídico há uma terceira via de abordagem que é a da investigação psicológica das determinações individuais e coletivas que podemos reconhecer como associadas – determinantes e determinadas – a tal tipo de conduta.

As considerações psicológicas a este respeito também não fogem à forma geral encontrada em outros campos: permanecem impasses, questões sem resposta e as várias tentativas de se pensar o problema. Tal variabilidade neste campo não surge apenas a partir da consideração particular de diferentes casos e de suas idiossincrasias, mas, sobretudo, em função de diferentes referenciais teóricos.

Há duas principais vertentes dentro da psicologia que se propõem a pensar a questão. A primeira delas se apóia no modelo médico que postula a categoria nosográfica de síndrome de dependência química como organizadora de sua ação e orienta-se por uma abordagem bio-psico-social onde a teoria cognitivo-comportamental é privilegiada. Traduz-se, na prática, pela oferta de tratamentos

cujos focos são a abstinência de toda e qualquer substância química psicoativa e a mudança do estilo de vida objetivando a manutenção desta abstinência, sem que se questione, no entanto, sobre a dinâmica psíquica aí envolvida.

Grande parte dos tratamentos orientados segundo estes pressupostos foram também influenciados pela experiência acumulada dos grupos de mútua ajuda, como os Alcoólicos Anônimos e os Narcóticos Anônimos e ficaram conhecidos como “Modelo Minnesota”. No Brasil há também um número significativo de clínicas de tratamento de dependência química que incorporam em suas diretrizes básicas noções oriundas de modelos religiosos.

O segundo dos campos teóricos, dentro da psicologia, que busca abordar a questão dos problemas decorrentes do uso de drogas é o psicanalítico, e será a partir deste referencial que explorarei o tema. Deter-me-ei, mais particularmente, sobre a relação de dependência que pode vir a se estabelecer entre um indivíduo e as drogas de sua escolha, bem como as possibilidades de tratamento pela via da psicanálise. O instrumental teórico psicanalítico, em particular aquele que nos é fornecido pela obra de Sigmund Freud e pelas contribuições de Jacques Lacan, me parece apto para abordar esta forma de relação com a droga, ainda resgatando o lugar do sujeito que outras contribuições desconsideram.

Um ponto que me despertou particular interesse, contribuindo fortemente para a motivação que levou à realização deste trabalho, foi o fato de ter me deparado, na clínica, com muitos pacientes drogadictos que diziam não encontrar, dentre as modalidades de tratamento atualmente tidas como as mais eficazes – o tratamento em grupos seja nas clínicas especializadas ou nos grupos de mútua-ajuda –, meios para a expressão de conflitos singulares que envolvem uma relação adictiva com objetos, seja a própria droga ou outros. Assim, o discurso de muitos pacientes que passam ou já passaram por outros tipos de tratamento, revela muitas vezes uma insatisfação a respeito da falta de uma escuta atenta para os determinantes particulares de sua forma de ser. Mesmo depois de alcançada a abstinência das drogas, permanecem estreitamente ligados a um tipo de relação com os objetos onde a dinâmica antes obtida com as drogas se atualiza. Alguns se referem ainda à criação de uma dependência com relação ao próprio grupo. A substituição de objetos de adicção pode indicar, neste caso, que algo na estrutura do próprio sujeito permaneceu intocado ao longo do tratamento. De qualquer modo, a mudança para uma forma de atualização da relação adictiva com outros

objetos menos nocivos do que a droga é algo que já poderia ser considerado um ganho terapêutico significativo. Entretanto, em muitos casos, esse desfecho não é tido pelo próprio paciente como suficiente. O deslocamento do objeto de adicção, de uma ou mais drogas para o próprio tratamento ou para uma propensão a relações apaixonadas, por exemplo, aparece, para alguns indivíduos, como um resto a ser trabalhado, uma queixa que chega a motivar algumas demandas de análise.

É preciso lembrar que a psicanálise permaneceu, por alguns anos, afastada das considerações sobre este campo da experiência. Uma das principais razões para tanto é que este tipo de patologia está fortemente determinado pelo componente bioquímico de ação psicotrópica que, em si, pode ser capaz de determinar a instauração de uma relação de busca incessante da repetição de mais uma dose mesmo em animais submetidos a pesquisas experimentais. Assim, com a droga, adentra-se num campo da experiência que, por estar fortemente ancorado em processos que atuam diretamente no organismo de forma drástica, acaba por eliminar, em algumas formas de abordagem, considerações sobre a singularidade de cada indivíduo. É como se, frente ao peso da ação bioquímica, as questões particulares, de ordem psicológica, fossem menos relevantes, chegando a serem tomadas como desprezíveis.

Outra possível razão pela qual a psicanálise se absteve, de certa forma, durante algum tempo, de pesquisas mais detidas sobre o tema das adicções é histórica. Freud considerava, segundo uma pesquisa feita por Roazen (1999) realizada junto a ex-analisandos seus, que as drogadicções se constituíam como um problema particularmente difícil de resolver, mas que, por outro lado, deveriam ser compreendidas e tratadas como uma patologia. Segundo Roazen, Freud geralmente recusava tais pedidos de tratamento, até mesmo para pacientes alcoolistas. Entretanto, ele abria algumas exceções quando se tratava de alguém que ele admirava, como foi o caso de Ruth Brunswick, que era dependente de drogas. Segundo Roazen, a análise de Ruth contrastava por completo com os ensaios freudianos a respeito da técnica, a ponto de Freud chegar a abrir uma exceção quanto ao fato de tomar em análise simultaneamente Mark e Ruth, marido e mulher. O resultado da análise de Ruth não fora dos melhores. No final da vida ela ainda sofria de “uma grande dependência”(Roazen, 1999, p.76) e seu marido acreditava que a contratransferência de Freud pode ter tido um importante

papel neste sentido. Segundo Mark, “Freud gostava demais de Ruth para poder analisá-la”(Ibid, p.77). A relação de Ruth com Freud, por sua vez, também marcada por uma profunda admiração por parte dela, era de tal sorte que Mark considerou que “ela estava gostando de ser dependente dele” (Ibid, p.77).

Este é um caso exemplar, já que aponta para algumas das dificuldades que são encontradas para a entrada e a manutenção do discurso psicanalítico no atendimento aos drogadictos. A possibilidade da dependência se deslocar para a própria relação analítica é algo que, dependendo do manejo clínico que sobre isso possa se realizar, já pode ser considerada como uma significativa abertura para a análise. Mas há também dificuldades que se apresentam como verdadeiros impasses para a clínica psicanalítica. Refiro-me, principalmente, às questões relativas à própria instauração da transferência. A fuga da análise, preterida pela escolha unívoca de uma relação passional, é também algo relativamente comum nestes casos, constituindo-se como um outro problema a ser eventualmente encarado.

Além disto, há o fato de que o próprio tratamento mobilizará angústias que devem ser elaboradas simbolicamente. Em muitos casos, entretanto, o sujeito, já conhecedor de meios eficazes para aliviá-la de forma rápida e certa, pode preferir o retorno à droga ao invés de um demorado trabalho com os significantes sob transferência.

É, assim, um fato clínico inequívoco que muitos destes pacientes apresentam peculiaridades em sua dinâmica transferencial, isto é, na dinâmica inconsciente de sua relação com o analista. A observação clínica indica que, na transferência, as possibilidades extremas são reforçadas. Por um lado, há muitos pacientes que se apresentam, a princípio, incapazes de transferir para o analista as representações inconscientes que possibilitariam a análise. Por outro lado, o estabelecimento da transferência, quando ocorre, toma frequentemente uma forma selvagem que a análise precisará, portanto, regular. É importante ter uma especial atenção a esta questão, pois ela se constitui como um ponto crucial para o prosseguimento do tratamento. Um inadequado manejo da transferência levará ao abandono prematuro da análise, algo que já ocorre com grande frequência nestes casos, também em função de fatores que independem, de certa forma, do manejo. Ainda assim, uma maior atenção dedicada a este aspecto do manejo clínico para a instauração e manutenção da possibilidade de transferência ajudará a determinar o

sucesso de um tratamento, localizando, por exemplo, o momento a partir do qual um longo período de entrevistas preliminares pode dar lugar à análise propriamente dita.

Outro dos pontos fundamentais para a discussão sobre as drogadicções, passa pela questão do diagnóstico psicanalítico aplicado a tais casos. Será que se pode, meramente a partir do estabelecimento de uma dependência a uma ou mais drogas, uma conduta, portanto, delimitar algum tipo de pertinência a uma tipologia psicanalítica?

Esta questão aponta para a necessidade de uma discussão sobre a própria função diagnóstica em psicanálise, pois,

o diagnóstico não é a representação de uma categoria natural, fundado na descrição de eventos naturais, ele é uma nomeação que faz existir realidades comportando efeitos subjetivos incontornáveis.

(Vieira, 2001, p.174)

A descrição de um fenômeno, seja ele qual for, altera a própria configuração do real em questão sob a ação de uma classificação. Diagnosticar é algo que sempre funciona, em algum nível, como uma nomeação imaginária, a saber, a função de um nome que fixa e circunscreve um objeto de estudo. É preciso ter atenção, pois esta forma de apreensão costuma nos cegar para aquilo que de diferente poderia surgir, para além do que a nomeação estabelece.

Segundo Freud, a realização de uma descrição inicial dos fenômenos, visando posteriormente reuni-los, ordená-los e inseri-los em relações, é uma ação que se faz a partir de certas “idéias abstratas” que colhemos da experiência atual, mas também de um campo que lhe é exterior (Cf. Freud, 1915, p.113). Entendo que tal campo se refere à noção de estrutura. Chamo de estrutura a reunião, ordenação e construção de relações entre os elementos colhidos pela descrição dos fenômenos. Fenômeno será a denominação que utilizarei para qualificar a emergência de manifestações que, no entanto, só podem ser apreendidas tendo em vista a própria estrutura, uma vez que não concebemos fenômeno natural no humano, isto é, não há acesso ao mundo fora da realidade psíquica.

Assim, Freud concebe seu método de investigação segundo uma espécie de circularidade entre fenômeno e estrutura, termos que se definem a partir de uma clara relação de interdependência.

Lacan parece deslocar-se, de certa forma, desta circularidade através do recurso a um terceiro pólo. Este terceiro pólo surge quando este enfatiza que Freud busca circunscrever questões orientadas a partir do pano de fundo do nascimento de um novo discurso. Esse discurso é inaugural num campo que trata do advento do que é da ordem do humano em sua inserção na linguagem e sob o referente último da morte. Ou seja, Lacan lê em Freud, principalmente nos mitos que figuram como base para sua metapsicologia, esta instância terceira que chamou de Real em referência ao originário, ao inefável e aos limites do campo psicanalítico e das possibilidades de satisfação para o ser falante. Esta referência terceira diz respeito também ao modo singular de lidar com o mais primitivo desta estrutura, o modo de lidar com o que Freud nomeou a Coisa (*das Ding*).

Para Vieira (2001), o diagnóstico em psicanálise deve, portanto, ser capaz de isolar o ponto a partir do qual a estrutura abre-se para este terceiro pólo que chamou de Real. Assim, fenômeno (I), estrutura (S) e singularidade absoluta (R) se encadeiam de forma a que o sujeito responda a esta tripla nomeação, que só pode surgir a partir do trabalho sob transferência, *comme il faut*, isto é, de forma a não garantir certeza alguma ao psicanalista, escapando de toda possível descrição e totalização da compreensão. Isto acontece através de uma mudança de posição de ambos – paciente e analista – dando consistência de ato a este diagnóstico que assim se sustenta numa função homóloga à da interpretação.

Sabe-se que existem grandes diferenças entre a função diagnóstica na psiquiatria e na psicanálise. Uma das diferenças fundamentais é que, na psiquiatria atribui-se grande valor aos sinais e sintomas na construção do diagnóstico e, na psicanálise opera-se sobretudo a partir do que podemos chamar de referências diagnósticas estruturais.

Na medida mesmo em que a formação do sintoma é tributária da palavra e da linguagem, o diagnóstico não pode deixar de se ver aí concernido. As referências diagnósticas estruturais advêm, então, num só registro. Não constituem, todavia, elementos confiáveis nesta avaliação diagnóstica, senão à condição de se os poder desligar da identificação dos sintomas. A identidade de um sintoma nunca é, senão, um artefato a ser colocado por conta dos efeitos do inconsciente. A investigação diagnóstica precisa, então, se prolongar aquém do sintoma, isto é, num espaço intersubjetivo, aquele que Freud definia como comunicação de inconsciente a inconsciente, com sua célebre metáfora telefônica. (Dor, 1991, p.21)

É na articulação da fala dirigida ao analista, no campo transferencial, que se manifestam estas referências diagnósticas estruturais. Estas últimas não são senão indícios que balizam o funcionamento da estrutura subjetiva. Por sua vez, “a especificidade da estrutura de um sujeito se caracteriza por um perfil predeterminado da economia de seu desejo, que é governada por uma trajetória estereotipada” (Ibid, p.21-22). Assim, é enquanto trajetória estereotipada que devemos tomar o termo estrutura clínica, mas sempre atentos ao fato de que não há só dois pólos – estrutura e fenômeno – neste interjogo, mas sim três: real, simbólico e imaginário, o que confere um dinamismo irreduzível àquilo que o termo estrutura clínica poderia dar a entender em termos de inércia e de repetição do mesmo.

Assim, um dos pontos de discussão, dentro do campo da psicanálise, é aquele que trata da existência ou não de uma relativa identidade do funcionamento psíquico dos indivíduos afetados pelas condutas de dependência em sua organização psicodinâmica, isto é, se a drogadição se localizaria, ou não, numa estrutura clínica específica, bem definida.

Vejamos então algo sobre a formalização das duas diferentes estruturas. Lacan no *Seminário III*, As psicoses (1955-56, p.151-181), distingue, a partir de Freud², dois operadores de defesa, que se põem em guarda diante de uma representação tida como inconciliável (a castração), articulando-os às duas estruturas clínicas aqui consideradas: neurose e psicose.

A forma de defesa na estrutura (clínica) neurótica define-se pela ação principal do mecanismo psíquico chamado recalque (*Verdrängung*). Esta categoria compreende as neuroses histéricas e obsessivas. O recalque consiste num mecanismo eminentemente simbólico de afastamento e retorno, de representações (de ordem sexual) que o sujeito procura manter afastado da consciência uma vez que se tornaram desprazerosas, porque conflitivas com outros motivos. Estas representações são tornadas inconscientes porque podem, em razão do conflito, constituir-se como um perigo para o eu.

Na psicose, o mecanismo de defesa diante do conflito é isolado como sendo o da *Verwerfung*, cuja tradução por Lacan proposta em língua francesa – *forclusion* – substitui a antiga denominação de rejeição. A forclusão, que incide sobre o significante que viria a metaforizar o enigma que constitui para a criança o desejo da mãe, é uma defesa onde este significante, chamado por Lacan como

Nome-do-Pai, tendo sido abolido da ordem simbólica (do eu e do inconsciente), retorna no real, de modo alucinatório, por exemplo³. O retorno do que foi *forcluído* do simbólico, surge do real, de forma diferente, portanto, do retorno da operação simbólica do recalque, que é igualmente situado no registro simbólico.

Há, ainda, um terceiro operador fundamental de negação, chamado em português de recusa. Esta é a tradução habitualmente adotada para o termo alemão *Verleugnung*, que designa, para Freud, a operação de recusar o reconhecimento da castração, da percepção daquilo que, da realidade exterior, remete à ausência de pênis na mulher. Este mecanismo psíquico, em geral, é ligado à dita estrutura perversa. Entretanto, grande parte dos autores atuais não considera que a simples presença da *Verleugnung* deva ser tomada como sinal patognomônico de perversão, o que também vale, mas em menor grau, para a *Verdrängung* e a *Verwerfung*. Desta forma, a própria consideração da perversão como categoria estrutural precisa e clinicamente distinta, torna-se problemática. Há, assim, autores⁴ que não concordam em isolar a perversão como uma estrutura clínica bem definida, como seriam a neurose e a psicose⁵.

Desta forma, além das duas estruturas clínicas mencionadas e da consideração de traços de perversão que podem se fazer presentes como modalidades auxiliares de defesa na neurose e na psicose, há também, na classificação freudiana, espaço para a consideração das chamadas neuroses atuais.

As neuroses atuais se opõem às neuroses de transferência (as neuroses propriamente ditas), pois, ao contrário destas, aquelas não se originam primordialmente de um conflito infantil, não possuindo, assim, significação que seja passível de elucidação pela investigação psicanalítica. Constituem-se a partir de uma ausência ou de uma inadequação da satisfação sexual obtida pelo sujeito no presente. Algumas das características das neuroses atuais podem ser vistas, de certo modo, como co-extensivas às drogadicções. Entretanto, como demonstrarei, estas últimas apresentam certa peculiaridade – uma atualização de elementos originários da estrutura do sujeito – que, após um olhar mais atento, pode distingui-las das neuroses atuais.

A dificuldade com esta questão diagnóstica não deve ser minimizada. Ela está na origem de impasses que aparecem tanto no nível singular, na clínica, quanto num nível mais geral, o da teoria e de seus efeitos no real. Isto acontece, pois a escolha de um recorte simbólico em todo e qualquer caso influencia o que

do real se manifestará. O que, por sua vez, agenciará, também, os discursos correntes a este respeito.

Esta é uma das razões pelas quais penso ser importante questionar uma comum associação feita entre dependência às drogas e a dita ‘estrutura perversa’, em particular. Assim, me pergunto, por exemplo, se tanto tempo depois da transformação impressa por Freud ao entendimento do termo perversão, ao importá-lo para o novo campo da psicanálise, ainda colocamos neste espectro, seguindo a concepção da perversão da psiquiatria oitocentista, aquelas situações que desafiam tanto a norma cultural vigente quanto nossa *práxis*. A própria concepção de uma “estrutura perversa” parece servir, muitas vezes, para alocar aquilo que não se enquadra na norma cultural vigente, o que vejo como uma concepção moralista que dificilmente consegue esconder seus preconceitos e sua verdadeira intenção normatizadora de algumas condutas.

Por outro lado, há que se investigar melhor as razões que podem ter levado tais autores a adotarem o diagnóstico de perversão como resposta a este enigma, sem descartá-lo, precipitadamente, por completo, procurando retificá-lo, se necessário, e retirar daí algum saber que não sirva somente para obnubilar o campo com respostas que não se adequam bem à direção do tratamento.

Assim, quanto à pertinência de se utilizar a categoria da perversão para localizar as drogadicções, a discussão pode ser longa e será retomada mais adiante, neste trabalho. A recusa da castração, com conseqüente cisão (*Spaltung*) do eu, a transgressão e o desafio à Lei, são mecanismos passíveis de serem encontrados na clínica com relativa frequência. Estes mecanismos podem ser reconhecidos em variadas formas de apresentação clínica. Isto, como já disse, é algo que problematiza a própria concepção de uma estrutura perversa.

Quanto à psicose, sabe-se que esta é uma forma de rompimento com a função fálica. De acordo com a afirmação de Lacan, em 1975, de que o sucesso das drogas deve-se ao fato de permitirem um rompimento de mesma ordem⁶, surge a necessidade de se pensar a relação entre estas duas operações. Na psicose, este rompimento é decorrente da forclusão do significante que viria a metaforizar o desejo da mãe e inscrever, no inconsciente, a função da causa de desejo para o sujeito. Será que todos os casos de rompimento com a ordem fálica pressupõem a forclusão do Nome-do-Pai?

Considerar que o rompimento com a função fálica só seria possível numa estrutura psicótica, mesmo quando esse rompimento fosse proporcionado pela droga, implicaria, a princípio, que todos os drogadictos deveriam ser concebidos como inscritos nesta estrutura clínica. A droga atualizaria, agindo como um catalisador, uma potencialidade primária para romper com a ordem fálica. Mas, isto não é congruente com dados clínicos oriundos do tratamento de drogadictos. Em seu transcurso, encontra-se, em grande parte dos casos, a plena inserção do analisando numa dinâmica inscrita na ordem fálica.

Assim, precisamos considerar a possibilidade teórica de se pensar um rompimento parcial e temporário com a ordem fálica, que não implique necessariamente em uma estrutura psicótica.

Por outro lado, deve-se considerar a dificuldade para o estabelecimento da transferência e da associação livre no tratamento, algo que é particularmente presente nos casos onde a droga ainda ocupa um lugar central na economia psíquica do sujeito. Este efeito, em geral, pode perdurar por algum tempo, mesmo após uma interrupção do uso. Isto faz com que se possa questionar a possibilidade de abordagem destas manifestações somente utilizando o referencial teórico da neurose, mesmo nos casos que se revelarão, no decorrer do tratamento, como pertinentes a esta estrutura clínica.

Assim, restaria a consideração das drogadicções como neuroses atuais, o que poderia figurar como uma boa resposta para a classificação de tais casos. Haveria um componente atual (a substância), ligado à determinação deste fenômeno, que sobrepujaria qualquer tipo de consideração etiológica a respeito desta afecção que passasse pelas determinações de uma dada história infantil pregressa. O problema da adoção desta solução de modo exclusivo passa, a meu ver, pelo fato de que correríamos, assim, o risco de perder novamente a consideração pelo sujeito envolvido nesta dinâmica. Elevando a droga à categoria de um puro e simples substituto atual para o sexo, e apelando para um paralelo com a satisfação auto-erótica masturbatória, poderíamos pensar a drogadição como uma forma de neurastenia. Entretanto, já em Freud, a idéia de uma neurose atual pura cai em desuso, já que, muito freqüentemente, os sintomas somáticos característicos das neuroses atuais encontram-se ao lado de sintomas neuróticos passíveis de elucidação simbólica. Além disso, descobriu-se que, seja qual for o peso que se dê aos fatores atuais para a eclosão de uma determinada patologia,

sempre encontraremos na apresentação clínica de um determinado caso idiosincrasias geradas pela expressão simbólica particular de conflitos mais antigos da estrutura clínica original. Entretanto, é imprescindível atentar para a categoria de neurose atual para não deixar de ter em consideração que as pessoas em fase de drogadicção ativa apresentarão sintomas que se devem à influência orgânica da droga escolhida por elas.

Há uma tendência, na discussão atual sobre este tema, a conceber as diferentes formas de adicção como montagens sobre a estrutura, isto é, como alterações na dinâmica psíquica de um dado sujeito que não eliminam a organização psíquica anterior, mas que a elidem sob uma nova configuração, que em muitos aspectos se apresenta plena de traços de perversão e também pode se assemelhar a uma psicose, mesmo que a estrutura original seja neurótica. Além disso, podendo ser reconhecida também nas psicoses, a drogadicção deve ser tratada como um fenômeno trans-estrutural, cuja etiologia é de difícil circunscrição, uma vez que o componente atual – a droga – tem grande importância. Para Zafiropoulos, a fenomenologia da experiência de consumo de drogas leva a uma pluralidade de posições subjetivas, o que nos leva à conclusão de que “o toxicômano não existe” (Zafiropoulos, 1988).

Outros autores, como Santiago, consideram que a droga pode ser tomada como um substituto artificial às formas usuais do sintoma, isto é, como o agenciamento de uma forma de contra-sintoma, algo que, na neurose, vai contra a formação simbólica de compromisso (Santiago, 2001).

Outra referência fundamental para se abordar a drogadicção é a noção de gozo. Para Miller, a droga aparece como um objeto que concerne menos ao sujeito da palavra do que ao sujeito de um gozo que não passa pelo Outro. O termo gozo está ligado ao que se situa mais além do princípio do prazer, a um excesso que a função fálica não pôde regular e a uma exacerbação da satisfação que assim flui no sentido da pulsão de morte.

Sob este termo, gozo, quando usado indistintamente, isto é, independente das modalidades que o adjetivam⁷, concebe-se um modo de funcionamento do psiquismo que mostra que a repetição ainda opera além do prazer e aquém da palavra. A este respeito sabe-se que Lacan estabelece uma distinção clara entre duas formas de repetição: *tyché* e *automaton*, ambas categorias tomadas da pesquisa aristotélica a respeito do tema da causa. Lacan traduz o termo *tyché*

como encontro com o real, situando-o para além da outra forma de repetição que seria marcada pelo retorno e pela insistência dos significantes que nos comandam a partir do princípio do prazer (Lacan, (1964) 1973, p.56). Diante das drogadicções estamos situados dentro no campo da repetição real, a qual Lacan chamou de *tyché*.

Outro problema deste campo versa sobre o estatuto daquilo que deve ser considerado como droga, isto é, a definição precisa deste elemento de adicção. Qual a relação que há, por exemplo, entre as diferentes formas de adicção? Será que poderíamos reconhecer uma certa homologia entre elas? Isto nos obrigaria a pensar a droga para além da substância química psicotrópica que, em si, contribui para criar esta sorte de destino para o indivíduo. Será que podemos considerar que o sujeito teria, na ocorrência deste fenômeno, alguma participação ativa no sentido de “criar”, para além das leis bioquímicas que regem sua atuação, o seu próprio objeto de adicção? Ou será que o fenômeno seria naturalmente explicado no humano somente pelas propriedades psicotrópicas da droga, isto é, pela droga tomada apenas como objeto natural?

Penso que, uma vez que concebo a não existência de um acesso à realidade não mediatizado pela realidade psíquica, ponto que tomo como um postulado da teoria freudiana, torna-se impossível pensar a droga psicanaliticamente como tendo uma atuação independente desta. A contribuição que posso dar para esta questão passa pela investigação do sujeito inserido nesta dinâmica e não sobre a droga em si. Importa ressaltar, entretanto, que não desconsidero a importância de se pesquisar esta questão, apenas o deixo-a para as considerações de cunho médico e farmacológico no tratamento do tema.

Assim, ainda que os objetos de adicção possam ser mais amplos do que as drogas em sentido estrito, seguirei aqui, a via de um estudo sobre a relação do indivíduo com as drogas, tomadas como substâncias químicas de ação psicotrópica. Mesmo assim, deixo apontado que muitos dos resultados que encontrarei podem ser estendidos para outras formas de adicção, como, por exemplo, adicção a sexo, compulsões alimentares e o jogo patológico.

Desta forma, concebe-se a drogadicção como uma relação solitária e profundamente adesiva do sujeito com a droga como elemento de um ganho de gozo que se sustenta aquém da palavra dirigida ao Outro. Esta ruptura que a droga possibilita seria passível de proporcionar um gozo que não passa pelo corpo do

Outro, mas pelo próprio corpo, de forma auto-erótica. Essa valorização do gozo auto-erótico é correlativa a uma desvalorização das instâncias simbólicas e principalmente de um desinvestimento do ideal do eu (Miller, 2000). Miller reconhece, entretanto, que dizer que com a droga se trata de um gozo que não passa pelo Outro é “um ponto de referência muito frouxo” (Miller, 1995, p.18), indicando que seria necessário ajustar esta afirmação.

Partirei destas referências para encaminhar o tratamento, a seguir, das questões levantadas. Começarei, investigando, no primeiro capítulo, as considerações de Freud sobre o tema, particularmente atento a *O Mal Estar na Civilização* (1930 [1929]), texto que, a meu ver, merece ser amplamente valorizado em qualquer discussão neste campo.

No capítulo II, tratarei das operações de constituição do sujeito em Lacan: alienação e separação. Veremos que a relação com o objeto-droga envolve uma atualização de toda a problemática em torno da noção de perda de objeto, a qual por sua vez está diretamente ligada a uma condição necessária para que se possa falar em sujeito do inconsciente.

Mais adiante, no capítulo III, investigarei, a partir dos desenvolvimentos do capítulo anterior, o estado da estrutura que dá lugar a essa modalidade de gozo ligada à droga, assim como os meios que o sujeito poderá dispor para a superação deste estado. Mostrarei, a partir dos desenvolvimentos de Rabinovich que a função da droga, na drogadicção, não se restringe a uma modalidade de defesa diante da angústia de castração.

No capítulo IV, mostrarei como a concepção de drogadicção em Aulagnier pode ser relacionada ao estado da estrutura assim produzido. A posição da autora sobre o tema das drogadicções se aproxima de uma forma particular assumida pela estrutura nestes casos, segundo a abordagem teórica que parte das operações de constituição do sujeito em Lacan. Ainda neste capítulo discuto a relação das drogadicções com a perversão.

Por fim, tratarei das conclusões às quais este percurso levará, tentando colaborar para uma melhor compreensão deste tema a partir do discurso analítico e, quiçá, trazer alguma contribuição adicional para este campo.

Notas da Introdução

¹ A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1969, classificou a *Farmacodependência* como um estado psíquico, e algumas vezes também físico, resultante da interação entre um organismo e um produto, caracterizando-se por modificações do comportamento e outras reações que sempre incluem o impulso para tomar o fármaco de maneira contínua ou periódica, com o fim de reencontrar seus efeitos psíquicos e evitar o mal-estar ocasionado pela sua falta. Este estado pode ser, ou não, acompanhado de tolerância do organismo, havendo necessidade de aumentar as doses para obter-se o mesmo efeito. O mesmo indivíduo pode depender de várias substâncias. Posteriormente a OMS passou a designar por *Síndrome de Dependência Química* o quadro descrito acima. (Cf. ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE MENTAL – Genebra. *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993)

² Sobre esta distinção ver, em Freud, *Neurose e Psicose; A perda da realidade na neurose e na psicose* e a análise dos escritos de Schreber. Cf. Freud, 1924 [1923]; 1924b; 1911 [1910].

³ Para se compreender melhor esta operação seria necessário um aprofundamento nas categorias topológicas do real, do simbólico e do imaginário além de outros aspectos da obra de Freud e de Lacan que nos desviariam por longo período de nosso tema. Sendo assim, remeto o leitor interessado em tais esclarecimentos a: Rabinovitch, S. *A forclusão – presos do lado de fora*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁴ Ver, por exemplo, Calligaris, C. *Recherche sur la perversion comme pathologie sociale – la passion de l'instrumentalité. Thèse pour le Doctorat Nouveau Régime en Lettres et Sciences Humaines*, Université de Provence Aix-Marseille I, 1993, p. 449-450

⁵ Remeto o leitor interessado em maiores esclarecimentos a respeito deste mecanismo de defesa e de sua problemática consideração como índice de uma estrutura clínica bem definida chamada de perversão, ao livro: Peixoto Jr. *Metamorfoses entre o sexual e o social – uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

⁶ “tudo o que permite escapar deste casamento é evidentemente bem-vindo, daí o êxito da droga, por exemplo; não há nenhuma outra definição da droga que não seja essa: o que permite romper o casamento com o peruzinho.” Lacan, J. *Intervenção no encerramento das Jornadas de Cartéis* (1975a). In: *Documentos para uma escola – publicação interna*, nº 0, Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 1983. p.117.

⁷ Gozo fálico, gozo do Outro, gozo do sentido e mais-de-gozar.

Capítulo I

Freud, as drogas e as adicções

Se pesquisarmos a obra de Freud veremos que nela não há um texto consagrado especificamente às adicções. Entretanto podemos encontrar várias referências esparsas ao tema que podem, em seu conjunto, iluminar os pontos de partida para o estudo desta questão. Acredito que, apesar de esparsas, tais indicações são precisas e nos fornecem elementos que ainda hoje não foram plenamente explorados e merecem, assim, toda nossa atenção. Neste sentido destaco particularmente as formulações concernentes ao texto *O Mal Estar na Civilização*, onde o pensamento de Freud sobre a questão das drogas adquire sua apresentação mais ampla, detida e precisa. Como isso o torna um dos mais relevantes para nossos fins, começarei a revisão bibliográfica de Freud por este texto para, a seguir, retomar suas outras indicações sobre o tema cronologicamente.

I.1 A droga como solução para o Mal-Estar

Neste excepcional texto, Freud afirma que a busca da satisfação determinada pelo princípio do prazer não pode ser alcançada. Não há, segundo ele, nem no macrocosmo nem no microcosmo, qualquer possibilidade disso. Todas as “normas do universo” lhe são contrárias. “Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja ‘feliz’ não se acha incluída no plano da ‘Criação’” (Freud, 1930 [1929], p.76). Ele define neste texto felicidade como a satisfação repentina de necessidades retidas, com alto grau de estase libidinal¹. Tal estado, portanto, não pode ser alcançado senão como fenômeno episódico, ainda que o propósito e finalidade da vida dos seres humanos em geral continue sendo não só alcançar, como manter a felicidade. Esta aspiração teria ainda duas faces, uma meta positiva e outra negativa: ausência de dor e desprazer por um lado e, por outro, intensos sentimentos de prazer.

A este respeito, acrescenta:

Se uma situação visada pelo princípio do prazer perdura, em nenhum caso se obtém mais que um sentimento de ligeiro bem-estar; estamos organizados de tal modo que só podemos gozar com intensidade e contraste, e muito pouco o estado. (Ibid, p.76)

Freud divide as fontes do sofrimento humano em três categorias: (1) o sofrimento do corpo próprio – o qual, “destinado à ruína e à dissolução, não pode prescindir da dor e da angústia como sinais de alarme” (Ibid, p.76) –, (2) a hostilidade do mundo externo e (3) os problemas decorrentes do relacionamento com outros homens. O eixo central do texto é a articulação das razões que desembocam no caráter estrutural da terceira destas fontes, ainda que, segundo Freud, se tenha a vivência de que ela seria contingente, algo como um acréscimo desnecessário.

Outra referência importante que aparece ao longo do texto é sobre a articulação entre a cultura e as formas de sofrimento humano: a cultura surgiria para amenizar as fontes deste sofrimento, incluindo também, claro, a terceira delas, os relacionamentos com outros homens. Entretanto, o “remédio” cultural para o sofrimento humano finda por determinar uma série adicional de frustrações e limites à busca de prazer, pelo simples fato de que se fundamenta sob um regime coercitivo. Isto acaba por situar a própria cultura como uma nova fonte de sofrimento: o mal-estar na civilização. Assim, esta seria uma dinâmica irreduzível, uma vez que toda crítica ou repúdio que se possa fazer à cultura e a esse mal-estar vivido como sofrimento supérfluo esquece de contemplar seu caráter fundamentalmente protetor. Assim, a vida dentro da cultura se localiza entre dois impossíveis: o homem não pode ser plenamente feliz dentro dela e é incapaz de sobreviver na sua ausência.

O “método químico” é então apresentado como a via mais eficaz, ainda que mais “tosca”, para a busca de soluções para as dores, desenganos e tarefas insolúveis com as quais a vida nos defronta. Os métodos expostos por Freud², combinados ou não entre si, se revelam indispensáveis para o homem. As duas primeiras vias destas “construções auxiliares” são as ditas “*distrações poderosas*” e as “*satisfações substitutivas*”, seus exemplos paradigmáticos são, respectivamente, a Ciência e a Arte. As drogas – que “nos tornam insensíveis à nossa desgraça” (Ibid, p.75) – figuram como uma terceira classe de soluções. Freud afirma não ser simples indicar o lugar da religião nesta série. Em *O futuro de uma ilusão* (1927a) a religião fora apontada como uma importante construção auxiliar que ocupa um lugar de ilusão necessária para se suportar a vida na civilização.

O “método químico” é, assim, afirmado como um meio de ação que, incidindo diretamente no organismo, se revela um dos mais poderosos para evitar o sofrimento. Para Freud, “todo sofrimento é só sensação, não subsiste senão enquanto o sentimos, e só o sentimos em consequência de certos dispositivos de nosso organismo” (Freud, 1930 [1929], p.77).

Esta solução, tida como “tosca”, teria sua eficácia justificada ao considerarmos que sua forma de *ação direta sobre o organismo* seria correspondente a uma falta de articulação simbólica do próprio sofrimento. Isto é, haveria assim uma falha em representá-lo pela via do significante, da palavra e da inscrição no inconsciente.

Tecendo considerações que se aproximam de uma definição deste objeto-droga, afirma que as drogas seriam

substâncias estranhas ao corpo cuja presença no sangue e nos tecidos nos traz sensações diretamente prazerosas, mas, por sua vez, alteram de tal modo as condições de nossa vida sensitiva que nos tornam incapazes de receber moções de desprazer. (Ibid, p.78)

Os dois efeitos – as sensações diretamente prazerosas e a incapacidade para receber moções de desprazer – são ditos não apenas simultâneos, mas entrelaçados.

Também chama a atenção que o “método químico” não seja definido como uma forma de psicopatologia; apenas se atribui a ele a instauração de uma função nociva paralela à sua função produtora de satisfação. Ao alhear o indivíduo da realidade insatisfatória, priva o campo social do investimento transformador a que esta insatisfação poderia dar lugar; uma privação, portanto, de transformações aloplásticas em benefício de modificações autoplásticas.

Desta forma, para Freud, o que responde pelo caráter perigoso e daninho das drogas são as mesmas características que determinam sua eficácia. Trata-se aqui do fato de que elas possam se constituir como uma *solução*, ainda que temporária, para o problema do sofrimento.

Um ponto pouco explorado, a meu ver, a respeito do texto *O Mal Estar na Civilização* é que nele Freud destaca a eficácia deste método acima de todos os outros. Nos trechos onde discute as outras formas de lidar com o sofrimento, como a arte, o gozo da beleza e a neurose, mantém a referência ao método

químico, indica uma comparação de cada um deles a este, “mais eficaz”, das drogas.

Ainda assim, a suave narcose que a arte nos causa, não pode produzir mais do que uma subtração passageira das pressões vitais; não sendo suficientemente intensa para nos fazer esquecer uma aflição real.

(Ibid. p.80)

O gozo da beleza se acompanha de uma sensação particular, de um suave efeito embriagante. A beleza não conta com um emprego evidente; tampouco alcançamos a compreensão de sua necessidade cultural. Apesar disso, a civilização não pode dispensá-la.

(Ibid, p.82)

Como última técnica de vida, que promete ao menos satisfações substitutivas, lhe é oferecida o refúgio na neurose, refúgio que na maioria dos casos é consumado ainda na juventude. Quem em uma época posterior de sua vida vê fracassado seu empenho para obter felicidade, achará consolo no ganho de prazer {*Lustgewinn*} oriundo da intoxicação crônica, ou empreenderá a desesperada tentativa de rebelião da psicose.

(Ibid. p.84)

Chama atenção nesta última citação que apareça o termo *Lustgewinn* associado à intoxicação crônica. Pode-se traduzir este termo de Freud, aproximando-o dos significantes de trabalho lacaniano, como ganho de gozo. A este respeito, Lacan sublinha que Freud não hesita em enunciar de forma clara que “não há medida comum entre a satisfação que um gozo em seu primeiro estado fornece e aquela que ele fornece em suas formas desviadas, e até mesmo sublimadas, nas quais a civilização se envereda” (Lacan, 1959-60, p. 244)

O sentimento de felicidade provocado pela satisfação de uma pulsão selvagem, não dominada pelo eu, é incomparavelmente mais intenso que o obtido a partir da satisfação de uma pulsão refreada. Aqui encontra-se uma explicação econômica para o caráter incoercível dos impulsos perversos, e talvez também o atrativo do proibido enquanto tal.

(Freud, 1930 [1929], p.79)

Assim, Freud eleva significativamente o valor que deve ser atribuído ao gozo obtido por uma moção pulsional não dominada pelo eu. O estatuto metapsicológico preciso da satisfação assim obtida não é, entretanto, esclarecido por Freud.

Algo mais se sabe a este respeito, ainda a partir deste texto. Quando alguém se propõe o governar sua própria vida pulsional, e o faz através do recurso

às instâncias psíquicas mais elevadas que se submetem ao princípio de realidade (eu e ideal do eu), também alcança alguma satisfação. Tal recurso, ao contrário da satisfação obtida de forma não mediada pelo eu, consegue “certa proteção contra o sofrimento pelo fato de que a insatisfação das pulsões submetidas não se sentirá de forma tão dolorosa como a das não inibidas” (Ibid, p.79). Acrescenta então que o gozo oriundo da satisfação das pulsões submetidas ao eu sofre uma redução de suas “possibilidades”. Por outro lado, a insatisfação repentina de uma das pulsões não mediadas, selvagens, tenderá a ser sentida como uma *dor* que não possuiria termo de comparação com a sensação oriunda da não satisfação de uma moção pulsional inibida.

Apondo desde já que creio que as indicações de Freud a respeito do tema contém, em germen, a base para uma teoria psicanalítica consistente sobre as adições, o que, em minha opinião, é um trabalho ainda em desenvolvimento. Seria de grande ajuda, neste sentido, o estabelecimento de uma compreensão possível a respeito da satisfação de uma pulsão não dominada pelo eu numa estrutura constituída.

Freud levanta uma outra questão em nota acrescida um ano depois de finalizado o texto:

Urge indicar ao menos uma das lacunas que ficaram na exposição do texto. Uma consideração das possibilidades humanas de felicidade não deveria omitir tomar em conta a proporção relativa do narcisismo com relação à libido objetal. É preciso saber o que significa para a economia libidinal *bastar-se*, no essencial, a si mesma.

(Ibid, p.84)

Assim, tratando de uma consideração sobre as possibilidades humanas de *felicidade*, Freud fala da proporção relativa entre narcisismo e libido objetal e aponta a necessidade de se investigar uma economia libidinal que se basta “no essencial”. O que seria isso? O que é essencial, no meu entender, é a satisfação pulsional. No recurso à droga, com a satisfação auto-erótica a ela vinculada, essa satisfação se daria sem muitos recursos a investimentos objetais. Freud situou a relação do bebedor com sua bebida como um casamento *feliz*. Ou seja, ele é alguém que, ‘no essencial’, assim se basta.

I.2 Outras considerações sobre a droga em Freud

Apresentarei agora as outras passagens de Freud mais diretamente relacionadas ao tema, discutindo suas implicações.

Entre 1884 e 1887 Freud escreve alguns trabalhos especificamente sobre a ação da cocaína no organismo humano. Dentre eles o mais conhecido é *Sobre a cocaína*, de 1884³. Foi neste mesmo ano que se deu o encontro entre Sigmund Freud e a cocaína, pouco depois da introdução desta droga nos Estados Unidos e na Europa. Ele começou a se interessar por suas propriedades e efeitos, tornando-se um fervoroso defensor, e um usuário da mesma. Iniciou então uma série de investigações experimentais sobre seus efeitos no homem e tentou utilizá-la para combater a adicção à morfina de um amigo seu, Ernst von Fleischl-Marxow. As conseqüências destas experiências, e as polêmicas posteriores, o induziram a abandonar suas investigações sobre sua ação no sistema nervoso central.

O singular encontro de Freud com a cocaína foi minimizado por seus mais importantes biógrafos, como Ernest Jones, seu biógrafo oficial, que o reduz a um episódio sem importância.

Creio que o interesse do “episódio” com a cocaína deve ser tomado como algo que transcende o aspecto biográfico de Freud, pois este teve um papel importante, uma influência direta sobre o próprio desenvolvimento da psicanálise, uma vez que os estudos sobre a cocaína acompanham o que talvez tenha sido seu primeiro empreendimento terapêutico fracassado, que se deu com seu amigo Fleischl. Esse fato, a meu ver, foi decisivo para seu posterior interesse pela via do tratamento não farmacológico dos distúrbios psíquicos.

Uma cronologia de Freud e da cocaína nos permitirá situar o contexto histórico-científico deste encontro. “*Über Coca*” ou “Sobre a cocaína” (Freud, 1980), datado de julho de 1884, é um artigo apaixonado, o primeiro que escreveu sobre o tema. Nele, Freud oferece ao leitor uma enorme quantidade de dados sobre a história da utilização desta planta na América do Sul, sua exportação para a Europa, seus efeitos sobre os seres humanos e os animais, assim como seus múltiplos usos terapêuticos. Inclui detalhadas descrições das investigações realizadas por muitos autores. Já neste momento aparecem alguns indícios que apontam para as propriedades anestésicas da droga e as esperanças que neste sentido se criaram, embora Freud não chegue a falar de suas aplicações concretas.

O segundo artigo da série chama-se *Contribuição ao conhecimento dos efeitos da cocaína* (Freud, 1980), datado de janeiro de 1885. Neste artigo, diferentemente do anterior, Freud não trata das reações subjetivas produzidas pela cocaína, mas dos efeitos mais diretos, fisiológicos, da droga, medidos com aparelhos que permitem quantificar a energia muscular e o tempo de reação.

Analisando os resultados do experimento em que contrastava grupos de indivíduos que fizeram ou não uso da droga, afirma que a maior intensidade da resposta muscular após o uso da cocaína não é resultado da ação direta da substância na musculatura, mas sim o resultado do bem estar geral que a droga produz, a qual só secundariamente melhora as faculdades motrizes.

O terceiro, e mais interessante artigo da série, chama-se *Ânsia e medo da cocaína* (Freud, 1980), de julho de 1887. Neste artigo Freud defende a cocaína contra os que a acusavam de ser perigosa e criadora de hábito, de ser, nas palavras de um médico alemão, “o terceiro açoite da humanidade”, ao lado do álcool e da morfina. Freud cita suas próprias experiências e as de outros autores e sustenta que a cocaína só produziria adicção entre aqueles já adictos à morfina que, durante tentativas de cura, conservam sua dependência da droga e simplesmente trocam uma substância pela outra, neste caso a morfina pela cocaína. Em todos os demais casos se comprovaria que a cocaína não forma hábito, pode ser administrada livremente e, após utilização prolongada, pode provocar não tanto ânsia de tomá-la, mas aversão a ela.

Por outro lado, Freud afirma que a utilidade geral da cocaína é limitada devido ao fator da variabilidade das reações individuais. Além do efeito anestésico, que se produz sempre, o resto das reações varia segundo o estado individual de excitabilidade e dos nervos vasomotores nos quais atua a cocaína.

Com as críticas por seus estudos sobre a cocaína e a confirmação de seu fracasso terapêutico – ele não cumpriu seu objetivo de curar seu amigo com a droga, pois este se tornou adicto à cocaína – decaiu seu entusiasmo pela função dos medicamentos neste tipo de tratamento. Sua atenção se dirige agora para os métodos de Charcot (a hipnose e a sugestão) visando propiciar a cura, produzindo-se um novo encontro, agora com a histeria. Em *Histeria* (1888), Freud, ainda ligado a uma concepção tóxica da psicogênese da patologia, a descreve como uma anomalia do sistema nervoso onde um corpo estranho perturba a estabilidade da energia psíquica e cria um excesso sexual traumático e tóxico no nível do corpo.

Assim, à parte o engano do jovem Freud a respeito do que havia dito sobre a não habituação à cocaína, esse “episódio” me parece revelador da história e da maneira pela qual se dá o deslocamento de seu interesse do tratamento psíquico pela via da farmacologia, para a via da hipnose e da sugestão, pois daí posteriormente surgirá a psicanálise.

A seguir Freud passa a escrever textos consagrados a uma tentativa de estudo de algumas patologias, destacando-se dentre elas principalmente a histeria, e o faz a partir de uma perspectiva científica e, portanto, organicista, tal como o ideal científico de sua época preconizava.

Ainda em 1888, publica, no *Manual Alfabético da Medicina*⁴, um capítulo consagrado à histeria, no qual afirma que, entre os fatores que produzem acessos de histeria, pode-se encontrar as intoxicações, os traumatismos, o desgosto, as emoções, as doenças desgastantes, enfim, tudo aquilo que é capaz de exercer um potente efeito de caráter nocivo.

Em 1890/91, na mesma publicação, agora no capítulo dedicado à hipnose, Freud afirma que esta seria passível de ser utilizada não só no caso dos estados nervosos, desordens devidas à “imaginação” e muitas das doenças orgânicas, mas também para interromper os hábitos mórbidos tais como alcoolismo, morfomania ou aberrações sexuais.

Em *Estudos sobre a Histeria* (1893-95, [1996]) trabalho em conjunto com Breuer, encontram-se duas breves menções ao uso de drogas, assumindo as mesmas uma forma que já podemos considerar como uma exploração inicial dos aspectos econômicos ligados ao consumo de drogas:

Uma conversa estimulante, uma taça de chá ou de café, têm um efeito de estimulação; uma competição, uma dose considerável de álcool, um efeito de agitação... Uma vez que a estimulação {*Anregung*} não faz senão nascer a necessidade de utilizar-se funcionalmente o aumento de excitação, a agitação {*Aufregung*} procura descarregar-se pelos meios mais ou menos violentos que são quase ou mesmo verdadeiramente patológicos.

(Ibid, p.210)

Se a estrutura química do sistema nervoso tiver sido permanentemente alterada pela introdução sistemática de substâncias estranhas, então a falta dessas substâncias provocará estados de excitação (desequilíbrio), tal como a falta de substâncias nutritivas normais nas pessoas sadias. Vemos isso na excitação (desequilíbrio) que se verifica na abstinência de narcóticos.

(Ibid, p.211)

Interessante notar que podemos reconhecer já aí o que se chamará posteriormente, na clínica dos especialistas da área como “síndrome de abstinência”.

Os *Fragmentos da Correspondência com W. Fliess* (1950 [1892-99]) trazem outras passagens interessantes. No Manuscrito H (Ibid, p.250), onde trata da paranóia, Freud apresenta a idéia de que, embora o alcoólico possa tolerar uma quantidade muito grande de álcool, ele não pode reconhecer com facilidade o fato intolerável de ter se tornado impotente por causa da bebida. O delírio de ciúmes surge então como uma construção na qual a esposa é que se tornaria, assim, responsável por seu estado.

Em carta endereçada a Fliess de 11 de janeiro de 1897 (Freud, 1950 [1892-99], p.281), Freud afirma que o “sedutor” de um de seus pacientes histéricos sofrera ataques de gravíssima dipsomania⁵ a partir de seus cinquenta anos de idade. Freud afirma que a dipsomania seria gerada por substituição de um impulso sexual que não pôde se manifestar, pelo impulso de beber. Neste caso o impulso substituído seria o de reproduzir vivências sexuais passivas. O mesmo mecanismo é sugerido explicar também a paixão pelo jogo num de seus pacientes.

Em carta de 22 de dezembro de 1897, há uma das mais extensas e significativas incursões de Freud pelo tema das adicções. Nesta carta, de tom pessimista sobre as perspectivas para o tratamento da questão, ele afirma:

Comecei a compreender que a masturbação é o único grande hábito ao qual cabe designar como “adicção primordial”, e as outras adicções só o são como substitutos e colocações em relevo daquela (adicção ao álcool, morfina, tabaco, etc.). O papel desta adicção é enorme na histeria, e talvez se ache aqui, em todo ou em parte, o grande obstáculo que ainda resiste. Naturalmente que isto suscita a dúvida sobre se essa adicção é curável ou se a análise e a terapia deveriam se deter aqui e se conformar em transformar uma histeria em uma neurastenia.

(Freud, 1950 [1892-99], p.314)

A masturbação é aqui situada como adicção primordial. Isto nos encaminha para a consideração da satisfação envolvida na adicção como sendo, não só na sua origem, mas talvez sempre, de ordem auto-erótica⁶. Freud aqui considera a adicção às drogas como uma forma de neurastenia, isto é, uma neurose atual e questiona pela primeira vez sua resposta à análise e à terapia.

Já em 1898, no texto *O papel da sexualidade na etiologia das neuroses*, Freud afirma que a desabituação da masturbação é uma das novas tarefas terapêuticas que surge pela tomada de consciência da etiologia sexual das neuroses e que esta tarefa precisa não parece poder ser realizada – “como toda outra desabituação” (Freud, 1898, p.268) – a não ser em uma estrutura hospitalar e sob os auspícios de um médico. Pois, abandonado à sua própria vontade, o “masturbador” retorna, por ocasião de toda influência depressora, à satisfação que lhe é cômoda. Temos aqui mais uma das indicações da dificuldade percebida por Freud para a realização do tratamento psicanalítico das adições.

Acrescenta ainda que o tratamento deve agir de forma a restabelecer o “comércio sexual normal”(Ibid, p.268), pois à necessidade sexual, uma vez desperta e satisfeita durante certo tempo, já não é mais possível impor o silêncio, mas somente desviá-la em outra direção.

Assim, uma formulação inteiramente análoga valeria também para os outros tratamentos de desabituação. Estes teriam um êxito somente aparente, se o médico se limitasse a subtrair do enfermo a substância narcótica. O médico deveria, para obter uma cura efetiva, questionar-se em relação à fonte da qual brota a imperativa necessidade daquela substância (Ibid, p.268). Esta talvez seja uma das principais críticas que fazemos quanto à eficácia, indicando os limites precisos dos tratamentos pela via de uma abordagem cognitivo-comportamental e do trabalho nos grupos de mútua-ajuda, uma vez que em ambos a causa, o fator etiológico ligado ao sexual, não é colocado em questão. Ao contrário, isto é visto como algo que pode atrapalhar o processo de recuperação, gerando questionamentos desnecessários que podem deslocar o indivíduo do objetivo principal do tratamento que é concebido como a pura e simples manutenção da abstinência, alcançada através da mudança no estilo de vida.

Freud continua a sua investigação indagando-se sobre qual seria a fonte da necessidade imperativa da substância à qual alguém se encontra habituado. Conclui que, de forma geral, esses narcóticos estão destinados a substituir o “gozo sexual faltante”(Ibid, p.268), e que, quando já não se pode restabelecer uma vida sexual normal, devemos esperar com certeza a recaída do indivíduo desabituado.

A idéia de um “gozo sexual faltante” tem sido muito contemplada, sob diferentes formas, nas considerações mais atuais sobre o tema dentro da psicanálise. Melman, por exemplo, em recente artigo intitulado *Sexolíticos*

(Melman, 1998), situa a droga e mais precisamente a drogadicção como um artifício que permite a substituição do gozo sexual, que, por definição, introduziria a castração em função do encontro sempre faltoso com o outro, pelo gozo com as drogas. Melman afirma que é do enlace entre a ciência e economia, e a partir da ética contemporânea do consumo, que se procura fabricar os produtos que tornarão possíveis a eliminação da sexualidade e o rechaço do inconsciente.

Em 1905, em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud apresenta a questão da oralidade infantil e adulta. Ele constatou a existência de crianças nas quais a significação erógena da zona labial teria sido reforçada. Afirma que, persistindo essa significação, estas crianças, uma vez adultas, serão ávidas apreciadoras do beijo ou terão um poderoso motivo para beber e fumar (Freud, 1905a, p.165). O vínculo das drogadicções com a oralidade será retomado por contemporâneos seus. Dentre eles destaco Abraham e Rado, autores cujas concepções serão retomadas a seguir.

Publicado no mesmo ano, *O chiste e suas relações com o inconsciente* (Freud, 1905b) traz a noção de que o senso crítico, repressor do prazer no *nonsense*, por exemplo, é tão poderoso que não pode ser afastado, nem temporariamente, a não ser com ajuda de recursos tóxicos. Uma mudança no estado de espírito seria o mais precioso dom do álcool à humanidade e, por isso, nem todos poderiam prescindir desse “veneno”. O álcool, portanto, produziria um alívio na compulsão à crítica lógica e racional (Ibid, p.122). O valor da drogadicção nas neuroses, particularmente na neurose obsessiva, ganha assim um fator adicional de compreensão.

Ainda no mesmo ano, em *Fragmento de análise de um caso de histeria*, Freud postula a existência de substâncias sexuais endógenas de ação excitante que seriam responsáveis pela grande similaridade entre os quadros de intoxicação ou abstinência de certos venenos, e as psiconeuroses genuínas (Freud, 1905 [1901], p.99).

Igualmente, em *Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses*, Freud insiste sobre a representação química dos processos sexuais envolvidos na etiologia das psiconeuroses e das neuroses atuais (Freud, 1906 [1905] p.270). Hoje, penso que os neurotransmissores corporificam esta busca de Freud pelas substâncias endógenas do psiquismo. Sabemos que são relacionados a

todo e qualquer acontecimento psíquico, incluindo a ação das drogas no organismo.

Já em 7 de junho de 1908, em *Carta à K. Abraham*, Freud opina que todas as bebidas alcoólicas e os alcalóides excitantes não passam de substitutos da toxina única, ainda a ser pesquisada, a mesma que a exaltação e o entusiasmo do amor produzem⁷. A concepção da droga, não só como substituto para o falo, mas também para o amor ganha, assim, ainda mais terreno.

Em 1909, nas *Minutas das Sociedade Psicanalítica de Viena*⁸, consta o resumo de uma intervenção oral de Freud em seguida à exposição de Hitschmann sobre o tema “Neurose e intoxicação endógena (toxicose)”.

A neurastenia, que é devida a um processo de empobrecimento, tem uma grande semelhança clínica com as intoxicações; a neurose de angústia, que é causada por uma descarga insuficiente, tem grande semelhança com os sintomas de abstinência. Assim, nós somos obrigados a supor a existência de uma anti-substância [...] Os sintomas podem ter sua origem em uma insuficiência por assim dizer “primária” do psiquismo. Seria esta a causa primeira, ou a causa seria o efeito tóxico direto destas substâncias? Ou existiria talvez uma terceira possibilidade, a saber, que um certo número de sintomas parta das ações reflexas normais das vias nervosas? Existem certamente interações de todo modo extensivas entre o psíquico e o somático.[...] Quem pudesse demonstrar que todas as substâncias se tornam venenosas quando o psiquismo não as elabora nos prestaria um grande serviço. (apud Petit, 1998, p.33)

Essa longa citação nos mostra que, além do repetido interesse de Freud em postular a existência de substâncias endógenas normalmente atuantes no psiquismo e de toxinas que teriam um funcionamento homólogo a essas substâncias ao serem ingeridas, há aqui a preciosa idéia acerca da existência de substâncias que se tornam venenosas quando o psiquismo não as elabora. As colaborações de outros autores, sobre um trauma ou uma dor que, ao não poderem ser traduzidos simbolicamente e inseridos num dizer, se tornam meios de instauração de fenômenos psicossomáticos e drogadicções, encontram aqui uma clara base em Freud. Para tanto precisamos somente realizar uma leitura menos calcada no aspecto estritamente biológico do trecho em questão.

Em 1911, nas *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de paranóia* (Freud, 1911 [1910]) – O caso Schreber –, Freud, analisando as

possíveis transmutações da fantasia homossexual na paranóia, toma, como uma destas variedades, o delírio de ciúmes, tanto no homem como na mulher. Fornece como exemplo desta afecção nos homens o delírio de ciúmes do alcoólico. Afirma que nela o papel do álcool é inteligível: este atuaria como *meio de gozo que cancela inibições e desfaz sublimações*. Não seria raro que o homem fosse impelido ao álcool pelo *desengano com a mulher*, o que, por regra geral, e ainda segundo Freud, equivale a dizer que ele ingressa na taverna e na sociedade dos varões onde acha a satisfação do sentimento cuja falta sente em seu lar com a sua mulher. Se um dentre estes homens com os quais lida na sua fratria se torna objeto de um investimento libidinal mais intenso, o indivíduo poderia defender-se em seu inconsciente desse amor homossexual com o terceiro tipo de modificação do dito “eu o amo”: “Não sou *eu* que amo o homem – *é ela quem o ama*”, e assim passaria a suspeitar da mulher com todos os homens aos quais *ele* se sente tentado a amar (Ibid, p.59-60).

Em 1912, no artigo *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor* (1912a), Freud realiza uma investigação sobre a forma de satisfação da pulsão sexual a partir da constatação de que há uma tendência generalizada à depreciação dos objetos sexuais, a qual inicialmente ele liga à contenção exercida sobre a vida amorosa pela civilização. Isto o leva em seguida a se questionar sobre o que ocorreria no caso de uma liberdade irrestrita na vida sexual e amorosa. Afirma que esta situação oposta e extremada não levaria a melhores resultados, já que o valor psíquico da necessidade de amor diminui na mesma proporção em que a satisfação é liberada. Freud inclina-se a deduzir desses fatos que as pulsões sexuais comportam uma satisfação que é sempre apenas parcial. Afirma também que a importância de uma pulsão aumenta quando esta é frustrada e se questiona sobre se o inverso é verdadeiro: será que o valor psíquico de toda pulsão diminui quando é satisfeita? (Ibid, p.181).

Freud utiliza como exemplo para investigar esta questão, a relação do bebedor compulsivo com sua bebida. Tanto os poetas quanto a própria concepção científica da época viam esta relação como análoga a uma relação erótica. Freud mostra-se intrigado com o fato de que o bebedor em geral não se veja levado a se impor dificuldades em sua relação com a bebida a fim de aumentar uma satisfação que estaria em queda, em função, por exemplo, da mesmice e da facilidade de acesso. “Ao contrário; o hábito estreita cada vez mais o laço entre o homem e o

tipo de vinho que bebe”. Trazendo à nossa atenção as manifestações de grandes alcoólicos, cita o escritor Böcklin a respeito de sua relação com a bebida; nela estaria presente a mais pura harmonia: o “modelo de um casamento feliz”. (Ibid, p.181-182). E, a seguir, afirma que a partir desta configuração há que se questionar a possibilidade de que haja algo na própria natureza das pulsões sexuais algo de desfavorável ao encontro da satisfação plena. O que pode nos levar a concluir que algo de tal satisfação “plena” parece estar em jogo no caso do bebedor, cuja forma de atuação, compulsiva e insaciável, revelaria assim sua não homologia a uma pulsão sexual propriamente dita. Esta concepção, a rigor, seria contrária à concepção corrente da época: a de um erotismo ligado a esta relação.

A seguir, investigando o que chama de “a prolongada e difícil história de desenvolvimento”(Ibid, p.182) das pulsões sexuais destaca dois fatores aos quais se poderia ligar à satisfação sempre parcial das pulsões sexuais. O primeiro seria o fato de que em consequência da eleição de objeto ser realizada em dois tempos separados pela barreira do incesto, o objeto definitivo da pulsão sexual nunca é o originário, mas um substituto deste.

O segundo dos fatores levantados é similar. Trata-se do fato de que nem todas as pulsões componentes podem ser acolhidas dentro da vida amorosa. Assim, elas devem ser sufocadas (*Unterdrücken*) antes de poderem retornar à cena, transmutadas de forma a que não entrem em choque com a cultura.

Importante notar que Freud ainda não dispunha em 1912, ano em que escreveu este texto, da noção de pulsão de morte, trabalhava apenas com a oposição entre as pulsões sexuais e as de autoconservação do eu. Esta passagem introduz, portanto, um problema, não solucionado neste texto, sobre a determinação pulsional da relação do bebedor com o vinho. Seria ela já aqui concebida – como vimos que acontece em 1930 com *O Mal Estar na Civilização* – como algo que, ao extrapolar o campo do sexual enquanto regulado pela norma cultural, aponta para o surgimento deste fenômeno de insaciabilidade? Se assim for, melhor seria falar de um casamento feliz porque não atravessado pelo sexual enquanto tal, isto é, enquanto satisfação parcial.

Em *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos*, publicado em 1917, Freud trata dos sonhos como “psicoses alucinatórias carregadas de desejo”, homólogos aos estados, chamados por Meynert de amências, caracterizados por confusões alucinatórias agudas. O estado de amências é gerado por uma reação

frente a uma perda insuportável que a realidade assevera, mas que o eu deve desmentir (*Verleugnen*), pois se trata de algo insuportável. O eu rompe o vínculo com a realidade ao subtrair o investimento do sistema consciente das percepções, o que faz com que o teste de realidade não opere. Assim as fantasias de desejo – não recalcadas, mas sim por inteiro conscientes – podem penetrar no sistema e serem admitidas como uma realidade melhor (Freud, 1917 [1915]a, p.228-232). Freud afirma, em nota neste texto, que as alucinoses tóxicas, como, por exemplo, os delírios causados por abstinência do álcool, podem ser entendidos de modo análogo. Neste caso, a perda insuportável é a do próprio álcool, uma vez que, quando este é administrado, as alucinações cessam (Freud, 1917 [1915]a, p.232). Qualificar a perda da bebida como insuportável a este ponto é consoante com todas as afirmações de Freud a respeito do grande valor psíquico que a droga chega a atingir para alguns indivíduos, embora as razões para tanto permaneçam insondadas.

Em *Luto e melancolia*, Freud compara a embriaguez alcoólica a um estado de mania. Neste caso, através da droga, ocorreria uma suspensão do dispêndio de energia na manutenção do recalque, que deixaria assim de operar, levando a uma desinibição e exaltação similares às do estado maníaco (Freud, 1917 [1915]b, p.251). Podemos certamente supor que, em alguns casos, na origem da necessidade de busca compulsiva do efeito da droga, se esta é uma espécie de reação maníaca, estará um estado depressivo. Ou seja, um importante fator freqüentemente ligado à drogadicção é a presença de um complexo melancólico ou depressivo intocados. Essa ligação tem sido tema de investigações entre diversos autores⁹.

Na *Conferência XXIV sobre O estado neurótico comum* (Freud, 1917 [1916-17]), Freud afirma que as neuroses atuais, pela forma de seus sintomas e por suas propriedades de influenciar todos os sistemas e funções do organismo, apresentam uma semelhança com os estados patológicos gerados por influxos tóxicos cronicamente administrados, assim como por sua retirada brusca, ou seja, as intoxicações e os estados de abstinência (Ibid, p.353). Ele acrescenta ainda que “um sintoma de uma neurose atual é freqüentemente o núcleo e o primeiro estágio de um sintoma psiconeurótico” (Freud, 1917 [1916-17], p.355). O que indica que, ainda que possamos aproximar as drogadicções das neuroses atuais, não podemos

deixar de atentar para a grande probabilidade dela vir a dar lugar a uma neurose propriamente dita.

Em 1918, numa *Carta à S. Ferenczi*¹⁰, Freud observa que a cocaína, uma vez utilizada em excesso, pode produzir sintomas de aparência paranóide. Assinala também que a interrupção de seu uso pode produzir as mesmas conseqüências. Nesta mesma carta, acrescenta que a psicanálise lhe parece ser contra-indicada aos toxicômanos, uma vez que cada dificuldade ao longo do tratamento os reconduziria a se drogar.

Essa é a talvez a mais pessimista das referências de Freud sobre o tratamento em questão, mas não devemos nos deixar abater por ela: o caminho que ele mesmo abriu, principalmente nos anos que se seguem a esta última referência mencionada, é promissor. As formulações de *Além do princípio do prazer* (1920a), texto fundamental para o que se considera “a virada de 1920”, ainda não cessaram de produzir seus efeitos sobre a psicanálise. A introdução da noção de pulsão de morte e de um modo de funcionamento do psiquismo que contraria o até então dominante princípio do prazer-desprazer, são fundamentais para que possamos conceber um modo de compreensão e de tratamento para esta patologia. Se, com Freud, vimos que a ligação do indivíduo com a droga não pode ser compreendida somente a partir do funcionamento das pulsões sexuais (Cf. Freud, 1912a), ela tampouco pode ser explicada com o recurso às pulsões de autoconservação. A não ser que se proponha a existência de uma forma paradoxal de autoconservação do eu¹¹.

Até aqui, vê-se que muitas das referências freudianas sobre a droga, são tentativas que o autor faz, numa busca de *pensar o corpo* pela via da psicanálise, isto é, buscando integrar tais construtos ao campo teórico da mesma. Isto indica uma via de investigação que será, também aqui, adotada.

A seguir, retomando as citações mais diretas sobre o tema na obra de Freud, em *O Futuro de uma Ilusão* (1927a), aparece uma aproximação entre a religião e a droga:

É, sem dúvida, insensato começar a tentar eliminar a religião violentamente e de um só golpe. Acima de tudo, porque isso não oferece perspectivas de êxito. O crente não permitirá que sua crença lhe seja arrancada, nem por meio de argumentos, nem por meio de proibições. E se isso acontecesse com alguns, seria crueldade. Um homem que passou dezenas de anos

tomando soníferos, evidentemente fica incapaz de dormir quando estes lhe são tirados. (Freud, 1927a, p.47-48)

Esta indicação da insensatez e da crueldade em se tentar eliminar bruscamente a religião ou soníferos usados continuamente por alguém, apóia a formulação da hipótese de uma forte analogia entre a dinâmica presente na drogadicção, na religião, e também nos grupos de mútua-ajuda. A religião e os grupos seriam então duas principais vias que permitiriam uma substituição da droga com manutenção de parte importante da economia psíquica nela envolvida. O que Piera Aulagnier (1980) chama de Alienação e que em Freud pode ser aproximado do mecanismo de substituição do ideal do eu por um objeto externo, através da projeção (Freud, 1921) são formas de economia psíquica que permitem minimizar os conflitos identificatórios permanentes do eu, o que será, em muitos casos, desejável para o tratamento do dependente de drogas, ao menos em seu início.

Em *Dostoievski e o parricídio* Freud analisa a adicção ao jogo em Dostoievski, e também toma esta forma de adicção como um equivalente da “velha compulsão à masturbação”(Freud, 1928 [1927], p.190). Aqui ele retoma, 30 anos depois, a noção de adicção sem drogas, anteriormente presente apenas na já mencionada carta a Fliess de 22 de dezembro de 1897 (Freud, 1950 [1892-99], p.314). Referindo-se à paixão pelo jogo afirma que

A característica irresistível da tentação, os solenes e nunca respeitados juramentos de não voltar a fazê-lo, o prazer estupefaciente e a má consciência que diz ao sujeito que ele se arruína (que comete suicídio), conservam-se imutáveis apesar da substituição.”

(Ibid, p.314)

Tais aspectos desta forma de adicção seriam, portanto, extensíveis às adicções em geral, desde a masturbação, passando pelas drogas, até outras formas. Assim, ainda que possamos estabelecer inúmeros paralelos entre as drogadicções e outras formas de adicção, considero que o estatuto preciso das adicções ditas “sem drogas” pode ser, em alguns pontos, esclarecido por uma compreensão dos processos onde a droga comparece. Razão pela qual neste trabalho me restringirei à análise de tais processos.

Retomarei, agora, alguns dos pontos mais importantes dos textos já mencionados. Em primeiro lugar aponto a noção de que as drogas podem se constituir como substitutos do ato sexual. Esta substituição opera a partir de uma homologia que se estabelece entre a habituação às drogas e a forma dita como a mais primitiva das adições, a masturbação. Assim, a satisfação aí implicada seria de ordem auto-erótica. Se dermos consequência a esta afirmação de Freud, considerando-a não somente uma mera analogia entre o recurso às drogas e um ato de auto-estimulação erógena realizado de forma solitária, mas sim uma indicação metapsicológica precisa, deveremos a seguir dar um novo passo.

A indicação de que a drogadicção se liga ao auto-erotismo é acompanhada desta outra: a de que a relação com o álcool (e, certamente, também com outras drogas) pode se constituir como um casamento feliz. Como poderíamos conciliar esta afirmação com aquela relacionada à impossibilidade de que se alcance a felicidade numa relação objetal? Se não há acesso ao objeto, como a droga poderia representar um casamento feliz? Somente se considerarmos que não se trata, a rigor, de um objeto. Assim, a droga não seria exatamente um objeto, na medida em que aquele que dela se utiliza de forma compulsiva, o faz, como já vimos, através de uma pulsão não dominada pelo eu. Sabemos que o eu se define justamente por ser um objeto privilegiado que reúne e organiza, de forma nunca inteiramente estável, as várias pulsões parciais, e que seu investimento é correlativo ao investimento dos outros objetos. Assim, penso que somente se pode falar de um casamento feliz se tomamos o objeto-droga como distinto de um objeto no sentido freudiano do termo, ou seja, objeto como a pessoa que exerce atração sexual.

Quanto às propriedades das drogas, mas citando especialmente o álcool, Freud arrola como seus efeitos: a supressão das inibições aliviando o humor, a redução da autocrítica, a destruição das sublimações e a suspensão do mecanismo do recalque. A supressão das inibições é algo que enfatiza a importância dos atos na dinâmica em questão. A redução da autocrítica nos leva a questionar o estatuto das instâncias ideais: como situar, neste caso, o supereu, o ideal do eu e o eu ideal na relação com o eu? Já a destruição da capacidade para realizar sublimações aponta para o destino das pulsões assim liberadas. E, quanto à suspensão do recalque, também resta uma questão semelhante relativa ao destino das

representações inconciliáveis que, assim, têm seu acesso ao eu facilitado. Todas estas questões me parecem fundamentais e serão abordadas ao longo deste estudo.

Em *O Mal Estar na Civilização* (Freud, 1930 [1929]), obra posterior, portanto, ao postulado da pulsão de morte, verifica-se, entretanto, que Freud não chega a aplicar diretamente esta importante construção teórica ao tema das adicções às drogas. Terei que cotejar as contribuições de Freud sobre as drogas com suas próprias idéias relativas à satisfação pulsional quando se considera a ação de uma tendência fundamental no psiquismo em direção ao ponto zero: a destruição e a morte. Tendência esta que chega, em muitos dos casos de adicções, a ganhar uma perigosa autonomia e primazia sobre Eros e sua inclinação para a unificação.

I.3 Drogadicção e oralidade

Alguns dos psicanalistas contemporâneos de Freud se dedicaram a pesquisas sobre o tema das drogas e das drogadicções. Dentre eles destaco aqueles que buscaram investigar as drogadicções a partir de uma regressão e fixação à fase oral. Freud se limitou a fazer nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905a) uma única referência a esta ligação, conforme já vimos.

Abraham (1970) enfatiza o papel da avidez oral dos drogadicctos. Para ele, a avidez do objeto oral, seria retomada regressivamente pela droga¹².

Rado (1926), de forma similar a Abraham, concebe que a adicção à droga está ligada ao erotismo oral, mesmo quando as vias de administração da droga são outras que não a boca. Isto se explica em função de que o efeito das drogas, a sensação de prazer que elas propiciam, é capaz de reatualizar o circuito de satisfação oral e a sensação do “orgasmo alimentar” vinculado à experiência do lactente. Afirma que esta sensação perdida seria retomada com a satisfação dada pela droga, para a qual cria a expressão “orgasmo farmacotóxico”. É isso o que explica o apelo que se faz à repetição da experiência. Para ele se trata de um problema narcísico que provoca, artificialmente, uma ruptura da organização do eu. Salienta, assim, a importância do auto-erotismo e vincula esta prática, como Freud, à masturbação, tomada como a forma mais primitiva de adicção.

Rado sustenta a concepção de que a intoxicação pela droga se torna uma meta sexual, com a criação de um meta-erotismo. Toda a personalidade mental, da qual a droga faz parte, representaria um aparelho de prazer auto-erótico. O meta-

erotismo produzido pela droga é acompanhado por uma desintrincação pulsional importante e pela liberação do componente parcial ligado à pulsão de destruição. Rado liga a possibilidade de suspensão da dependência a um fenômeno que qualifica como o surgimento de uma incapacidade de obter novamente um orgasmo farmacotóxico. Sustenta que há um momento no desenvolvimento desta patologia, por razões fisiológicas inerentes à própria criação do hábito, a partir do qual o paciente já não mais conseguiria, mesmo à custa de esforços desesperados, obter uma nova sensação de prazer.

Proponho que retenhamos principalmente, a partir destas concepções, a idéia de que as drogas estariam ligadas à produção de um estado de satisfação sexual, ligado ao êxtase e às primeiras experiências de satisfação. Por outro lado, a ligação desta satisfação à oralidade, reativada de forma regressiva, pode ser retificada.

Para Lacan, os “estágios” ou “fases” da libido, ao invés de implicarem uma concepção de uma maturação natural, se organizam em torno da angústia de castração: “o fato copulatório da introdução da sexualidade é traumatizante (...) e tem uma função organizadora para o desenvolvimento” (Lacan, 1964b, p.75). Assim, para este autor a angústia de castração é que orienta, *a posteriori*, as relações de objeto nos planos oral, anal, escópico e invocante. Ela cristalizaria tais relações em torno de um registro feito em termos de um “mau encontro” cuja origem é sexual e fálica. Este é o cerne da noção de falta de objeto introduzida por Lacan. Desta forma, é porque o encontro sexual não se produz que as relações de objeto se estruturam retroativamente em torno da falta de objeto. Com esta concepção retificadora, é que leio as importantes contribuições destes autores.

Vimos que a droga em Freud é um elemento de ganho de gozo. O que ocorreria quando o objeto de satisfação não se define mais pela perda de gozo implicada na satisfação, sempre parcial, de uma pulsão inibida pelo eu?

A droga é um recurso que evita, e que não é capaz de substituir sem destruir¹³, a capacidade para a articulação do gozo fálico, ou, nos termos de Freud, para a articulação da satisfação das pulsões inibidas pelo eu. Ou seja, este recurso às drogas não é capaz, como veremos, de substituir sem destruir o lugar da satisfação das pulsões sexuais que se distanciam da meta incestuosa infantil. Assim, com o mecanismo posto em ação pelas drogas, adquire-se um tempo de suspensão diante da reatualização do evento organizador, o qual, para Lacan, não

é outro senão o próprio ingresso na comunidade dos falantes. Esta é uma das razões pelas quais investigarei no próximo capítulo a constituição do sujeito segundo em Lacan.

Notas do Capítulo I

¹ De ‘represamento’ da libido. Na versão brasileira lê-se “satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau”.

² Os outros meios que aponta, numa exposição que se diz não exaustiva, são: o isolamento, a ciência e suas ações sobre a natureza, a neurose, a psicose, a sublimação, a arte, a fruição da beleza e o amor.

³ A referência dos trabalhos a seguir relacionados de Freud sobre a cocaína, e que não figuram nas Obras Completas é: Freud, S. *Escritos sobre la cocaína*. Barcelona: Anagrama, 1980.

⁴ Freud, apud Petit, P. *Références partielles, extraits de textes: Sigmund Freud*. In: Chassaing, J. L. (Coord.). *Écrits Psychanalytiques Classiques sur les Toxicomanies*. Paris: Association Freudienne Internationale, 1998.

⁵ Necessidade incontrolável de ingerir bebida alcoólica.

⁶ Cf. Miller, J.A. *Para una investigación sobre el goce auto erótico*. In: Sujeto, Goce y Modernidad. Fundamentos de la Clínica. Instituto del Campo Freudiano. Buenos Aires: Actual-TyA, 1995. p.13-21.

⁷ apud Petit, 1998, p.32.

⁸ apud Petit, 1998, p.33

⁹ Ver, por exemplo, Hassoun, J. *La cruauté mélancolique*. Paris: Aubier, 1995, p.21-36; Bittencourt. *A paixão triste ou a narcose do desejo*. In: Bittencourt, L. (Org.) *A vocação do êxtase. Uma antologia sobre o homem e suas drogas*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. p.48-65; Ehrenberg, A. *La fatigue d’être soi – dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 1998.

¹⁰ apud Petit, 1998, p.36.

¹¹ Cf. Le Poulichet, 1996a, p.105-119. Diz a autora referindo-se à paixão amorosa, à formação da massa e à relação com a droga: “... estas formações estão referidas a uma paradoxal função de auto-conservação: este objeto ou este órgão são elaborados segundo o modelo de uma função vital” (p.109-110) A autora concebe a ação da pulsão na relação do adicto com a droga como o investimento de um equivalente narcísico de um órgão doente, que surge pela criação de uma nova função de órgão: uma nova borda erógena.

¹² Cf. Abraham, K. *Teoria psicanalítica da libido*. Rio de Janeiro: Imago, 1970. p. 66. “... a psicanálise conseguiu mostrar que o veneno intoxicante concede ao paciente uma satisfação substituta daquela atividade de sua libido que lhe é negada. O sintoma do comer excessivo e compulsivo pode ser encarado à mesma luz.”

¹³ Esta expressão foi inspirada em Bion, que na última de suas publicações póstumas afirma: “Drogas são substitutos empregados por aqueles que não podem esperar. O substituto é aquilo que não pode satisfazer sem destruir a capacidade para discriminar o real do falso” Cf. Bion, W. *Cogitações*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p.308.

Capítulo II

Lacan e a constituição do sujeito

II.1 Alienação em Lacan

Investigarei, a seguir, o que Lacan qualifica como a operação de alienação, desde seus primórdios até seus desdobramentos posteriores que retomam, de outra maneira, aquilo que a formulação de uma alienação primária ligada ao Estádio do Espelho havia enunciado desde o início de seu ensino. Em Lacan, o termo alienação sempre esteve, apesar dos desdobramentos sofridos, ligado à constituição do sujeito.

Deter-me-ei, especialmente, neste ponto da teoria por algumas razões.

1) Vimos que Freud liga a satisfação que a droga proporciona a uma forma de satisfação auto-erótica que merece ser melhor pesquisada. A incidência da satisfação auto-erótica compulsiva ocorre em detrimento dos investimentos objetais e parece assim indicar uma apresentação da estrutura que podemos pensar como aquém do ponto de constituição do sujeito barrado do inconsciente. Ainda em Freud, aparece, a este respeito, a noção de uma pulsão não dominada pelo eu, que fornece um ganho de gozo sem paralelo com a satisfação obtida a partir das pulsões que sofrem a ação mediadora do eu.

2) A satisfação através da droga foi relacionada à oralidade por alguns autores. Abraham (1970) e, principalmente, Rado (1926), mas também Freud (1905a) trouxeram contribuições sobre o papel da satisfação da pulsão oral nas drogadicções. A temática da oralidade aparece, conforme já vimos, em Rado, como essencialmente ligada a uma forma de satisfação orgástica, ligada ao êxtase e pode, assim, ser, também, aproximada da busca de um estado que Freud tratou em *O Mal Estar na Civilização* (1930 [1929]) como “sentimento oceânico”. Diversos autores salientam uma aproximação da drogadicção com a busca de uma experiência de ordem mística¹ (Cf. Jorge, 1994) que pode, ou não, ser alcançada, mas que permanece, em muitos casos, sendo visada.

3) Vários autores privilegiaram a via da constituição do sujeito para a abordagem das drogadicções, e a tomaram como fundamental para situar o papel da droga na economia psíquica do sujeito. Para Vidal & Becker (1999) “a droga

aparecerá como o *pivot* em torno do qual o sujeito exercitará sua dialética entre a alienação e a separação” (Ibid, 1999, p.268).

Miller, em *A teoria do parceiro* (2000) diz que utiliza a referência a esses operadores lacanianos – alienação e separação – não apenas para situar as drogadicções, mas para ordenar “as doenças mentais da moda” (Ibid, p.176). Para o autor, é necessário que se articule o gozo presente no autismo do sintoma e no auto-erotismo da pulsão – dimensões que ele enfatiza referindo-se à drogadicção – com o que acontece no campo do Outro. É, portanto, na interseção entre o campo da pulsão e o campo do Outro, onde Lacan situa o objeto ‘*a*’, que se deve buscar, para Miller, a “parte do gozo do Um, gozo autístico, que está agarrado ao Outro e é capturado pela língua e pela cultura, tornando-se, em razão disso, manipulável” (Ibid, p.180).

Jean Oury, um dos grandes nomes da psicoterapia institucional francesa, teve seu pensamento também influenciado por Lacan e considera que há uma modalidade toxicomânica de alienação a qual seria necessário estudar. Para o autor, seria preciso, para se pensar as drogadicções, segundo afirma em um seminário inteiramente dedicado ao conceito de alienação, que se articulasse a este conceito questões relativas ao recalque originário (Oury, 1992, p.39). Mas ele não avança no tema, deixando apenas indicado este caminho.

Além disso, ao trabalhar esse tema em Lacan, estarei, também, me aproximando das concepções de Aulagnier sobre a drogadicção, que, em seu seminário de 1977-78 em *Sainte-Anne*, nos fala sobre a relação desta patologia com a paixão e com o que ela chama de Alienação. Minha hipótese é a de que se trata, em Aulagnier, através do termo Alienação, de um caso particular e uma vicissitude possível das operações lógicas circulares de alienação e separação em Lacan.

II.1.1 Os primórdios: a alienação imaginária

Podemos iniciar um estudo do termo alienação, em Lacan, desde cedo em sua obra: em seu texto, apresentado inicialmente em 1936 e publicado posteriormente, em 1949, intitulado *O estádio do espelho como formador da função do eu (Je), tal como nos é revelado na experiência psicanalítica* (Lacan, 1949).

O eu (*moi*) aparece ao longo do texto – que pretende abordar seu advento a partir de categorias imaginário-simbólicas – ligado a uma função de desconhecimento. Esta função é dada pela fixação antecipada – numa antecipação em relação ao estado atual de prematuração biológica – da forma unificada do corpo por sua imagem especular. Trata-se de uma imagem que lhe é, assim, devolvida, mas não sem passar pelo fundamental assentimento dado pelo olhar do Outro. O corpo despedaçado se opõe a esta imagem unificada com a qual o *infans* se identifica e que constitui um eu-ideal que, mesmo antes de sua determinação social (determinação pela linguagem), revela, desta forma, sua estrutura de ficção. O eu ideal assim fixado será um dos parâmetros de avaliação do eu ao longo da vida. O eu ideal será posteriormente situado por Lacan como o correlato imaginário de um ideal simbólico - o ideal do eu, este sim, I(A), constituído como um ideal do Outro, marcado pela busca ativa do retorno de algo da experiência precoce de ser o eu seu próprio parâmetro de medida, ponto em que localizei, *in initio*, o eu-ideal.

A matriz para todas as outras identificações é dada, segundo Lacan, por esta identificação primordial. O autor sublinha, assim, a precipitação desta forma imagética que transforma o *infans* para sempre, além de criar a matriz para uma identificação simbólica (o ideal do eu) que é correlata ao surgimento do sujeito do inconsciente.

Esta matriz se constitui, para Lacan, na alienação do ser da criança a partir do olhar do Outro materno. Um momento de transição que pode ser mais ou menos pontual, pois, em alguns casos, se tornará um ponto da constituição subjetiva bastante revisitado pelo falante, e que só chegará a alcançar alguma superação por ocasião da operação que lhe será justaposta, vários anos depois, a separação. Esta será, como veremos, equivalente à queda do objeto causa de desejo, um objeto que, tanto o Outro, quanto o sujeito perdem, mas que também traz, assim, a possibilidade de alguma recuperação do gozo que se supõe como logicamente anterior². Portanto, por este mito extraído da experiência da psicanálise, Lacan nos fornece os primórdios do destino alienante do sujeito assim formado, e da função de desconhecimento do eu.

O papel do Outro da linguagem na constituição do sujeito é enfatizado por Lacan ao longo de quase toda a sua obra. Entretanto, no texto de 1949, ainda há um grande acento na alienação que pode-se qualificar como imaginária,

fundadora do eu – alienação à imagem que lhe é devolvida pelo espelho e com a qual se identifica por meio do olhar do Outro³ – do que propriamente na alienação nos significantes desse Outro.

O impulso interno que é assim precipitado na criança

fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental.

(Lacan, 1949, p.100)

Desta forma, o eu ideal em sua vocação ortopédica se constituirá como aquilo que antecipa a constituição do desejo do sujeito como desejo do Outro. E é assim, também, que se constitui uma relação com o outro, o semelhante, seu próprio reflexo, fundada no registro imaginário: uma relação de concorrência, competição e rivalidade.

II.1.2 A alienação simbólica e a separação

O segundo momento privilegiado das formulações lacanianas em torno do conceito de alienação se dá a partir do *Seminário XI* (1964b, p.227-240).

Trata-se de um novo momento de sua teorização, que já é profundamente marcado por um trabalho, realizado desde 1954, que visou, continuamente, uma maior valorização e até mesmo um resgate da importância da linguagem e da dimensão simbólica na experiência analítica.

Neste segundo momento, a alienação tomará, portanto, algumas conotações diversas, mas não contrárias às do *Estádio do Espelho* e dos textos da chamada tópica do imaginário lacanianos.

Primeiramente, pode-se afirmar que só neste seminário é que a alienação passa a ser tratada como um conceito. Um conceito que, a partir de então, será retomado em muitas ocasiões ao longo dos próximos quatro anos, até o seminário sobre o ato analítico, em 1967-68.

Assim, na 16ª aula do *Seminário XI*, Lacan, que já tratara, na aula anterior, da relação do sujeito com o que é definido como o campo do Outro, do Outro simbólico, da linguagem – assinalando que o sujeito surge no lugar do Outro, no mesmo lugar em que surge o significante que o coagula – reintroduz, com toda a

força, o termo alienação. A alienação agora é resultado dos efeitos da incidência do significante sobre o *infans*, e não mais somente da incidência de uma imagem.

A alienação e a separação são então definidas como operações lógicas para o advento do sujeito em sua dependência significativa, referida ao Outro. Ambos os processos são ditos circulares, mas não recíprocos.

A alienação consiste numa espécie de condenação, à qual está submetido o ser que fala, a aparecer, na escolha radical que deve realizar – entre o ser, no campo do sujeito, e o sentido, no campo do Outro –, do lado do sentido como mero intervalo na relação entre dois significantes, e do lado de ser como vazio. Ou seja, perde-se necessariamente algo do ser na assunção do verbo ou mesmo no grito que articula uma demanda dirigida ao Outro. A busca do sentido que representa o ingresso na comunidade dos falantes implica, necessariamente, em uma perda da suposta completude do ser. O campo do sentido, assim resultante, aparece desprovido de uma parte que é perdida e que funda o campo do não sentido ou do fora-do-sentido. Esse processo é inevitável, algo ao qual o sujeito não pode escapar, na medida em faz parte de sua própria constituição.

Pode-se pensar esta operação de perda da parte do sentido que seria intrínseca ao ser, também como reflexo daquilo que se perde em função de sua condição de sexuado. No falante, o sentido, sempre sexual, subsiste desprovido da completude de um referente último, que não cessará de ser buscado, o que se manifesta negativamente pelos encontros sempre falhos com o campo do Outro, isto é, através da própria sexualidade.

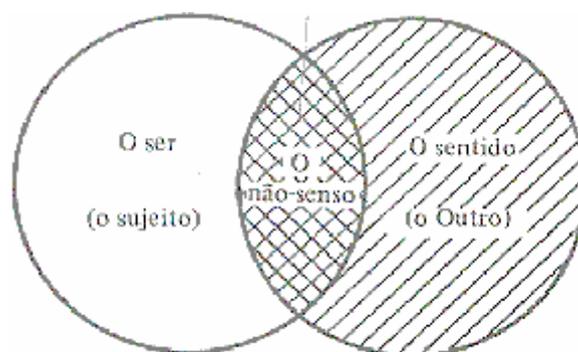


Fig.1 – Alienação em Lacan⁴

O detalhamento lógico desta operação é dado, por Lacan, através da noção de escolha, neste caso, trata-se de uma escolha forçada. A este respeito, Lacan nos traz um novo termo: a noção de *vel*.

O *ou* na lógica simbólica clássica pode ser tomado de duas formas: há o ou exaustivo (ou vou para lá, ou vou para cá, tenho que escolher) e há também outro tipo, dito não exaustivo, onde duas possibilidades são viáveis e, portanto, não excludentes. O *vel*, o *ou* que Lacan apresenta sustentando a operação de alienação se baseia numa terceira modalidade lógica, já não mais da lógica clássica, que se define a partir da reunião de dois conjuntos com ao menos um elemento em comum (fig.1). Daí, temos que o *vel* da alienação define-se por uma escolha onde se deve decidir qual dos conjuntos se deseja manter, sendo que o outro conjunto inteiro desaparece, incluindo a interseção. Neste caso, sempre uma mesma parte acaba também desaparecendo seja qual for a escolha, razão pela qual esta será dita uma escolha forçada.

Assim, na operação do *vel* entre o ser e o sentido, a escolha forçada do sentido só se dá às custas da perda de uma parte de não senso. Aquele que aprende uma língua pela primeira vez deve “desaprender” algumas articulações fonemáticas que não fazem parte desta língua, mas que estavam presentes enquanto potencialidades. Deve também, por esse mesmo movimento, produzir os primeiros significantes recalcados no inconsciente, fundando-o, alheando-se, assim, destes significantes.

Lacan prossegue afirmando que essa aplicação do *vel* não é, de forma alguma, arbitrária: ela existe na linguagem comum. Exemplifica isto pela proposição na qual, de repente, alguém pode ser pego: “A bolsa ou a vida!”. Ou ainda, conforme Hegel, na escolha forçada que pode-se reconhecer na raiz da alienação humana, e que se dá entre a liberdade e a vida. Escolhendo a liberdade perdem-se as duas imediatamente, enquanto que escolhendo a vida perde-se necessariamente uma parcela da liberdade original.

Lacan, a seguir, introduz o conceito de separação. Trata-se da operação que termina a circularidade da relação do sujeito ao Outro. Esta circularidade pode ser graficamente reconhecida também no matema da fantasia⁵ ($\$ \diamond a$) pelo operador da “punção”, o \diamond , que inclui tanto a disjunção (ou) e a reunião (\cup) da alienação quanto a conjunção (e) e a interseção (\cap) da separação.

Na separação trata-se da possibilidade de se recuperar algo do que está na interseção, e que, pela reunião, havia sido perdido. É uma operação que pressupõe uma atividade do sujeito visando escapar de se definir somente a partir daquilo que recebe das enunciações que o Outro realiza. Ele busca, então, responder à questão sobre o que ele é para o Outro, para além do que esse Outro diz ou faz. Na operação de separação estamos diante de uma atividade da criança que busca, através da colocação em jogo da possibilidade de seu próprio desaparecimento, sondar o que diz respeito ao desejo do Outro: o enigma que é para a criança o desejo do adulto.

Lacan nos faz notar que a palavra separar, do latim *separare* é polissêmica. Remete também a vestir-se, defender-se, munir-se do necessário para se pôr em guarda, e engendrar (*se parere*), no sentido de pôr no mundo. Todos esses múltiplos sentidos são válidos e devem ser retidos para afinar nossa percepção deste conceito.

Separação será, portanto, a operação de recobrimento de duas faltas, no campo do sujeito e no campo do Outro. Ela implica que o Outro seja reconhecido pelo sujeito como portador de uma falta. Uma falta que pode ser encontrada no simples fato de que haja uma demanda em seu discurso. Para a criança, diz Lacan, nos intervalos do discurso do Outro surgirá algo como: ‘Ele me diz isso, mas o que é que ele quer?’, o que corresponde à separação entre o que é da ordem da demanda e o que é do desejo do Outro. O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não ‘cola’, nas faltas do discurso e, podemos acrescentar, nos tropeços e hesitações que aparecem na articulação de uma demanda. A criança pode surpreender, por sua arguta capacidade de escutar e interpretar o que rateia no discurso do Outro e, a partir disso, construir, para si, um lugar, pela interpretação que realiza desse “x”, desse enigma que será sempre para ela o desejo enquanto fundado no desejo do Outro.

Isto pode ser representado no matema de Lacan: $S1 \rightarrow S2 \Rightarrow \$ \diamond a$, que designa, a partir de um enunciado dado, o surgimento de um resto, ‘a’, de um objeto que, na fantasia, surge relacionado ao desejo do Outro. A constituição da fantasia depende, portanto, de que a criança possa se ver como não mais sendo somente equivalente a um ideal para o Outro. Tornar este ideal, de alguma forma, próprio, isto é, subtrai-lo do campo do Outro e investi-lo, torná-lo um ideal *do eu* e não um mero ideal para o Outro, é uma tarefa que fica impossibilitada, ou

bastante dificultada, caso este Outro se ofereça como modelo identificatório pleno, completo, sem inconsistências ou falhas.

Lacan não nos fornece uma indicação gráfica da separação, como havia feito com a alienação. Há, entretanto, indicações dadas por Miller a esse respeito.

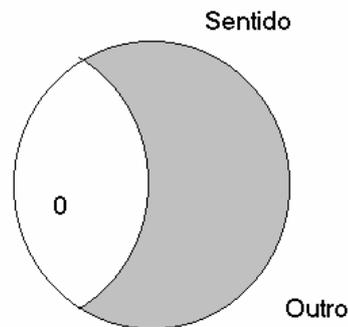


Fig 2a – Alienação⁶

Há uma primeira falta relacionada ao fato de que o sujeito não pode ser inteiramente representado no campo do Outro, o que Fink (1998), baseado em Miller, representa pelo conjunto vazio no lugar da interseção. Na escolha forçada do sentido, determinada pela alienação, surge a primeira falta. O processo de alienação pode ser visto, portanto, como produzindo, no campo do sujeito, inicialmente, um conjunto vazio: há o surgimento de uma marca, que incide sobre o que antes era nada, transformando este nada em um vazio. O sujeito, que assim surge, está baseado na nomeação deste vazio. Esta nomeação, atribuição de um significante ao vazio, pode ser também representada assim:

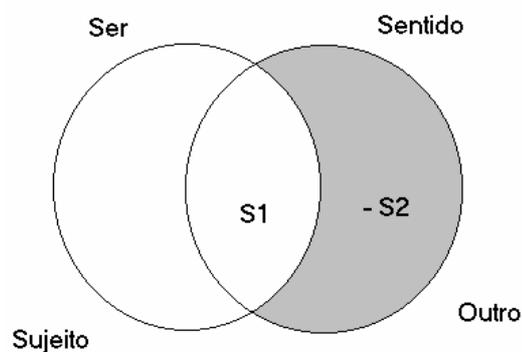


Fig. 2b – Alienação em J.-A. Miller⁷

Os significantes-mestres do sujeito, vindos do Outro, surgem para nomear o vazio em que ele, o sujeito, se constituiu originalmente. Outro significante ou, na verdade, uma série deles, S2, metaforizará o significante mestre S1, aquele que sozinho não representa nada. O S1 é o significante que instaura, portanto, o regime da *falta* para o sujeito em criação. Esta falta será traduzida pela instauração de uma montagem onde a própria falta é oferecida como objeto para o Outro, visando fazer coincidir ambas as faltas, operação que chamaremos *perda*, correspondendo a essa tradução da falta original, S1. A falta engendrada pelo tempo precedente, pedaço que acaba de ser arrancado do sujeito, quando tomado no campo do Outro como sentido, serve para responder à falta do Outro, suscitada pelo tempo da separação.

O sentido dado pelo Outro ao ser do sujeito não ocorre sem que ele seja marcado por uma barra, por uma divisão que corresponde à própria fundação do inconsciente, dada pela via dessa passagem de um termo da falta a outro, que corresponde, em Freud, ao recalque originário. Mas, como já disse, há sempre um resto na operação descrita de alienação do sujeito. Para que um significante possa ser considerado como tal, ele só pode vir representando esse sujeito, agora $\$$, para outro significante, S2. O que permite a seguinte representação que é a indicação gráfica da operação de separação.

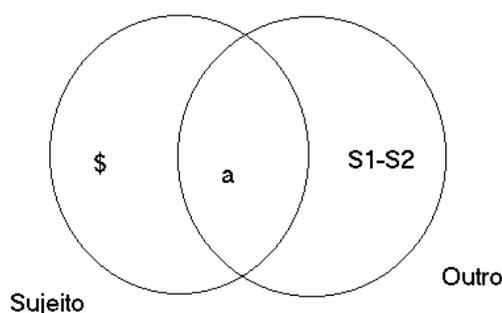


Fig. 3 – Separação em J. –A. Miller

O campo do Outro, agora, é o lugar onde um significante encontra-se em relação com outro significante: S1→S2. A operação realizada faz surgir um sujeito dividido, a partir deste remetimento de um significante a outro, mas também faz surgir um resto. E esse resto, que é aqui tanto do sujeito como do

Outro, recebe um nome: objeto ‘a’, objeto *causa* de desejo. Encontra-se aqui delineada a tríade composta por falta, perda e causa, que será retomada adiante.

Assim, na alienação, quando o sujeito se identifica com um significante, digamos “meu pequeno”, este só o é porque está referenciado a outros significantes, e está, sobretudo, referido ao ideal de sua mãe, por exemplo. Logo “meu pequeno” pode então funcionar como um significante-mestre para o sujeito. Ele ficaria, a princípio, petrificado nessa identificação, determinado pela própria nomeação. Isto pode ser pensado como se estivesse lhe faltando algo da parte viva de seu próprio ser, aquilo que contém sua própria satisfação, para além do Outro.

Mas isso não tardará, na melhor das hipóteses, a se modificar. Surgirá, então, uma fantasia onde o sujeito se satisfará numa cena montada a partir deste enunciado do Outro. Vendo-se designado pelo Outro como “meu pequeno”, isso passa, através da função da fantasia, a satisfazer a pulsão. Poderia ser outro dito qualquer, e ainda assim o sujeito construiria, a partir deste enunciado, sua fantasia, sexualizando esse dito.

As faltas no campo do Outro e no do sujeito são, então, superpostas. Mas há condições para isso. O Outro pode muito bem não se mostrar com algum sinal de incompletude, falibilidade ou deficiência, ser for paranóico, por exemplo. O Outro deve demonstrar que é um sujeito desejante (e assim também portador de uma falta e alienado), que também se sujeitou à divisão da linguagem, para que testemunhemos o advento do sujeito. Assim, a condição para a separação é que o Outro possa, ele próprio, também, ser barrado e o sujeito possa instalar sua falta-a-ser no lugar onde o Outro falta. O recobrimento completo das duas faltas é, entretanto, impossível.

Ao final do processo de alienação e separação obtém-se como resultado a divisão de ambos, sujeito e Outro. Nenhuma destas partes estava lá, no início, tal como se apresentam agora. A separação resulta em um tipo de interseção onde algo do Outro (a questão sobre o desejo desse Outro, transmutado em causa de desejo para o sujeito), que o sujeito considerava como uma parte sua, lhe é arrancado e conservado, na fantasia, pelo sujeito, agora dividido.

Disse que as operações citadas são consideradas por Lacan como circulares. Mas o que isso quer dizer? Trata-se de um termo tomado da lógica, em que a circularidade é “a relação de dois termos em que cada um se pode definir pelo outro, ou de duas proposições em que cada uma pode deduzir-se da outra”

ou, mais geralmente, “a relação de duas condições tais que a validade de uma depende da validade da outra” (Cf. Lalande, 1996, p.162). Esta parece ser uma das razões pelas quais, a meu ver, os dois conceitos serão, ao longo dos anos seguintes de seminário, unificados sob o termo geral de alienação, agora tomado numa dialética com a operação verdade.

II.1.3 A operação de alienação nos *Seminários XIV e XV*

A operação de alienação no *Seminário XV* – O ato psicanalítico, sofre uma transformação. Neste seminário, investigando não diretamente a constituição do sujeito, como antes, mas sim um percurso de uma análise, Lacan liga a operação de alienação a uma hipóstase do sujeito, que, anterior à alienação significativa, pode chegar a se afirmar como um eu de domínio que não pensa, que exclui de suas considerações o pensamento inconsciente, o saber.

Lacan parte do “Penso, logo existo” – *cogito ergo sum* – cartesiano. Afirma que esse ato se constitui como “um erro sobre o ser” (Lacan, 1967-68, p.89). É que assim, por uma espécie de trapaça de Descartes, ao postular, através do recurso à idéia de um Deus que não engana, a coincidência do ser e do pensar, Lacan acredita que ele conseguiu escamotear toda a espinhosa problemática sobre a relação entre ambos os termos. O ‘erro sobre o ser’, dito também como a passagem ao ato⁸ de Descartes, corresponde à apressada conclusão à qual este chega, resolvendo de pronto a discussão que durara vários séculos, desde os filósofos pré-socráticos, sobre as controvertidas, complexas e paradoxais relações entre o campo do ser e o do pensar.

Isto se explica porque Lacan trabalha com a noção de um pensar inconsciente, e que não pode se enunciar como causa de si mesmo. Para Lacan, o pensar do *cogito* é “um pensamento que acaba de rejeitar todo o saber” (Ibid, p.101).

A ciência moderna, fundada nesta certeza enganadora de Descartes, rechaça o saber (Lacan, 1965, p.870) através da forma lógica pela qual o toma. Esta é uma operação, que pode ser considerada como instaurada pelo *cogito* cartesiano, que, assim, funda a exclusão de toda possibilidade de dúvida na origem das considerações científicas.

Lacan apontou, também, outra operação de exclusão, correlata ao rechaço do saber, sendo esta indicada, mais precisamente, como uma forclusão. No *Seminário XV* ela aparece como “a grande *Verwerfung*” de Descartes:

O ato do *cogito* é o erro sobre o ser, como nós podemos ver na alienação definitiva do corpo, que dele resulta, que é rejeitado na extensão. A rejeição do corpo fora do pensamento é a grande *Verwerfung* de Descartes.
(Lacan, 1967-68, p.89).

Esta é a operação que nos deixou o legado de uma profunda dicotomia criada, entre corpo e mente. Lacan considera que o *cogito* cartesiano, de fato, instala uma novidade, ao cifrar, pelo significante, o momento de uma tal operação, que permitirá a sustentação de toda a ciência moderna, ‘a ciência’ tal como a conhecemos. Este movimento de instauração da base sobre a qual se erigirá toda essa novidade é absolutamente simultâneo, lógica e historicamente, ao surgimento da instância imaginária, do *moi*, do ego, do eu. Esse mesmo momento marca, também, a emergência de uma outra instância, que Lacan chama de *Je*. A instauração do *cogito* e do eu (origem do individualismo moderno) é, portanto, o ponto lógico fundamental que é necessário para o aparecimento deste termo, o *Je*, o sujeito com o qual a psicanálise opera, sob a forma de uma ex-istência em relação ao ser deste ‘eu’ criado pelo *cogito*, que pôde ser seguida, em função do surgimento da psicanálise, da conceituação do sujeito barrado do inconsciente. Pelo termo *Je*, pode-se entender o retorno, vindo do real, desta exclusão do saber e do corpo. De outra forma, trata-se aí, sob este termo, *Je*, o sujeito da psicanálise, de uma necessidade de se ‘pensar o corpo’, pois, expulso do campo das considerações científicas, que só permite sua abordagem em termos quantitativos, ele insiste em retornar, vindo do real, buscando seu tratamento pela via do significante, da palavra articulada.

Descartes, através desta ‘passagem ao ato’, criou, num só golpe, o eu como sujeito do enunciado (como produto imaginário que permite que se diga, por exemplo, “*eu penso logo eu sou*”), as condições para a ciência moderna advir e um resto gerado por esta operação, algo que permanece intocado por essa construção do pensamento cartesiano, e que é fundado como negatividade, excluído do campo de considerações assim inaugurado. Lacan dirá que esse sujeito da enunciação, *Je*, assim criado, surge como um conjunto vazio. Ou seja, surge a possibilidade de que um discurso estranho ao do eu apareça de forma

radical, forçando seu reconhecimento num sistema que é como que montado, desde sua origem, precisamente para escamoteá-lo⁹.

Será esta, portanto, a matéria com a qual operará a psicanálise: o retorno no real dos efeitos de expulsão sofridos pelo sujeito numa sociedade científica, individualista e cada vez mais orientada pela lógica capitalista do mercado, a mesma lógica que alçou a droga à sua atual importância em nossa sociedade.

Lacan, então, dando conseqüência a suas formulações sobre o erro cartesiano a respeito do ser, nega a formulação do *cogito*, articulando: “não (penso logo sou)”, indicando que está interessado no campo complementar ao fundado positivamente pela operação cartesiana. A seguir, aplicando uma propriedade lógica dos conjuntos, representada por uma das leis de De Morgan, formula, como equivalente da afirmação anterior: “ou não penso, ou não sou”¹⁰. Lacan aponta, assim, também, a necessidade de se conceber um ser sem o *Je*, vinculado ao não pensar, e um pensar também sem o *Je*, vinculado ao não ser.

O *Je* aqui em questão deve ser tomado como o que Lacan chama, a partir da lingüística, principalmente de Jakobson, como um *shifter*, um termo que muda sua apresentação dependendo do contexto singular do ato de fala.

É um semantema que não tem emprego articulável em função do código, quero dizer, em função pura e simplesmente do código articulável lexicalmente. É, como a experiência mais simples o mostra, que o eu (*Je*) não se relaciona nunca com algo que possa ser definido em função de outros elementos do código, senão simplesmente, em função do ato de mensagem. O eu (*Je*) designa o que é o suporte da mensagem, quer dizer, algo que varia a cada instante. (Lacan, 1958-59, aula de 19/12/58)

Isto é, o *Je*, o Eu, que os lingüistas aprenderam a tratar como um *shifter*, dada a dificuldade revelada por alguns dos enunciados que o contém (o problemático ‘eu minto’ é o paradigma desta dificuldade colocada pelo eu), será tratado como “o índice daquele que fala” (Lacan, 1967-68, lição de 27/03/68), o que varia de acordo com a posição em que se está com relação às duas alternativas alienantes. A distinção que o *shifter* comporta se dá, portanto, entre o sujeito do enunciado (*moi*) e o sujeito da enunciação (*Je*). No ‘Eu não penso’, que possibilita afirmar-se como um ‘ser’, trata-se de um ‘ser do eu’, que já possui certa homologia com o ego, em sua função de fornecer, ao ser, alguma unidade, ainda que precária. Já no ‘Eu não sou’, que possibilita ‘pensar’, trata-se de um pensar

inconsciente que indica a função do um sujeito absolutamente disperso, $\$$, em sua ex-istência pontual e evanescente.

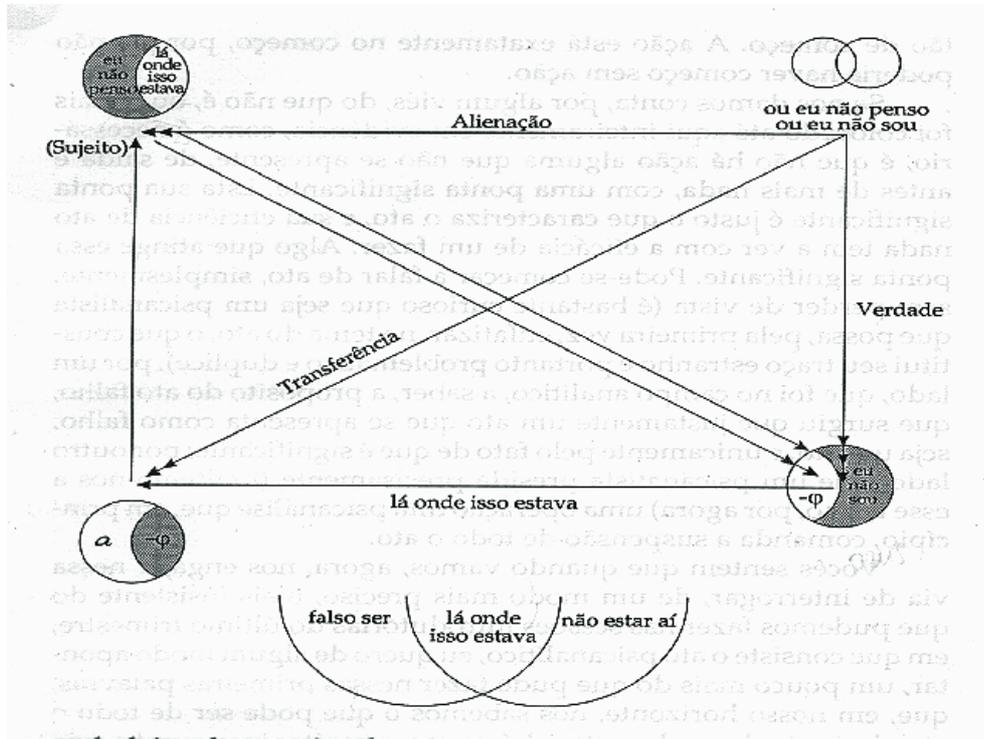


Figura 4¹¹

O “não penso” é o ponto para o qual converge a primeira operação, a alienação. Isto é, trata-se do ponto para o qual recai a primeira escolha, que se torna obrigatória, por ser a menos pior. A alienação como escolha forçada do não pensar, leva à emergência de um sujeito mítico, primitivo, vinculado ao objeto ‘*a*’.

Na primeira lição do *Seminário XIV*, Lacan afirma ser o ‘*a*’, este objeto, o primeiro ‘ser’ do sujeito. É ele que confere ao *shifter*, neste caso, uma função homóloga à do eu, do ego.

O significante não é somente o que aporta, o que não está aí, o *fort-da* enquanto representa a presença ou a ausência materna não está ali na articulação exaustiva da entrada em jogo do significante, o que não está ali o significante não o designa, o engendra, o que não está na origem é o sujeito. Dito de outro modo, na origem não há *Dasein* senão no objeto ‘*a*’, quer dizer, que é sob uma forma alienada que permanece marcada até seu término toda a enunciação do *Dasein*. (Lacan, 1966-67, aula de 16/12/66)

Assim, surge, relacionada à operação de alienação, a primeira falta que será correlata ao ‘isso’ freudiano, também indicada por uma variável, ‘*a*’. Esta operação alienação leva à aparição, no lugar do *Je*, de um “falso-ser” de objeto ‘*a*’ (Lacan, 1967-68, p. 83). Lacan, a seguir, define o estatuto dado a esse termo de falso-ser:

(...) quando eu falo de falso-ser, não se trata do ser do que vem se alojar lá, de alguma forma, por cima como as cracas no casco do navio, se quiserem. Não se trata do ser inchado do imaginário. Trata-se de algo debaixo, que lhe dá seu lugar. Trata-se do ‘eu não penso’, em sua necessidade estruturante, enquanto inscrito neste ponto de partida sem o qual não poderíamos, no ano passado, ter articulado coisa alguma sobre o que é a lógica da fantasia. (Lacan, 1967-68, p.83-84)

Este ponto é fundamental para meus fins, pois pretendo, nos capítulos seguintes, relacioná-lo a uma das posições preferenciais que se pode ocupar pelas drogadicções: ‘onde o isso era, eu não penso’, um não pensar de um falso-ser. Sublinho, sobretudo, o trecho onde Lacan diz tratar-se do ‘eu não penso’, *em sua necessidade estruturante*. E ele acrescenta: “Não é preciso alarmar-se muito, esse falso ser é o ser de todos nós. Jamais se é tão sólido em seu ser como quando não se pensa” (Ibid, p.83).

Lacan convoca, a seguir, sua experiência como analista para articular que, quando o paciente em análise, *simplesmente por ação da colocação em prática da regra fundamental* – a livre associação – chega a “renunciar à posição do eu não penso, ele é puxado ao pólo diagonalmente oposto, no esquema, que é o ‘eu não sou’” (Lacan, 1967-68, p.114). Enunciado que ele qualificara, inicialmente, como impronunciável, mas que depois reconhece como pronunciável, embora “grotesco”. Grotesco porque nunca se pode *dizê-lo* verdadeiramente: quem negaria o ser, senão o próprio ser? É por isso que esse enunciado é tomado como equivalente a um ato, um ato enquanto aquilo que instaura uma nova posição subjetiva, precisamente porque é condicionado pelo surgimento da perda, vinculada ao surgimento do $-\phi$, da falta a ser que aponta para a castração. Esta é, então, a dita operação verdade:

O fim da psicanálise supõe uma certa realização da operação verdade, a saber, que, com efeito, se ele deve constituir esse tipo de percurso que, do sujeito instalado em seu falso-ser lhe faz realizar algo de um pensamento que comporta o ‘eu não sou’ (...) e, por outro lado, essa falta que subsiste ao sujeito natural, ao sujeito do conhecimento, ao falso-ser do sujeito; essa

falta que, desde sempre se define como essência do homem e que se chama o desejo, mas, que ao fim de uma análise, se traduz por essa coisa não somente formulada mas encarnada, que se chama a ‘castração’.

(Ibid, p.87)

Do lado do ‘eu não sou’ se postula a origem do pensar inconsciente sem que haja, agora, a possibilidade de um eu que o enuncie. Isso indica que o saber inconsciente ex-iste em relação a qualquer possibilidade de que se possa conceber um sujeito único a enunciá-lo: o saber inconsciente é absolutamente disperso. No sonho, por exemplo, o sonhador encontra-se representado em todos e em cada um dos personagens. Esta é uma lógica que acompanha a concepção do sujeito do inconsciente como absolutamente sem substância, enquanto mera evanescência, como pura negatividade. “Para estar lá como inconsciente, não é necessário ainda que eu pense, como pensamento, em que consiste seu inconsciente. Lá onde eu o penso, é para não estar mais em mim. Eu não estou aí” (Lacan, 1967-68, p.83).

A seguir, trago um resumo esquemático deste percurso, que, desde a repetição, passando pela escolha obrigatória do ‘não pensar’ que, pela associação livre, leva ao enunciado de ‘não ser’, prepara para a possibilidade de uma análise.

1) “Ou eu não penso, ou eu não sou” (Repetição)

↓ *Alienação (escolha obrigatória)*

2) “Eu não penso” = (não-Eu) sou = (não \$) sou = sou ‘a’

↓ *Verdade*

3) “Eu não sou” = (não-Eu) penso = (não-moi) penso

É por esta via que o sujeito, mítico, primitivo, este que aparece inicialmente como mera marca¹², “remete ao Outro, se descarrega (eis aí a função do analista) desse objeto perdido, donde, na gênese, nós podemos conceber que se origina toda a estrutura” (Lacan, 1967-68, p.100).

Como Lacan trata das operações alienação, verdade e transferência usando indicações vetoriais, pode-se pensar, de acordo com o esquema, que a transferência – que é a meta inicial a atingir no caso em que estamos investigando, a saber, do paciente que rompe com a dimensão da causa pela droga – é a resultante da soma vetorial das operações alienação e verdade. Assim, ambas as

componentes são necessárias para se chegar a falar de transferência, que quando opera, já traz consigo a dialética entre alienação e verdade.

Notas do Capítulo II

¹ Ver também, a este respeito: Armony, N. *O campo das toxicomanias na clínica psicanalítica* – Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

² Essa suposição deve ser tomada com o cuidado de dizer que isto não estava lá antes, uma vez que é somente pela alienação, e pela perda de gozo que lhe é correlata, que podemos localizar, retrospectivamente, um gozo do ser, perdido, que somente *a posteriori* pode ser vinculado logicamente a esse momento anterior.

³ Embora isto só seja acrescentado mais tarde. Cf. Lacan, J. *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”*, In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.653-691.

⁴ A partir de: Lacan: 1964b, p.236.

⁵ A fórmula da fantasia lacaniana indica uma disjunção fundamental, que divide o ser entre uma busca de se fazer equivalente ao objeto, uma reinvidicação fálica, e, por outro lado, a ameaça de castração que paira diante desta tentativa de realização do ser.

⁶ Cf. Fink, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.75.

⁷ As figuras 2b e 3, são retiradas de um artigo que cita conferências dadas por J.A. Miller: Laurent, E. *Alienação e separação I*. In: Feldstein, R *et alli. Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997a.

⁸ Esta operação, apontada por Lacan no *cogito* de Descartes, será abordada no próximo capítulo, indicando a relação entre uma primitiva instituição subjetiva e a operação da passagem ao ato.

⁹ O eu do enunciado, Lacan chama de *moi*, aproximando-o do *das Ich* freudiano. Ele é tido como um produto imaginário, de ordem representacional, que se configura a partir de sua diferença em relação ao sujeito da enunciação, para o qual Lacan adota o pronome *Je*, aproximando-o do *Ich* freudiano. Pelo termo sujeito do enunciado (*moi*), deve-se entender um sujeito que se encontra no *sentido* que uma cadeia significante forja. Já o termo sujeito da enunciação (*Je*), se realiza no *equivoco*, na falha que ali pode vir a se articular.

¹⁰ A propriedade lógica em questão chama-se Lei de dualidade de De Morgan: $\sim (A \cap B) = (\sim A) \cup (\sim B)$, onde \sim é o signo da negação ou complementariedade.

¹¹ Extraída de: Lacan, 1967-68, p.79.

¹² “(...) é do efeito da marca que com satisfação deduzimos o ‘ou eu não penso ou eu não sou’, ou ‘eu não sou esta marca’ ou ‘eu não sou nada senão esta marca’, quer dizer, ‘eu não penso’” (Lacan, 1967-68, p.85). Lacan assim define que não há ‘escolha’ entre a marca e o ser, o efeito alienatório desta marca é obrigatório e foi a partir deste efeito que Lacan afirma ter chegado à formulação lógica da alternativa original comandada pela repetição que faz com o ser deva se perder como tal para se afirmar, inicialmente, somente como este ‘falso ser’ que acaba de expulsar o saber, o pensamento inconsciente, para o campo do Outro.

Capítulo III

A a-lien-ação na drogadicção: em busca do pensamento

“A alienação consiste em que nos encontremos no lugar do Outro... Comodamente.”

Lacan, J. *Seminário XIV*
aula de 11/01/67.

Neste capítulo, servindo-me dos conceitos já apresentados, busco inicialmente, descrever uma forma diferencial de separação, derivada da experiência clínica com pacientes drogadicctos de estrutura neurótica.

A seguir, com Braunstein, tomo em consideração o que se revela como um ponto limite da drogadicção: uma passagem ao ato suicida. Este caso, que, como veremos, se configura como uma identificação absoluta ao ‘a’ (Braunstein, 1998; Harari, 2001), mostra de forma extremada a dinâmica que envolve as drogadicções.

Em seguida, introduzo definições para alguns operadores que serão de grande valia para meus fins. Passagem ao ato, *acting-out* e ato, são termos que o ensino de Lacan conceituou e valorizou, e que encontram sólida base em Freud, principalmente a partir da formulação da segunda tópica. A formulação do ‘isso’, enquanto instância estruturada de acordo com o modo de funcionamento do processo primário, distingue-o do inconsciente da primeira tópica de Freud, ao apontar para “a concepção de um sujeito que é permanentemente desalojado da posição de senhor em sua casa, sendo obrigado a uma constante atividade de representação para se reposicionar como sujeito” (Rudge, 2000, p.44). Neste artigo, Rudge demonstra que a metapsicologia freudiana comporta a introdução destes operadores como pertinentes ao campo da psicanálise. A autora parte da análise de três atos falhos de Freud em *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901) e, enfatizando que mesmo os fragmentos de casos clínicos (os atos falhos e sua interpretação) podem ser concebidos como teoria em germen, demonstra que tal concepção, a de um sujeito obrigado a constantemente se recolocar como tal pela atividade de representação, já se encontrava presente, ainda que em estado germinal, na obra freudiana de 1901 (Rudge, 2000). Esta concepção, que não é outra senão a do sujeito do inconsciente em Lacan, remete a uma ‘função’ que é

constantemente solicitada a se colocar em ação, um clamor pela simbolização. A fonte e origem desta necessidade, em Freud, pode ser localizada na constância da atividade pulsional, e em Lacan é concebida, também, como se realizando por força do que ele chamou de *tyché*, de repetição real¹, conceituada no *Seminário XI* (Lacan, 1964b).

Desta forma, baseado nas concepções da segunda tópica freudiana, enfatizo, a partir de Lacan e de outros autores que seguem suas indicações, a necessidade de se tomar os três termos que comportam a gama de possibilidades das atuações como meios para considerações centrais a respeito do trabalho prévio à possibilidade de uma análise para os pacientes aqui em questão. Estes termos, entretanto, servem para descrever parte do manejo de toda e qualquer análise, desde seu início até seu momento conclusivo, o qual remete, para Lacan, à formação de um psicanalista. Tais termos serão trabalhados aqui, no entanto, principalmente como operadores prévios à instauração de uma demanda de análise.

Em seguida, situo, na drogadicção, a ação de uma operação de identificação relativa (no sentido de não-absoluta) ao objeto 'a'. A conceituação de tal operação, que será fundamental para a abordagem destes casos, encontra sua fundamentação teórica em Harari (2001) e, principalmente, em Rabinovich (2004).

Na drogadicção, por força desta identificação relativa, o paciente pode ocupar um lugar semelhante ao que seria o do analista na relação transferencial. Esta identificação ao objeto implica, entre outras coisas, em perturbações significativas para o surgimento de uma demanda de análise, e, até mesmo, de uma demanda de tratamento. Muitas das demandas de tratamento que chegam até uma instituição de orientação psicanalítica de atenção a problemas decorrentes do uso de álcool e drogas, se apresentam declaradamente como pedidos de auxílio para alcançar e/ou manter a abstinência quanto ao uso de uma ou mais drogas. Entretanto, este pedido esconde, muito freqüentemente, outros enunciados, que virão a se revelar mais adiante, ao longo do tratamento: “me ajude a voltar a usar drogas como antes, sem que eu tenha problemas” é uma forma comum de muitas destas demandas veladas. Ou seja, revela-se que, a partir de uma posição de suposto domínio, que dispensa o recurso ao outro e, de certa forma, ao Outro (Nogueira Filho, 1999), o indivíduo, muitas vezes não está disposto a renunciar,

de bom grado, à droga, só porque alguma coisa vai mal. O que ele busca, em geral, é apenas um refúgio temporário que o proteja do caos que se instalou num momento preciso. Esta posição de identificado ao ‘a’ também se mostra quando, em muitos dos casos em questão, pode-se escutar uma gritante demanda dos pais, do cônjuge, dos familiares, dos filhos, seguida de uma silenciosa aquiescência submetida por parte do paciente que nos procura.

Com o paciente situado nesta posição, algo ainda deverá ocorrer, ao longo das entrevistas, para que uma verdadeira demanda possa ser revelada.

É importante notar que esta forma de apresentação, a do paciente parcialmente identificado ao ‘a’, embora seja semelhante àquela que habitualmente é considerada, a partir de Lacan, como a que se dá na perversão (1963 (1998)), na verdade não se restringe a ela (Rabinovich, 2004)².

A experiência clínica revela que os pacientes drogadictos freqüentemente se referem a uma fase inicial de “lua-de-mel” com as drogas, somente após a qual, iniciam-se os problemas. Só então é que se mostra todo o dinamismo desta identificação relativa, que busca a inscrição de uma falta em forma de perda para o advento do sujeito. Pode-se observar que, geralmente, é só a partir do momento onde as ‘perdas’ reais se iniciam, que uma busca de tratamento ocorre. Esta será freqüentemente motivada por uma mudança de posição subjetiva em relação ao Outro, determinada por um ou mais atos de descontrole que desmentem a posição de domínio que se acreditava ter.

A seguir, mostro como as passagens ao ato, que, então, começam a ocorrer, podem ser tomadas também num sentido progressivo em relação a uma posição inicial de alienação profunda. Procuo mostrar como os atos funcionam como tentativas de instituição da função do sujeito do inconsciente.

Esta abordagem permite situar como traço distintivo destas patologias, precisamente a forma de identificação ao ‘a’, que não só permite, como exige um recurso habitual à passagem ao ato e ao acting-out.

A dinâmica, que é assim estabelecida, entre o recurso às passagens ao ato e aos *acting-out*, será trabalhada através do ‘esquema do grupo de Klein’ lacaniano dos *Seminários XIV e XV*, aplicado aos casos aqui em questão.

Com Lacan, pode-se ver que esta dinâmica se define a partir de uma espécie de diagnóstico não estrutural. Ele se refere apenas a uma “zona onde prevalece o que defini como *acting-out*” (Lacan, 1962-63a, p.168) – a dos *acting-*

*out*³ – que, teorizada a respeito das caracteropatias, pode ser estendida às variadas formas de ‘impulsões’ e, portanto, às drogadicções (Rabinovich, 2004).

Passo então à consideração da forma diferencial de separação a qual aludi inicialmente.

III.1 Apartar-se do Outro: uma forma de separação

A drogadicção, quando na neurose, pode ser definida como o resultado da escolha de um método que permite que o falante *se aparte* do intercâmbio simbólico (Braunstein, 1998, p.198-202). Isto concorre para uma conexão direta a um gozo que não passa pelo inconsciente, pela fala articulada. É uma operação onde o Outro simbólico fica *apartado*. O sujeito assim garante uma certa ordenação e a produção de uma *espécie de separação* relativa aos efeitos da operação de alienação. Operação esta que pode ser feita de forma radical, resultando numa rechaço extremo da alienação significativa, que, inevitavelmente sempre torna a se relançar por força da repetição real.

Há, sem dúvida, um método de subtração do sujeito ao intercâmbio simbólico que é (...) objeto de uma decisão, de uma eleição. Algo que permite uma conexão quase experimental com o gozo e que opera um curto-circuito com relação ao Outro e ao seu desejo. Um meio que permite ao sujeito um certo balizamento, a produção mais ou menos regulável de uma separação a respeito dos efeitos da operação de alienação significativa. Uma separação que pode ser completa, quer dizer, um rechaço absoluto da alienação significativa. Não deixa de ser paradoxal que este método seja posto à disposição do sujeito precisamente pelo Outro do qual o sujeito pretende separar-se. De fato, é um produto da indústria, algo que se trafica, algo que é proposto e oferecido pelo Outro no comércio o que pode satisfazer esta demanda de uma separação radical, de aniquilamento do ‘penso’ em benefício de um ‘sou’ sem atenuantes e mais além de toda cogitação. Estou falando, já se terá entendido, da droga; das drogas, caso se prefira, e de seu efeito permanente no sujeito que é a drogadicção.

(Braunstein, 1998, p.198)

O produto, a droga, será, então, aquilo em torno do que gravita uma alternância, entre alienação e separação, comandada pela repetição (Vidal & Becker, 1999, p.268). De outra forma, as drogadicções parecem feitas sob medida para revelar, na experiência mais concreta, a dominância de uma força de coerção à repetição, que impele a continuar buscando, neste caso, pela droga, alternadamente, o encontro, por um lado, com o Outro da linguagem e da lei, e, por outro, com seu furo real, enquanto localizado pelo objeto ‘a’, como uma

espécie de caricatura das operações de alienação e separação descritas no *Seminário XI*⁴. Digo uma alternância, e me refiro posições estanques, não dialetizadas. Esta é uma operação que pode chegar a atingir uma necessária, porém pouco consistente, espécie de separação com relação aos efeitos da operação de alienação.

Isso remete para a escolha do significante ‘*apartar*’, e para um esclarecimento das razões de seu uso. ‘*Apartar*’, segundo o Dicionário Houaiss (2001), significa separar-se ou separar o que está unido por natureza, por afeição ou circunstância, afastar-se, desunir-se. Para meus fins é interessante, entretanto, diferenciar separar de apartar, tomando o termo ‘*apartar*’ como designando uma espécie determinada de separação. A primeira impressão que o dicionário nos dá é precisamente que ‘*separação*’ é um termo que é mais próximo da noção de lei que o termo ‘*apartar*’. *Separação* tem várias acepções relacionadas ao âmbito jurídico – separação de bens, de corpos, de fato, de patrimônio, de poderes, do dote – o que torna esses dois termos diferentes em relação a um aspecto primordial: a Lei. Quando usado na acepção, por exemplo, de uma separação de um casamento, o termo sugere algo definitivo ou que, ao menos, rompe uma continuidade que ainda permanece sugerida pelo termo *apartar*.

Algumas outras acepções do termo *apartar* são separar-se do peito da mãe, separar uma briga, desviar-se de um caminho ou direção, ou do bom caminho, da boa conduta segundo as normas sociais vigentes, desencaminhar-se, dissuadir e desestimular alguém de fazer alguma coisa. Além destas, há uma acepção muito curiosa que remete para o gesto do homem de “acomodar o órgão sexual para o lado direito ou esquerdo das calças”, o que não deixa de evocar a *sexuação*⁵.

‘*Separação*’, portanto, parece ser um termo de uso mais efetivo para indicar uma ação que alcança seu fim, além de estar mais claramente vinculado à noção de lei – a *separação* é executada *de acordo* com a lei – enquanto o termo “*apartar*”, sugere, ao contrário, precisamente um desvio da lei, uma *separação que não é efetiva na ausência de uma ação contínua exercida por um terceiro elemento* (como no caso do *apartar* de uma briga).

Assim, considero *apartar* um melhor termo para indicar o tipo de operação que a droga executa para o sujeito. Uma *espécie de separação - um apartar - do Outro da linguagem e da lei* que contribui para aplacar a angústia sentida pelo fato de se perceber casado com o falo, tomado como órgão fora do corpo. Uma

espécie de separação, entretanto, que não permite a plena incidência da Lei do desejo, *não* executa para o sujeito a *queda* do objeto causa de desejo no encontro deste com o campo do Outro. Esta forma de separação, ao não realizar a queda do objeto ‘a’, mantém em pauta a necessidade da operação de visar algum movimento no sentido da inscrição da falta em forma de perda⁶, o que deve ocorrer ainda ao longo das entrevistas preliminares à análise propriamente dita. Vê-se, desta forma, que a operação de se apartar, no lugar separar-se, implica num adiamento do advento da perda.

III.2 Droga e suicídio

A forma de separação envolvida na adicção à droga, o apartar-se, encontra um paralelo, em uma situação extrema, a da passagem ao ato suicida, que pode ser situada como o modo mais radical de uma tentativa de separação, onde todo o corpo, e não só o objeto causa de desejo, se deixa cair (Braunstein, 1998, p.198-199; Harari, 2001, p.199-201). Diz-se freqüentemente que “a droga é um lento suicídio”. Impossível opor-se a essa afirmação da sabedoria popular. Acrescento, então, que mata, sobretudo, o sujeito, mas que pode atingir fatalmente também o corpo. Diz-se nos grupos de Narcóticos Anônimos que a drogadicção é uma “doença que mata desmoralizando”.

Braunstein (1998, p.198-99) mostra como o ato suicida, sob o pretexto de não querer saber mais nada dos condicionamentos da vida, através de um radical apagamento do sujeito na cadeia significativa, produz paradoxalmente, uma inscrição indelével que corresponde a uma impugnação feroz e sem piedade do Outro e de seu gozo. “O suicida é um homicida tímido”(apud Braunstein, 1998, p.199), segundo Cesare Pavese. Ele não diz, mas arroja seu cadáver como palavra. Sua proposição tácita: “aqui tens meus restos”(Ibid, p.199) longe de brindar ao Outro, o marca, inscrevendo nele a cicatriz de sua inconsistência, o significante da falta do Outro. Isso, entretanto, se dá através de um ato radical onde o suicida se coloca diante da ironia de só conseguir realizar uma brecha, que serviria para localizar algo de seu próprio gozo, às custas da morte do corpo.

A adicção à droga se situa, em seu limite, como uma mesma classe de respostas que o suicídio. Ela pode ser pensada como uma montagem que varia desde o ponto imediatamente anterior à instauração do sujeito barrado do inconsciente, separado, mas articulado ao objeto causa na fantasia, até a

identificação, de modo absoluto, com o objeto ‘a’. No caso do suicida, a identificação ao ‘a’ é absoluta (Braunstein, op. cit; Harari, 2001, p.199-201). Já na dinâmica com a droga, podemos reconhecer identificações relativas⁷. O conceito de identificação *relativa* responde pela presença de uma certa mobilidade, em oposição à fixidez, na posição de identificação ao ‘a’. Afirmar que ela é relativa, implica, portanto, em dizer que a estrutura insiste na superação deste estado. O lento suicídio pela droga se dá através de sucessivos e constantes atos que visam, em última análise, algo semelhante ao que ocorre no suicídio: apontar o ponto de inconsistência no Outro, sua falta constituinte⁸. Em análise, pode-se levar o sujeito a servir-se disto – aqui se situa a principal diferença em relação ao suicida – para veicular algo de seu próprio gozo, para que assim, talvez, torne-se possível alcançar o desejo, quando na neurose. Esta operação de identificação relativa ao objeto ‘a’ mantém, assim, um dinamismo que pode chegar a ser intenso, e que se mostra a partir dos atos praticados, que, como veremos, indicam uma persistência da buscar de relançar o caminho da constituição do sujeito do inconsciente.

No caso da droga temos em ação um ser cujo corpo não se perde de um só golpe como no caso do suicida, mas que se *empenha* ao Outro, como uma espécie de garantia de pagamento da dívida simbólica. Prosseguindo na analogia, acrescento que, sobre esta dívida em aberto, incidem periodicamente juros. Os freqüentes atos, que ocorrem com ou sem o efeito direto da droga, podem ser lidos como a expressão desta operação custosa de mera manutenção da dívida e da relação com o credor⁹.

Ainda se pode apontar outras relações entre o suicida e o adicto. Uma delas diz respeito à questão do nome: o suicida finda por destacar o nome, fazendo-o um nome próprio, enquanto que o drogadicto se dissolve numa multidão de anônimos (Braunstein, 1998, p.199). O “sou toxicômano, sou dependente químico” pode também ser entendido como uma maneira de se esquivar da elaboração de uma pergunta sobre o ser.

No caso daqueles que estão também freqüentando os grupos, a passagem, em análise, para uma operação de reconstrução do nome próprio será algo de grande importância. Esta passagem, quando surge, independe de qualquer manobra do analista neste sentido, e aparece muitas vezes vinculada a um questionamento da noção de “doença” e da identificação de si próprio como “doente”, dependente químico ou drogadicto. Mas essa via de passagem não é

certa. Muitos esbarram, neste momento, num forte obstáculo que é a possibilidade de recolocação em jogo da dinâmica com a droga. Entretanto, em análise, embora não sem dificuldades, vê-se como o sujeito pode, no momento adequado, forçar a passagem a um anseio de reconhecimento de seu próprio desejo a partir das tentativas que fará de simbolizar a falta no campo do Outro, pela via dos *acting-out*. Isto pode ser feito exemplarmente pela busca de se prescindir do reforço imaginário do nome comum que o identificava ao seu semelhante dentro dos grupos. O que não significa que seja necessariamente através de um abandono dos grupos que isto se dê.

III.3 Passagem ao ato e *acting-out*

Aqui, faz-se necessária uma apresentação dos conceitos que definem o campo de ação do que se chama de ‘clínica do ato’. O termo ‘clínica do ato’ remete à especial atenção que o psicanalista pode fornecer ao manejo clínico dos atos praticados pelo sujeito, desde as entrevistas preliminares. Estes atos foram separados por Lacan, em seu *Seminário X* (1962-63a), em três modalidades – passagem ao ato, *acting-out* e ato. O manejo clínico destes atos, que pode começar desde a primeira entrevista com o paciente, visa, através da resposta que o psicanalista pode dar aos mesmos, a realização do ato analítico. O ato analítico, aqui, deve ser tomado como a operação de instauração da função do sujeito para que uma análise possa ser iniciada¹⁰.

Os primórdios deste avanço, que representa a consideração dos atos e de seu manejo para a instauração da transferência, podem ser encontrados em Freud também no texto *Recordar, repetir e elaborar* (1914). Neste artigo, Freud introduz o termo *Agieren* para designar a colocação em prática, sob a forma de um ato, de um mecanismo que visa simultaneamente, evitar a verbalização de uma moção pulsional recalçada e se furtar à transferência. O paciente traduz em atos, realizados dentro ou fora da análise, aquilo que foi esquecido por ação do recalque: “(...) podemos dizer que o analisando não *recorda*, em geral, coisa alguma do esquecido e recalçado, mas o *atua* (*acts it out*). Não o reproduz como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o faz” (Ibid, p.151-152).

Já a expressão ‘passagem ao ato’, será tomada de empréstimo por Lacan, no *Seminário X*, à psiquiatria francesa, que reservava esta designação para as

condutas pelas quais um sujeito se precipita numa ação violenta que o ultrapassa. Importada para o campo da psicanálise, ela portará traços mais específicos.

O exemplo paradigmático de passagem ao ato, como já disse, é o suicídio, ação pela qual, muitas vezes, o próprio modo de realizá-la revela esta ultrapassagem do sujeito, que sai de cena para alcançar uma morte violenta, por exemplo, por defenestração¹¹ ou lançando-se, deixando-se cair, no espaço vazio. A expressão “deixar cair” (*niederkommen lassen*) tomada a partir de Freud, em sua exposição do caso da jovem homossexual (Freud, 1920b), é, por Lacan, ligada à passagem ao ato, de forma estrutural.

Este *deixar cair* é o correlato essencial da passagem ao ato. Ainda é necessário precisar de que lado ele é visto, este *deixar cair*. Ele é visto justamente do lado do sujeito. Se quiserem se referir à fórmula do fantasma, a passagem ao ato está do lado do sujeito enquanto este aparece apagado ao máximo pela barra. O momento da passagem ao ato é aquele do maior embaraço do sujeito, com a adição comportamental da emoção como desordem do movimento. É então que, de onde ele está – a saber, do lugar da cena onde, como sujeito fundamentalmente historicizado somente, ele pode se manter em seu estatuto de sujeito –, ele se precipita e bascula para fora da cena.

Esta é a estrutura mesma da passagem ao ato.

(Lacan, 1962-63a, p. 136, grifo do autor)

Esta definição lacaniana de passagem ao ato, a meu ver, amplia-se em relação a sua concepção original, a da psiquiatria. Na psicanálise, o termo leva em consideração os atos que surgem quando, a partir de uma cena montada, o sujeito rompe com seus recursos simbólicos para lidar com a situação e apela para um ato radical, que desmonta a cena que ali havia se instaurado. Ainda que o ato em si seja pontual, é importante notar que a construção da cena, que o precedeu, e que dá a tonalidade de ‘maior embaraço’ àquela situação, não o é: a cena havia sido construída segundo o assentimento do sujeito (Cf. Lacan, 1962-63a, p.131). Há, ainda, a adição da emoção relativa a uma desordem do movimento, quando algo subitamente (in)esperado surge: no caso da jovem homossexual, é o olhar de seu pai. As duas condições essenciais da passagem ao ato para Lacan são: a identificação absoluta do sujeito ao ‘a’ “ao qual ele se reduz” (Ibid, p.131) e “a confrontação súbita do desejo e da lei” (Ibid, p.131). No caso da jovem, trata-se do desejo de seu pai, “sobre o qual tudo em sua conduta é construído” (Ibid, p.131), através do olhar que ele lhe dirige, tomado como signo de sua

desaprovação e presentificação da Lei. É desta forma que, sentindo-se definitivamente identificada ao ‘a’, e ao mesmo tempo, rejeitada, dejetada, fora da cena, a jovem se deixa cair, pela tentativa de suicídio que realiza.

Trata-se de uma passagem por fora de qualquer apropriação significativa. Não há sentido no ato, ele é um fim em si mesmo. O ‘sujeito’ presente na passagem ao ato é, na verdade, um ser de domínio que só diz o que quer silenciar, distinto do sujeito do inconsciente (Brodsky, 2004, p.127). A passagem ao ato é caracterizada, precisamente, por um rechaço da dimensão do inconsciente. A dimensão de violência aí implicada deve ser, portanto, ampliada em relação ao que habitualmente se considera como tal. Neste sentido, podemos pensar que as passagens ao ato não se restringem ao suicídio, nem mesmo às ações violentas como agressão, auto-agressão, mutilação do corpo, etc. Podem entrar aí, também, por exemplo, considerando os casos aqui em questão, as overdoses, alguns atos criminosos, as situações de extremo risco às quais o indivíduo se expõe, mas também as situações de uso contínuo e excessivo¹² que visam silenciar o pensamento de forma radical. É importante salientar, entretanto, que todas estas possibilidades devem ser examinadas individualmente, para se verificar se ao menos o traço principal, a marca d’água da passagem ao ato, está presente: o deixar-se cair da cena do Outro.

A seguir, ainda no *Seminário X*, Lacan nos dá um outro exemplo de passagem ao ato. Trata-se de uma situação de ‘fuga’:

Poderia eu lhes dar um outro exemplo, igualmente manifesto? Quem pensaria em contestar esta etiqueta do que se chama a fuga? O que é que se chama a fuga no sujeito sempre mais ou menos colocado em posição infantil que nela se lança? – se não é esta saída da cena, esta partida errante {*depart vagabond*} para o mundo puro onde o sujeito parte à procura, ao encontro, de alguma coisa que é rejeitada, que é recusada em toda parte. Ele se vangloria, como se diz, e, claro, ele retorna, o que pode ser para ele a ocasião de se vangloriar. A partida é mesmo esta passagem da cena ao mundo.

É bem por isso que era tão útil que eu colocasse nas primeiras fases deste discurso a distinção essencial destes dois registros – por um lado, o mundo, o lugar onde o real se apressa, e, por outro, a cena do Outro, onde o homem como sujeito tem que se constituir, tem que tomar lugar como aquele que porta a palavra, mas não poderia portá-la senão em uma estrutura que, por mais verídica que se coloque, é estrutura de ficção.

(Lacan, 1962-63a, p.137)

A fuga para o mundo, longe de uma determinada cena simbólica que é regida sempre por relações historicamente inscritas, por papéis sempre pré-determinados em certo grau, é algo que toma todo seu valor na clínica das drogadicções. Creio que este seja um dos exemplos mais manifestos, além de ser bastante comum, de passagem ao ato nas drogadicções. Deve se considerar aqui, por exemplo, o fato de que o comércio de drogas ilícitas traz todo um caráter de fora de uma determinada cena simbólica e de entrada num ‘outro mundo’, para aqueles, que não são poucos, que se aventuram, por exemplo, na tarefa de conseguir a droga em sua ‘fonte’.

Rabinovich situa, na análise de um caso de bulimia que utiliza para demonstrar o manejo clínico com tais pacientes, as passagens ao ato como os próprios episódios bulímicos de comer impulsivo que situam a paciente fora da cena onde tentava se manter como objeto que assegura a verdade do Outro. Isto é, os episódios de bulimia, tomados como passagens ao ato, surgem quando já a paciente não pode se sustentar na cena, que está por trás do ‘personagem’ egóico que ela construiu para si mesma (Rabinovich, 2004, p.58). O ‘sujeito’ aí se realiza, instituindo-se primordialmente como dejetivo por meio deste ato radical.

Outra forma de compreender a passagem ao ato é, como faz Lacan no *Seminário X*, enfatizar a distinção entre ato, acting-out e passagem ao ato, em três níveis distintos. Ao termo ‘ato’ reserva-se o sentido de um ato *significante*, que permite, *a posteriori*, uma transformação do sujeito ao assumir algo de sua significação¹³. Já o ‘acting-out’ implica numa demanda de simbolização dirigida a um outro. Trata-se de um meio para evitar a angústia, transpondo-a para o outro. Este, quando ocorre ao longo de uma análise, será visto como uma indicação de um impasse que deve ser solucionado pelo analista. Não se trata, aí de que este *acting-out* seja interpretado por um dizer, mas de que, para que a análise vá adiante, o analista possa, refletindo sobre sua significação na transferência, compreendê-lo e, assim, mudar sua posição transferencial¹⁴. Nos casos aqui em discussão, quando os *acting-out* surgem a partir de uma posição inicial de identificação relativa ao ‘a’, deve-se reconhecê-los não somente como realizando um impasse, mas, sobretudo, como um progresso no sentido da própria instauração da função do sujeito do inconsciente.

Já o termo ‘passagem ao ato’ difere dos outros dois que compõem a série ao se referir a um ato não simbolizável, ao menos naquela circunstância, pelo qual

o sujeito, através de uma identificação ao objeto ‘*a*’ tomado como mais-de-gozar¹⁵ (um objeto excluído de qualquer apropriação significante), realiza uma ruptura e uma alienação radical, que não é outra senão a do falso-ser que exclui o pensamento inconsciente: sou ‘*a*’ = não penso.

III.3.1 A passagem ao ato como instituição subjetiva

A aparente tranquilidade inicial da posição alienada de exclusão do pensar e afirmação do ser tenderá, entretanto, a ser perturbada. Isto se dá quando passagens ao ato passam a se articular, visando algo de uma reinstituição subjetiva, ainda que seja a instituição do sujeito enquanto expelido, uma expulsão (*Austossung*) do sujeito, que, assim, cai por fora daquilo que o sustenta estruturalmente (Harari, 2001, p.204). Rabinovich indica que a passagem ao ato como instituição do sujeito pode ser vista desde o *Seminário IX*, A identificação (Lacan, 1961-62), onde já aparece também relacionada ao *cogito* cartesiano (Ibid, aula de 22/11/1961). Mas seus antecedentes mais diretos podem ser encontrados no *Seminário X*.

Neste seminário, trabalhando a função e o estatuto dos objetos cessíveis, Lacan afirma:

O ‘*a*’ é aqui o suplente do sujeito – e suplente em posição de precedente. O sujeito mítico, primitivo, posto no início como tendo que constituir-se na confrontação significante, nós não o apreendemos jamais, e evidentemente, porque o ‘*a*’ o precedeu e é enquanto ele próprio por esta primitiva substituição que ele tem de reemergir secundariamente além desta desapareição.
(Lacan, 1962-63a, p.363)

Trata-se aqui do sujeito primitivo que vem a se defrontar com a alienação significante. Esta função primitiva do sujeito identificado ao ‘*a*’, como objeto a ser cedido, encontra uma imaginarização no complexo do desmame, ponto que Lacan também valoriza para a apreensão do que ocorre nas drogadicções. Em um de seus primeiros textos, intitulado *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938), Lacan aproxima as ‘toxicomanias pela boca’ e as anorexias, relacionando ambas ao campo circunscrito pelo complexo do desmame. O autor afirma que, ao contrário do que ocorre com os animais, onde o instinto materno pára de agir quando o fim da amamentação é completado, no homem é uma regulação cultural que condiciona o desmame. O desmame no homem é

considerado como constituindo “um traumatismo psíquico cujos efeitos são as anorexias ditas mentais, toxicomanias pela boca e neuroses gástricas” (Ibid, p.23). O complexo do desmame, o mais primitivo do desenvolvimento humano, seja ele traumatizante ou não, deixa no psiquismo o traço permanente da relação biológica que ele interrompe.

Ainda no *Seminário X*, Lacan avança, afirmando que “o momento mais decisivo de que se trata nessa angústia, a angústia do desmame, não é tanto que, na ocasião, este seio falte à necessidade do sujeito, é, sobretudo, que a criança ceda este seio ao qual está apensa {*appendu*} como a uma parte de si mesmo” (Lacan, 1962-63a, p.362, grifo meu). O seio, na experiência primitiva do indivíduo diante do trauma do nascimento, deve ser concebido como fazendo parte dele próprio. O órgão é, neste nível, o próprio sujeito¹⁶.

Interrogando-se sobre esta função primitiva do ‘a’ em relação ao sujeito, Lacan relaciona-a a função de um objeto cessível:

Se podemos aqui apreendê-lo, de alguma forma, de uma maneira pura, é justamente na medida em que, numa confrontação radical, traumática, o sujeito cede à situação. Mas que quer dizer, a este nível, neste momento, este *cede*? Como se deve entendê-lo?

Não é que o sujeito vacile, nem que ele se submeta. (...) Numa situação cuja fixidez coloca diante de nossos olhos o caráter primitivamente inarticulável e com o qual ele permanecerá, entretanto, para sempre marcado, o que se produziu é algo que dá seu verdadeiro sentido a este *cede* do sujeito – é literalmente uma cessão.

(Lacan, 1962-63a, p.361-362)

A cessão é, neste ponto, de ‘si mesmo’, ao se ‘deixar cair’. Isto é, também, o que está em questão na passagem ao ato. Afirmando isto baseado nas proposições do *Seminário XIV*, onde a passagem ao ato aparece ligada a uma instituição subjetiva¹⁷. Esta instituição do sujeito é também trabalhada, no *Seminário XV*, como ligada ao ‘erro sobre o ser’ de Descartes, com seu *cogito*.

Ocorre que este sujeito aí em questão, o sujeito dito mítico, primitivo, ao qual Lacan se refere nestas citações do *Seminário X*, acima, não pode ser confundido com o sujeito do inconsciente. Neste seminário, Lacan introduz uma função, dita subjetiva, aquém daquela que habitualmente se liga a este termo, a função de simbolização dada pelo termo sujeito do inconsciente. Isto se explica, porque neste seminário, assim como no do ano seguinte, Lacan investiga, agora ligado ao percurso de uma análise, justamente a constituição subjetiva, e para isso

lança mão de uma extensão da categoria de sujeito, que aparece indicada, por exemplo, como sujeito mítico ou primitivo. Este sujeito primitivo, que foi abordado como o ‘ser do eu’ no capítulo anterior, é aquele que virá a dar lugar ao sujeito do inconsciente, preparando o campo para a ação da função de simbolização. Por enquanto constitui-se simplesmente a partir de uma identificação primordial ao ‘a’.

Assim, Lacan toma esta identificação ao ‘a’ como já sendo gerida por uma função subjetiva. Rabinovich aponta que, neste nível, trata-se de uma posição *subjetiva* articulada com a pulsão. Até aqui o termo sujeito havia sido sempre relacionado com o sujeito do inconsciente. Neste momento, adquire, também, um sentido que se relaciona com uma *defesa primária* frente ao gozo (Rabinovich, 2004, p.74). Trata-se de uma instauração deste falso-ser de ‘a’, que Rabinovich chama também de “instauração do ser do eu”. É por isso, em última análise, que podemos pensar a passagem ao ato como instituição subjetiva, onde, entretanto, cabe diferenciar o termo sujeito, assim considerado, do sujeito do inconsciente.

III.4 A alienação como resultado do apartar-se do Outro

Diana Rabinovich, em seu livro intitulado *Clinica das Pulsões – as impulsões* (2004), propõe que as patologias que se apresentam na clínica sob o modo da identificação ao ‘a’, devem ser abordadas, teórica e clinicamente, pela via das atuações: passagem ao ato, *acting-out* e ato.

Trata-se de sujeitos que não se apresentam exatamente no que poderíamos chamar de uma posição de objeto causa, (...) mas, precisamente, pacientes nos quais esta posição de objeto implica um ganho, um mais-de-gozar, que deve ser perdido antes que a análise possa ser iniciada, em sentido estrito.
(Rabinovich, 2004, p.18)

Incluem-se, como já aponte, nesta forma de consideração as caracteropatias, quadro que já aparecia teorizado desta forma, isto é vinculado ao *acting-out*, desde o *Seminário X*, em Lacan (1962-63a). Rabinovich situa sob a mesma lógica também as impulsões, dentre as quais cita, por exemplo, a bulimia, o tabagismo e a dependência de “drogas maiores” (Ibid, p.19). A autora afirma que gostaria de considerá-las, todas, como ‘patologias do ato’. O termo ato, aqui, deve ser tomado, não como o ato falho, o ato significante, mas com o sentido que lhe dá Lacan, quando se refere ao ato como aquilo que implica que o sujeito

aposte sem um Outro, isto é diante da inconsistência do Outro (Rabinovich, 2004). Trata-se, nesta aposta, de uma referência, sobretudo, ao *acting-out*, na medida em que este surge, justamente, visando a inscrição deste ponto preciso, no qual se revela a falta constitutiva do Outro.

Como vimos, Freud, em carta a Fliess (Freud, 1950 [1892-99]), p.314), assinala que toda forma de adicção é um substituto do auto-erotismo. Esta tese é retomada quando ele examina o caso de Dostoievski (Freud, 1928 [1927]). Para Rabinovich, isto está vinculado, ao menos neste ponto, a um problema que não se confunde com o tema da castração e seu rochedo, mas que remete à adesividade da libido, e a uma questão relativa à fixação ao objeto pulsional (Rabinovich, 2004, p.19).

Esta questão pode, em função da ligação que Lacan faz entre passagem ao ato e o gozo auto-erótico (Lacan, 1966-67; 1967-68), ser encarado a partir dos desenvolvimentos presentes nos *Seminários XIV e XV*, quando constrói o grafo baseado no esquema do Grupo de Klein, alterado para seus fins¹⁸. Retomarei, assim, os desenvolvimentos do capítulo anterior em torno deste grafo, aplicando-o a consideração dos casos de drogadicção.

III.4.1 Transferência = Alienação + Verdade

Vimos, no capítulo anterior, que Lacan utiliza, ao tratar das operações alienação, verdade e transferência, indicações vetoriais. A questão que surge a este respeito é a seguinte: o que se pode esperar quando o vetor resultante da soma das operações alienação e verdade não for suficiente para articular a transferência?

Estes são os casos em que não há, por uma contingência que se pode articular à constituição do sujeito, mas também à própria dinâmica com a droga, através do gozo auto-erótico que ela propicia, a passagem e a sustentação do ponto onde há pensamento, mas não há um eu que o pense. Isto é, não se faz possível sustentar o ‘não sou’ que prepara para a passagem onde ‘*a*’ e ‘ $-\phi$ ’, onde o objeto e a falta-a-ser, podem ser articulados, paralelamente, mas sem que se confundam, um com o outro. Não se alcança, nestes casos, justamente o ponto que conjugaria o inconsciente e a pulsão, o significante e o gozo, a falta a ser do falo imaginário e o objeto ‘*a*’ como causa.

Assim, considero que nas drogadicções encontra-se em ação *um reforço da operação da primeira opção alienante*, aquela do ‘não penso = sou a’, que se

mostra pelo recurso constante ao gozo auto-erótico, seja pela droga, seja pela passagem ao ato¹⁹. Para apoiar esta idéia destaco, inicialmente²⁰, que, no trabalho de Vidal & Becker, a droga “equivale ao falo imaginário em sua função de elemento que vem a preencher a falta do corpo enquanto imagem” (1999, p.268), ou seja, ela vale como ϕ , como o falo imaginário positivado. Trata-se, para os autores, de uma “perturbação da função do falo”, termo que normalmente serviria para marcar a existência de um gozo separado do corpo²¹.

Em *A terceira* (1975b), Lacan define o gozo fálico como fora do corpo (*hors-corps*). Isto se explica na medida em que o gozo do corpo – do corpo próprio e do corpo do Outro sexo – revela-se como perdido pela função do significante fálico. É que a entrada em jogo deste significante, o falo, é correlata a uma metaforização do desejo do Outro, ao apontar para uma incompletude da imagem narcísica no jogo intersubjetivo com ele. Este lugar da falta, uma vez assegurado, interdita a possibilidade de que o sujeito se tome como objeto plenamente satisfatório do desejo do Outro, e, assim, de seu próprio desejo. Que se diga que o gozo fálico é fora do corpo implica também no fato de que ele significa uma renúncia ao gozo auto-erótico. No menino, isso se imaginariza por uma perda de parte do gozo peniano; sua detumescência, após o ato sexual, “sublinha no homem o caráter descontínuo e quase separável do gozo sexual” (Conte, 1995, p.117). O objeto ‘*a*’ como causa de desejo funciona precisamente separando o gozo do corpo, dado pela função auto-erótica, do “prazer de órgão” (Freud, 1933 [1932]), do gozo fálico (Cf. Lacan, 1975b), termo que implica uma relação simbólica com o Outro sexo.

No *Seminário XX* (1972-73), Lacan fornece precisões adicionais sobre esta concepção do gozo fálico, quando o afirma como o obstáculo pelo qual o homem não chega a gozar do corpo do Outro sexo. O puro gozo do órgão deve ser substituído, no falante, por uma função que inscreve a satisfação como regida pela Lei do desejo, pela impossibilidade de acesso ao gozo todo: “O gozo, enquanto sexual, é fálico, quer dizer, ele não se relaciona ao Outro como tal” (Lacan, 1972-73, p.17). Assim, o gozo do corpo próprio deve ser inicialmente perdido, para ser, posteriormente, parcialmente recuperado, através desta função que se chama gozo fálico, a qual implica a atividade representativa e, portanto, um remetimento simbólico ao campo do Outro.

Nas drogadicções, o gozo do corpo permanece em questão por uma falha circunstancial, e não necessariamente estrutural, nesta simbolização da falta que marcaria a existência de um gozo separado do corpo.

III.4.2 Um objeto ‘a’ inanimado

Com o objetivo de melhor fundamentar o avanço realizado entre estes dois seminários – A lógica da fantasia e O ato analítico - ou seja, entre os anos de 1966 e 68, trago aqui alguns comentários sobre uma conferência publicada de Lacan, realizada nesta mesma época. Trata-se de *Alocução sobre as psicoses da criança*, conferência de conclusão das jornadas realizadas sobre o tema, em outubro de 1967 (Lacan, 1967b).

Lacan, neste texto, faz uma crítica à noção de “pré-verbal” e após apontar as razões que via para reconhecer na mesma uma linha equivocada de abordagem do tema, adverte: “O que convém apontar aqui, no entanto, é o preconceito irreduzível de que é sobrecarregada a referência ao corpo enquanto o mito que abarca a relação da criança com a mãe não for suspenso”. (Lacan, 1967b, p.366)

Na seqüência de sua fala surge o termo preciso, que Lacan toma como central, para esta discussão, assim como a articulação que ele adquire. Trata-se de uma função do objeto ‘a’, na qual *o corpo da criança corresponde, para a mãe, a este objeto*. A elisão assim produzida é de tal ordem, que impede que o ‘a’ adquira seu funcionamento na fantasia da criança.

Lacan postula, nesta conferência, algo mais a respeito da estrutura do objeto ‘a’. “Esta é a de um condensador para o gozo na medida em que, pela regulação do prazer, ele [o objeto] é despojado do corpo” (Ibid, p.366). É a partir da ação de oposição a uma tal montagem que se desvela, para Lacan, esta que é sua própria razão de ser: *a manutenção de um gozo corporal fora da regulação do prazer*.

Indico que o uso do termo “condensador” referido ao gozo é preciso: trata-se de apreender aqui, tanto seu sentido físico, a saber, o de dispositivo que realiza a passagem de uma substância do estado de vapor ao estado líquido, como, principalmente, seu sentido ótico: o de um aparato que efetua a convergência dos raios de luz, uma espécie de prisma convergente.

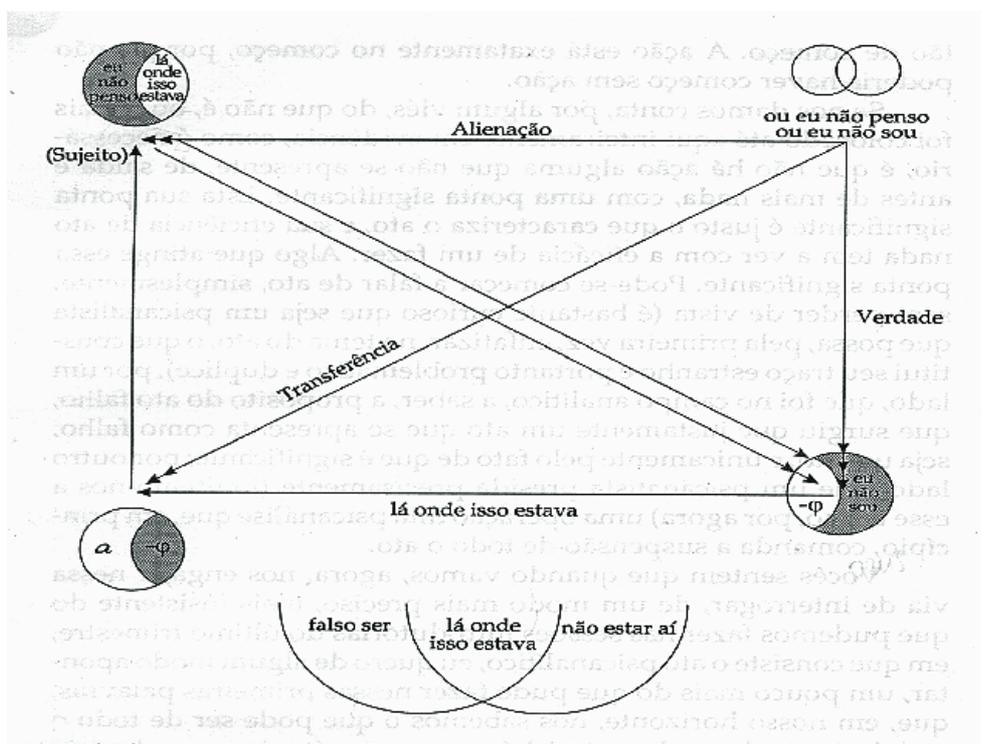
A ação do condensador é sobre o gozo: promove tanto a convergência do gozo corporal disperso, quanto uma passagem de estado. O gozo auto-erótico, não mediado pelo eu, e, portanto, difuso pelo corpo, encontra, através da função do objeto 'a', sua passagem a um estado a partir do qual poderá vir a funcionar na fantasia.

Lacan se refere a esta vicissitude do objeto 'a', nesta conferência, como um “objeto 'a' inanimado”, em oposição a seu estatuto na fantasia, onde aparece como causa, “exteriorizado” e, pode-se pensar, “animado”.

Estamos assim, diante de outro modo de funcionamento deste elemento que, segundo Lacan, “se fosse tão fácil falar dele, nós lhe daríamos outro nome que não objeto 'a'” (Ibid, p.366). O autor manifesta, entretanto, uma restrição a que o objeto 'a' seja tomado como equivalente, quando *exteriorizado*, ao chamado ‘objeto parcial’. A restrição se deve, a meu ver, à diferença que precisa ser mantida entre estas duas funções do objeto: como causa de desejo e como inanimado (mais-de-gozar).

Retomando agora o esquema do *Seminário XV*, e aplicando-o à questão das drogadições, elucidarei a forma segundo a qual penso este reforço já mencionado, bem como algumas de suas implicações, em termos do que pode surgir para superar a permanência nesta posição de alienação profunda.

Esquema do Seminário XV

Figura 04²²

O ponto zero do esquema é a alternativa dada pela repetição: “ou eu não penso, ou eu não sou”, o que força imediatamente a escolha subsequente. Isto é, força a escolha alienada do “não penso”, que corresponde a uma primitiva instauração subjetiva, a instauração de um falso-ser de objeto ‘a’, no lugar do sujeito. A permanência numa tal posição, possibilitada pelo recurso à droga, é condição de um ganho de gozo que se pode aproximar daquele descrito por Freud em *O Mal Estar na Civilização*, algo sem paralelo, muito mais intenso que o obtido através de uma “pulsão refreada pelo eu”(Freud, 1930 [1929], p.79). É importante notar que o eu, o ego, neste ponto, ainda não se constituiu como tal, a unidade precária do ser assim constituído é dada apenas pela identificação ao ‘a’.

Apontei que o refúgio na posição alienada do “não penso” é temporário: inicialmente, na fase de ‘lua-de-mel’ com as drogas, nada tende a surgir para perturbá-lo, e o sujeito pode alcançar a satisfação própria desta posição, autoerótica por excelência, sem maiores problemas. Eventuais sintomas neuróticos tendem a cessar e o sujeito diz que parece ter encontrado aquilo que lhe faltava para ser feliz. Esta satisfação consiste, segundo Rabinovich (2004), no mais-degozar, o ganho de gozo, que se obtém a partir desta posição alienada que garante a

consistência do Outro da verdade (Ibid, p.57-58). ‘Ser’ um drogadicto é algo que responde, ao impedir que se articule, à difícil questão sobre o desejo do Outro, o que remeteria à sustentação de seu próprio desejo.

Assim, em algum momento, a manutenção deste ganho de gozo, através do personagem egóico que se sustenta ao custo das sucessivas tomadas de droga, passa a girar para a satisfação, ainda auto-erótica, da passagem ao ato. Esta forçará, à revelia da vontade consciente, que seria a de permanecer fixado neste mais-de-gozar que a droga traz, algo de uma instituição subjetiva, ao se deixar cair da cena como objeto que assegura a verdade do Outro (Ibid, p.58). A inconsistência estrutural do Outro, velada até então, começa, assim, a se mostrar, ainda que, neste momento, tais acontecimentos não possam ser assumidos na conta do ‘eu’. Estes atos entram, invariavelmente, por enquanto, na conta do ‘isso’: ‘*isso* que sempre me acontece’, ‘o que (eu) tenho a ver com isso?’ .

É o que quer dizer Rabinovich (Ibid, p.59) quando afirma que essa escolha do ‘não penso’ articula também uma positividade, que se mostra, a partir do modelo adotado, ao se fazer incidir o termo da negação sobre o *Je*: pode-se formular, como vimos no capítulo anterior, que, neste ponto, “*sou* não-Eu”. Assim, nesta posição, se *é* algo, embora este ser aqui não seja ainda o eu (ego). Nesta posição, que podemos dizer ser de alienação profunda, sou ‘*a*’. Lacan diz a esse respeito: “Jamais se *é* tão sólido em seu ser como quando não se pensa” (Lacan, 1967-68, p.83).

As passagens ao ato, forma principal dos atos quando se está nesta posição, não devem ser tomadas somente como decorrentes dos efeitos diretos das drogas sobre organismo. Ao contrário, neste momento, a droga passa a ser também um alibi que serve para conservar os atos realizados, à revelia da vontade consciente (os quais, em outras circunstâncias talvez pudessem ser tomados pelo sujeito como atos significantes), na condição de absolutamente alheios, estranhos e vindos não se sabe de onde, negando seu caráter disruptivo. Os atos aparecem justificados pelo indivíduo em função do efeito da droga. Mas este engodo não deve atingir o analista: ele sabe que o sujeito, assim, realiza ainda um gozo auto-erótico. A droga não faz senão facilitar, por vezes, esta passagem, assim como ajudar a velar a implicação do sujeito.

A perda do sentimento de si, própria à permanência nesta posição de alienação extrema, é o que chama a passagem ao ato como recurso que garante

algum “arremedo de unidade” (Rabinovich, 2004, p.24). Trata-se, segundo Rabinovich, de uma “necessidade de, de vez em quando, recuperar forças com a impulsão” (Ibid, p.61). É que, segundo Lacan,

Antes do estágio do espelho, o que será $i(a)$ está na desordem dos pequenos a a respeito dos quais ainda não é questão tê-los ou não. É este o verdadeiro sentido, o sentido mais profundo a ser dado ao termo de auto-erotismo – a gente sente falta de si, se posso dizer, completamente. Não é do mundo exterior que se sente falta, como se exprime de forma imprópria, é de si mesmo. (Lacan, 1962-63a, p.140)

Assim, situado nesta posição, o sujeito passa a *necessitar* do recurso à passagem ao ato para buscar algo de uma unidade, mesmo que precária no sentido de garantir um sentido de existência. É bastante comum que, neste momento, paralelamente às passagens ao ato, o indivíduo comece, por exemplo, a deixar pistas sobre seu uso através de atos falhos, que comece a ‘dar bandeira’, revelando assim, um impulso incontrolável de fazer algo da verdade advir, pela via do ato. Pode-se reconhecer nestes atos falhos, uma tendência progressiva: o sujeito insiste na revelação de algo que queria esconder, dos outros e de si mesmo. Muitas vezes, é neste momento que, ‘indicado’ por algum outro (mãe, pai, chefe, cônjuge, etc), o indivíduo pode chegar a buscar algum tratamento.

A permanência nesta posição do falso-ser, tomada como refúgio para as dores e sofrimentos, e que busca satisfação auto-erótica fora da cena simbólica enquadrada pela fantasia atende, para Lacan, a uma “necessidade estruturante” (Lacan, 1967-68, p.84). Trata-se de um tempo de estruturação da própria fantasia. Lembro que esta posição é dita também, como aquém da do “ser inchado do imaginário”, como aquela que vem, justamente, lhe dar seu lugar; tal posição é, na verdade, apenas a ‘marca’ a partir da qual o sujeito do inconsciente poderá vir a ser (Ibid, p.84).

Creio que estas indicações de Lacan apontam para uma concepção da clínica com tais pacientes, quando situados nesta posição de alienação profunda, que difere da que é habitualmente descrita para a abordagem deste tipo de caso. Esta constatação pode se constituir como uma resposta à pertinente crítica de Souza (2002, p.93 et seq.) de que as drogas, nas abordagens lacanianas, costumam ser vistas apenas como mecanismo de defesa diante da angústia de castração: como tamponamento do furo. É que, neste ponto, no nível em que se encontra este

falso ser de 'a', a droga pode servir como meio para se conseguir um necessário, porém pouco duradouro, arremedo de unidade narcísica. O gozo circunscrito pelo uso da droga pode ser tomado como realização de um ciframento de gozo, que corresponde ao retorno, vindo do real, do corpo forcluído pela operação cartesiana. Aponto aqui a operação de um corpo a ser cuidado, a ser tratado²³, ainda que por uma via de tratamento paradoxal, fornecida pelo uso da droga. O imaginário deve agir sobre este ponto, para pode revestir este objeto real, adorando o corpo “justamente para poder acreditar que o tem quando não o tem” (Elia, 2004, p.34), dando consistência a 'isso' que retorna de seu exílio.

Assim, situado aquém do narcisismo, “do ser inchado do imaginário” (Lacan, 1967-68, p.84), cujo paralelo será com a criança, o bebê aquém da experiência jubilatória do espelho, o narcisismo se revela como uma progressão, com toda a sua tendência agressiva e suicida, em relação à posição original de gozo auto-erótico. “Não há amor que não dependa dessa dimensão narcísica” (Ibid, p.83), ou seja, o narcisismo será um acréscimo necessário para que o investimento objetal possa ser alcançado. O investimento objetal é situado no esquema, no canto inferior esquerdo, com o objeto 'a' *separado* do falo imaginário, e só pode ser alcançado através da simbolização do objeto como perdido. Isto se dará, como se pode ver no 'esquema de Klein', através da passagem pelo ponto onde Lacan situa o aparecimento dos *acting-out* (o 'eu não sou') visando uma tentativa de simbolização, através de um apelo ao Outro neste sentido.

Lacan trabalha, a seguir, o esquema, em sua passagem obrigatória pelo ponto de assunção da falta a ser, como forma de demonstrar a dinâmica clínica das operações que devem reger o ato analítico, tomado como instauração das condições que determinam a possibilidade de uma análise.

O autor formulou que, a partir desta posição de alienação extrema, é pela via de uma renúncia de gozo, que na análise deverá ser obtida simplesmente pela livre-associação (Rabinovich, 2004, p.60; Lacan, 1967-68, p. 97-98; 114), que se atinge o enunciado do “eu não sou”, onde a falta surge sob a forma de $-\phi$. Mas, concebendo a droga como o que possibilita a elisão desta forma da falta, a perda, através de uma positivação de $-\phi$, penso que é aí que a droga passa a ser um obstáculo, uma defesa diante da castração. Esta enunciação fundamental (que se articula pela via da atuação), o 'eu não sou', portador da falta a ser, é o que

possibilita a articulação da transferência como suposição de saber. Considero que, através do recurso à droga, neste momento, não se atinge, assim, a passagem do enunciado tido por Lacan como ‘grotesco’ – o ‘eu não sou’ – a um ‘não-eu penso’, onde o não-eu aqui assumiria o valor de $\$$, do sujeito barrado do inconsciente, em sua evanescência. Isto é, não se alcança a concepção de um pensamento que não seja do eu, do ego. Assim, creio ser somente neste ponto que a droga pode ser propriamente vista como tamponamento do furo, como defesa diante da angústia de castração. Toda a problemática anterior refere-se a uma progressão até este ponto.

III.5 A operação verdade

Quanto ao estatuto do que Lacan chama de verdade, nos *Seminários XIV e XV*, é a operação verdade o que leva até a castração. A verdade é o que, no *acting-out*, surpreende o anestesiado ser de objeto, possibilitando a articulação de um dizer sobre a falta a ser, que antes não se colocava. São, neste ponto, atos que, seja por sua força ou pela própria insistência, já não mais poderão deixar de serem levados em conta, o que desmente a posição de suposto domínio que era anteriormente obtida, agora através de um dizer. Há, aqui, uma concepção do inconsciente articulado à verdade, e não ao saber conforme ocorre em outros momentos do ensino lacaniano.

A operação verdade, isto é, o surgimento de algo da verdade do sujeito pela via do *acting-out*, tem como uma de suas condições, o remetimento de toda tentativa de totalização da verdade, por uma via alienada, a um equívoco, um engano. Desconstruir a idéia de uma verdade toda é uma das condições para que se ultrapasse esta posição de falso-ser de objeto ‘*a*’. O ato analítico, enquanto entrada de um sujeito em análise, depende, por sua vez, da realização dessa operação veiculada pelos *acting-out*, a qual se constitui como um verdadeiro ato de descolamento do objeto.

Desta forma considero que uma das tarefas do tempo de preparação para a possibilidade de transferência (suposição de saber) será alcançar alguma despersonalização desse Outro, que sirva para veicular algo de uma separação. Podemos dizer que, quanto mais esse lugar de Outro for ocupado por uma pessoa, mais o sujeito se afasta da determinação significativa que lhe importa e mais ele se refugiará na posição de alienação extrema.

Uma das vias para se apartar do Outro significante é a de se colar ao Outro encarnado, como figura onipotente a ser garantida em sua completude. O apartar-se do Outro simbólico é, paradoxalmente, concomitante e até mesmo possibilitado pela relação que se tenta manter com o Outro encarnado (Rabinovich, 2004, p.91)

Resumindo, é preciso então considerar a conjugação *simultânea*, por uma dialetização destas duas posições, dos dois tempos distintos, para a plena constituição do eu, do sujeito do inconsciente e de sua articulação ao objeto 'a' pela função da fantasia. Um primeiro tempo, onde se postula a presença de um falso ser de objeto que equivale ao eu em sua função, um falso-ser de objeto 'a' sem o \$, e um segundo tempo que é marcado pelo surgimento de um pensar inconsciente sem um eu que possa enunciá-lo. É sob esta lógica que surgem, para Lacan, nos *Seminários XIV e XV*, ambos os termos: o eu e o \$.

A ação da droga, aqui, se revela, sobretudo, como desarticulando o pensar inconsciente, o 'não-eu penso', e reforçando a posição do 'eu não penso', posição original que qualifiquei como sendo de profunda alienação. Isto justamente porque não haveria a passagem ao ponto onde, pela função da castração, ambos os termos, \$ e 'a', surgiriam conjugados pela fantasia, $\$ \diamond a$, num momento em que o 'a' apareceria não mais identificado ao ser do sujeito, mas sim recortado do corpo.

1) “Ou eu não penso, ou eu não sou” (Repetição)

↓ *Alienação (escolha forçada)*

ação da droga

2) “Eu não penso” = (não-Eu) sou = (não \$) sou = sou a



↓ *Verdade*

reforço desta posição

3) “Eu não sou” = (não-Eu) penso = (não-moi) penso

↘ *ação da droga (também age aqui, impedindo esta passagem)*

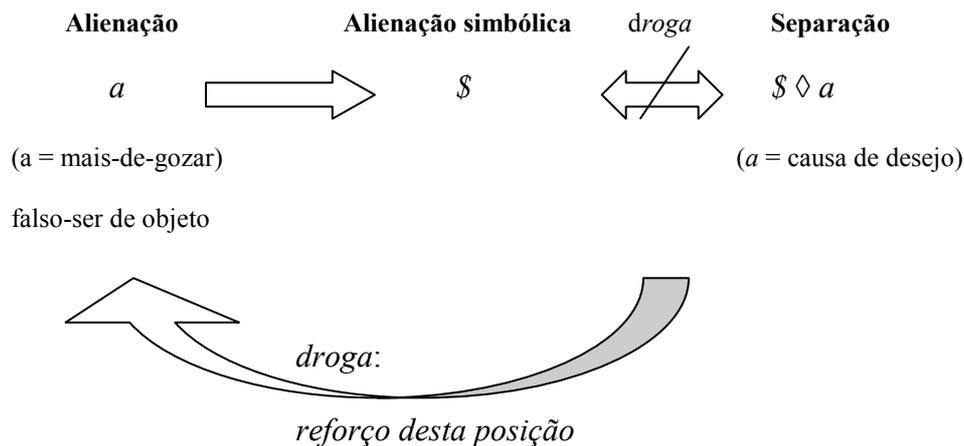
4) objeto 'a', como causa de desejo

Em (2) considera-se o ponto de instituição subjetiva dado pela passagem ao ato, vinculada ao 'isso', e em (3) há, pela via do acting-out, a tentativa de assunção da perda para o advento do sujeito propriamente dito, separado do objeto que o causa.

O reforço aqui é, portanto, sobre a posição desta primeira alienação, que é a posição equivalente, num dos “esquemas de Klein” presentes nos *Seminários XIV e XV*, à posição do falso-ser de objeto que enuncia “sou”. A função da droga, então, será, neste nível, ambígua. Por um lado, tem-se a manutenção deste estado de ‘falso-ser’ de objeto que, pela via das passagens ao ato, ligadas a esta posição por Lacan (1966-67), realizam para o proto-sujeito, um gozo auto-erótico. Por outro lado, é somente através das passagens ao ato, nesta posição franqueadas, que aos poucos, em análise, pode-se girar para os *acting-out*, onde se darão as condições para que uma instauração da função do sujeito do inconsciente ocorra.

Conjugando os desenvolvimentos do *Seminário XI* e dos *Seminários XIV e XV*, pode-se tomar a posição do ‘penso, não sou’ como equivalente à noção de alienação apresentada em 1964, a alienação simbólica (Cf. Brodsky, 2004, p.174). Segundo os termos do *Seminário XV*, esta posição pode ser referida, aqui, ao que advém da *operação verdade*: “penso” e “não sou” são correlatos ao aparecimento deste novo termo que é o sujeito barrado do inconsciente, $\$$. No *Seminário XV* a alienação é, como vimos, diferentemente do *Seminário XI*, trabalhada em dois tempos distintos. Desta forma, a retomada da alienação significativa, quando se parte da posição de alienação primeira, será dada pela operação verdade, ou seja, pelos *acting-out*, pelos atos que pedem uma simbolização.

Desta forma, e conjugando ambas as apresentações sobre a alienação (a do *Seminário XI* e a do *Seminário XV*), represento, nos casos onde a droga intervém, um vetor que toma a direção e o sentido de “ a ” a “ $\$$ ” mas, porque não alcança efetivamente a quarta posição²⁴ – a do objeto funcionando como causa de desejo, que permitiria que se mantivesse ambos os termos através de alguma forma de articulação entre eles na fantasia – determina o reforço da posição original.



Há duas chaves para a compreensão deste esquema. Uma, é aquela indicada na passagem que gera a pré-condição para a perda do objeto que define o estatuto de 'a' como causa de desejo: aí deveria se produzir um deslocamento da função deste termo. O que era antes uma parte do corpo próprio passaria a ser uma parte destacada do mesmo, forma segundo a qual poderia servir para funcionar articulada na fantasia, $\$ \diamond a$. A outra chave é aquela que mostra que a posição de alienação simbólica só é sustentável por uma suficiente articulação dos termos pela fantasia, que depende, por sua vez, desta transposição da função do 'a', dada pela separação. A droga age impedindo a sustentação da falta-a-ser própria da posição de alienação simbólica e a articulação da fantasia dada pela separação, assim como promove o reforço da posição da alienação primeira pelo ganho de gozo que propicia.

Ao tomar, com Lacan, as passagens ao ato como instituição subjetiva, aponto também que elas podem, assim, se apresentar como *tentativas* de separação, que, na verdade não separam, mas que se constituem como verdadeiros rompimentos: realizam a operação já descrita de apartar-se do Outro simbólico. Isto deriva de algo que se vê na clínica com bastante frequência: é comum que o recurso à passagem ao ato seja particularmente utilizado quando as demandas que o Outro faz atingem seu ápice, ou seja, quando o sujeito não pode responder ao enorme nível de demanda que lhe chega e, assim, cai da cena como objeto que assegura a verdade do Outro (Rabinovich, 2004, p.58). Esta 'separação' diferencial alcança, na verdade, apenas o aniquilamento do 'pensar' e inflação do 'ser', o que acaba por reforçar ainda mais uma posição que pode chegar a ser de

absoluta submissão às demandas do Outro²⁵, ainda que sua meta última pudesse ser relançar o sujeito do inconsciente.

Direções clínicas podem advir da formulação do problema em termos desta dialética entre a posição alienada do ‘não penso’ e a assunção de um ‘não sou’. Mas é importante ter em mente que não cabe ao analista, neste momento, apontar para esta falta-a-ser que introduz a castração. Ela deve se produzir por ação da própria estrutura e das possibilidades do falante. O que se pode fazer é, apenas, acompanhar com atenção os atos daquele que, neste período de extrema angústia, que é também momento de transição, numa intensa dialética entre os dois pólos opostos, tenderá a buscar novamente a droga como solução. Uma solução que, como vimos, é falha, pois determina o reforço da posição original, que já se mostrara também insustentável.

A droga, na dinâmica deste nível do falso ser de ‘a’, onde a passagem ao ato está franqueada, não precisa, assim, ser vista *exclusivamente* como algo negativo, meramente defensivo, já que a dinâmica que ela instaura, ao recolocar em questão este momento primeiro, estrutural, de instituição subjetiva pela via da identificação ao ‘a’, pode servir para relançar o sujeito do inconsciente. Ela garante, também, em muitos casos, a única possibilidade que se tem de obter algum sentimento de si, mesmo que seja o enganoso sentimento de si que emana da posição alienada de ser um objeto da demanda do Outro.

Assim, vê-se na clínica, como resultado da operação verdade, que busca se realizar pela via dos *acting-out*, que, de uma posição de alienação profunda – a de muitos quando chegam à análise – até a realização da perda concomitante à falta a ser que remete para a castração (realização que se dará em várias ocasiões, ao longo da análise), a passagem, quando finalmente for possível, será bastante turbulenta. Esta é uma operação onde o falso-ser de ‘a’, que obtura a falta do Outro (A), deixa de poder responder como tal. Isto pode ser vivido como uma perda do sentimento de si, pois para aquele que habita o ser enquanto ser-para-o-Outro, dar-se conta da inconsistência desse Outro, muitas vezes personalizado, é uma tarefa que demanda um intenso trabalho de elaboração simbólica. Trabalho este que a droga ajudava a considerar realizado a cada um dos esboços de crises semelhantes que, ao longo da vida, se apresentaram para o indivíduo.

A partir do discurso dos pacientes em análise e dos ‘depoimentos’ dentro dos grupos de mútua-ajuda, verifica-se que, em muitos casos, há referências a um

ponto, mais ou menos definido no tempo, a partir do qual a dinâmica com a droga, antes plena de satisfações e de ganho de gozo, passa a gerar também alguns “acidentes de percurso”, situações imprevistas que sugerem uma falta, em busca de se tornar perda. Trata-se da transição daquela fase de ‘lua de mel’ com as drogas, para outro momento, onde o ganho de gozo já não pode se dar sem algumas perdas concomitantes, numa estrutura já saturada de gozo. Rado (1926) observou algo semelhante, quando definiu um ponto a partir do qual se torna impossível a obtenção de um novo orgasmo farmacotóxico, o que o autor explica a partir de razões fisiológicas inerentes à própria formação do hábito.

Penso que, se o sujeito se defende desta passagem tão obstinadamente, ele deve ter suas razões. Vimos que a realização da perda e a transposição do ‘a’ ao lugar de causa não se faz sem perda de gozo. O que o sujeito desconhece completamente a este respeito é, sobretudo, que a castração traz um esvaziamento de gozo que é apaziguante.

O que proponho aqui, em resumo, é que o tratamento da drogadicção comece por uma especial atenção às dinâmicas que envolvem as atuações (passagem ao ato e, principalmente, o *acting-out*). Deve, assim, ser orientado, desde seu início, primordialmente no sentido da construção da fantasia, que é possibilitada pela separação (queda do objeto), para que, posteriormente, uma análise, propriamente dita, possa se iniciar.

Visando apreender o manejo dos *acting-out* nas entrevistas preliminares deter-me-ei, a seguir, sobre os comentários de Lacan a respeito do manejo transferencial num caso pleno de atuações.

III.5.1 O manejo do *acting-out*

No *Seminário X*, a resposta do analista ao *acting-out* é valorizada por Lacan como aquilo que permite situar, no tratamento, um lugar para a angústia. O comentário é sobre o manejo de um caso de cleptomania. A analista em questão é Margaret Little que, no texto que é o objeto do comentário de Lacan, desenvolve o tema da contratransferência²⁶ e narra suas dificuldades para dar andamento ao tratamento deste caso. Para Lacan, “Alguma pequena coisa começa a se desencadear quando a analista confessa ao sujeito, que ela está perdendo seu latim, e que vê-la assim lhe dá pena [nela, a analista]”. (Lacan, 1962-63a, p.169)

Ao invés de valorizar esta forma específica de intervenção que apela para a enunciação de um sentimento contratransferencial da analista, neste caso, o que Lacan sublinha é que desta forma, pela reação da analista, marca-se que “havia uma pessoa para quem ela [a analisanda em questão] podia ser uma falta”. (Ibid, p.169) Ou seja, marca-se desta forma o lugar da angústia através do aparecimento do ponto de inconsistência do Outro, ainda que esta angústia apareça, inicialmente, na analista.

É o que aponta, também, Aulagnier quando, a convite de Lacan, comenta este caso na sessão seguinte do seminário: “(...) e a analista tornou-se o quê? O lugar da angústia, ou seja, não unicamente o lugar da angústia, mas o objeto de sua angústia é justamente o que a paciente representa. (...) isso que ela faz é instaurar o sujeito (...) como objeto de sua angústia” (Lacan, 1962-63b, p.181)²⁷.

Isto é, com esta resposta dada pela analista, o que se configura é um lugar para a angústia dentro do próprio tratamento, se atualizando a partir da relação transferencial. Aquilo que antes entrava exclusivamente na conta do ‘isso’, poderá então, ser tomado pelo sujeito como responsabilidade sua, como algo que entra no lugar do “onde o isso era” e que deverá ser assumido pelo eu: o ‘onde o isso era, eu não sou’, conjuga-se neste momento.

É o que se mostra quando, na seqüência a esta confissão da analista, se sucedem crises históricas e reações suicidas graves: reações doravante marcadas pelo selo do *acting-out*: visam provocar angústia na analista. Aulagnier, a seguir, afirma que as coisas só mudam de fato quando a analista é levada a reconhecer seus próprios limites. Isto se dá por um corte: quando a analista diz que se as coisas continuarem como estão, será obrigada a interromper o tratamento. É quando, no dizer de Aulagnier, o analisando enuncia “o lugar de seu fantasma fundamental (...) [que] é aquele da cápsula redonda, esférica, perfeita, que ela construiu justamente por ser incapaz de aceitar uma castração, uma falta que ninguém jamais havia podido sublinhar para ela” (Lacan, 1962-63b, p.182).

O manejo clínico do *acting-out* se configura, portanto, como uma espécie de interpretação, não através de um dizer, mas de uma mudança de posição do analista a partir da transferência ‘selvagem’ que assim se instaura. Isto concorre com uma modificação da escuta que permitirá, conseqüentemente, a inserção, no discurso do paciente, daquilo que insistia em se manifestar no real, fora de qualquer possibilidade de simbolização.

A seguir, apresentarei o recorte de um caso clínico que demonstra o uso dos conceitos apresentados anteriormente, e esclarece algo mais a respeito do manejo das atuações, visando a instauração de um processo de análise.

III.6 O caso Pedro

Pedro é um rapaz de 28 anos quando chega ao meu consultório. Ao longo das primeiras entrevistas começa a me contar ‘sua história’ que, para ele, parece ter início nos seus 17 anos. Nesta época, acabara de ingressar na faculdade de direito, curso que o levaria a ter a profissão de seu pai, jogava volley semi-profissionalmente, e tinha uma namorada por quem era apaixonado. Esta era sua vida quando teve seu primeiro contato com as drogas. No início, usava maconha e cocaína, em eventuais finais de semana, quando ia sair com os amigos, sem que eles soubessem de seu novo hábito. Em pouco tempo, este uso esporádico foi se intensificando até tornar-se quase diário. Pedro conta que, já no seu segundo semestre da faculdade, deixou de depender de um ‘avião’ para ir buscar a droga e passou a freqüentar as bocas de fumo para consegui-la, muitas vezes ainda pela manhã. Comprava, saía e consumia, não se importando com a hora ou lugar em que estivesse. Com o tempo, Pedro começa a passar maiores períodos no morro, mesmo durante o dia, e deixa de lado alguns amigos. Faz outras relações. Refere-se a uma “divisão” neste período, é como se fossem “dois mundos separados por um instante”, “bastava dar na telha e eu ia, não importa se fosse de manhã ou se tivesse acabado de chegar em casa”. A divisão de que falava, era entre a vida normal – “esporte, faculdade e família” – e a droga.

Nesta época, muitas vezes, a caminho de seu curso, e ainda pela manhã, ele se desviava subitamente de seu trajeto e ia parar “lá”, onde ficava, por vezes, sozinho, ou com “conhecidos eventuais”, consumindo a droga sem que se decidisse a descer o morro até a hora de voltar para casa. Um curioso fenômeno ocorre. Ele, por vezes, chega a planejar estas suas incursões, mas nunca a permanência no morro. Elas simplesmente aconteciam, “era como se eu não quisesse voltar para casa”, “como se não quisesse voltar a encarar alguns problemas”, numa alusão direta à possibilidade de que seus pais “viessem a saber”. Pedro sempre procurou manter seu uso de drogas em absoluta reserva, e em especial, procurava escondê-lo de seus pais, “ao menos enquanto foi possível”.

Ele conta que sentia como se houvesse uma espécie de “bifurcação” no caminho de sua casa à faculdade. Este poderia levá-lo, se seguisse reto, à faculdade, mas por várias vezes o caminho que tomava, decidido quase sempre no instante final, era o outro. Esta prática, que se tornou freqüente ao longo do quarto semestre de seu curso, fez com que repetisse algumas matérias, o que acabou por determinar o abandono deste curso que, no dizer de seu pai, daria “a formação básica que todo cidadão precisaria ter”. Neste período, seu uso de drogas, e de cocaína principalmente, se intensificou ainda mais.

Pedro conta que alguns meses depois do abandono dos estudos de direito, passa a usar “descontroladamente”. É quando decide abandonar também a atividade esportiva que praticava. O *volleyball* era um dos principais interesses de sua mãe, que praticara o esporte em sua juventude. Pedro tornara-se um excelente jogador de *volley*, ao longo de muitos anos de uma prática que fora sempre acompanhada, de muito perto, por sua mãe. Assim, já chegando perto dos 20 anos, pára com o esporte. Seu uso de drogas passa a ser mais obviamente notado por alguns dos amigos que ainda freqüentava, e que o aconselhavam a parar. Pedro, ao contrário, rompe com esses amigos e mantém-se ligado à droga. Neste período, torna-se difícil esconder-se de seus pais. Passa a “dar mais mole com ‘as paradas’” e, assim, é pego em algumas situações constrangedoras.

Neste momento, conta que começa uma série de desentendimentos com sua namorada, que descobre que ele continuava usando drogas, apesar de seus insistentes pedidos para que ele abandonasse o uso e desse mais atenção a ela. A namorada de Pedro, numa conversa que ele traz como tendo sido muito marcante, diz que estava considerando a possibilidade de “dar um tempo”, de terminar com ele, não porque ele insistia no uso de drogas, mas, sobretudo, porque estava se dando conta de que sentia atração também por outros homens. Pedro tinha sido seu primeiro namorado e ela, de repente, confessa sentir falta de saber como seria estar com outro homem. Assustado com esta conversa, Pedro volta subitamente seu interesse para a relação tentando resgatá-la. Só agora ele percebia o lugar que ela ocupava em sua vida. Com isso, torna-se muito ciumento, chegando a seguir sua namorada, em diversas ocasiões.

Um episódio decisivo marca este período já bastante conturbado. Depois de um encontro com a namorada, no qual, apesar do que ela dissera anteriormente, tudo parecia estar se acertando e eles se prometiam ficar juntos, Pedro,

impulsiona-se, mais uma vez, para o morro. Havia acabado de deixar a namorada em casa após um jantar e, sem qualquer premeditação, sobe o morro e passa quase três dias sumido, tendo dito aos pais que viajara com amigos para uma cidade próxima.

Seus pais e a namorada ficam muito mobilizados com este seu desaparecimento, e, quando finalmente chega em casa, cedo, numa manhã de domingo, após terem sido esgotados todos os recursos que tinha para conseguir comprar mais droga, encontra os três sentados na sala conversando. É neste momento que, sentindo-se sem mais forças, decide optar por uma internação. Termina com a namorada e passa um mês internado em uma clínica especializada em dependência química.

Nesta fase, Pedro alcança a abstinência completa das drogas, e assim permanece por mais dois anos. Logo que sai da internação, passa a frequentar um grupo de NA e diz que, mesmo depois de vários meses passados, continuava a ir, “nem que só pra me lembrar de onde vim e pra onde posso voltar, se der mole”. Este era um tempo de ‘recuperação’, e Pedro começa a trabalhar dentro dos grupos, sempre exercendo voluntariamente algum “encargo”, o que era algo que ele sabia que ajudava a manter-se limpo, “não só pelo 12º passo, mas porque descobri que trabalho é o oposto de droga”. Assim, durante algum tempo sustentou com tranquilidade a tarefa de ficar longe das drogas e dos “hábitos de ativa”, que chegaram a lhe causar alguns danos, antes de seu tratamento na clínica.

Neste período, Pedro retoma os estudos, agora não mais de direito, mas de design. Sua dedicação e competência se convertem em uma oportunidade de continuar seus estudos fora do país, e assim, fica 4 anos no exterior, inicialmente estudando, e depois também trabalhando, com bastante sucesso. Isto não se dá, entretanto, sem que ele volte a usar drogas (álcool e maconha) de forma, até certo ponto, controlada. Após esses 4 anos, teve que optar entre duas alternativas. Por um lado, podia se estabelecer permanentemente fora do país – adquirir um apartamento à prestação, um carro, etc – numa nova cidade, por uma transferência com promoção de salário, mas onde não conheceria ninguém. Por outro lado, considerava a possibilidade de voltar à sua cidade natal, onde estão seus pais, parentes e amigos. Pedro opta pela segunda alternativa.

Retorna, assim, para a casa dos pais, onde, a princípio, ficaria só até que arranjasse um apartamento para alugar. Mas, ao invés disso, ele aí permanece, e rompe, até certo ponto, com o padrão de múltiplas relações amorosas sem grande significado, e decide tentar, novamente, se relacionar com uma só mulher. Seus episódios com as drogas ficam mais freqüentes e ele volta a usar, eventualmente, cocaína, droga que ele havia abandonado desde os 20 anos de idade. Este é o momento em que ele chega à análise.

Diante de mim, Pedro começa a construir uma narrativa, através da qual afirma querer integrar o uso de drogas na história de sua vida, “fazer com que não tenha sido uma mera ausência de mim”. Um dito que ele fará valer ao longo do processo, mas que toma a questão como bastante ultrapassada. E justamente num momento em que ela começa a se recolocar. Sua fala sobre as drogas se refere principalmente ao passado, mesmo que tivesse voltado a usá-las. O que realmente o preocupa é, sobretudo, sua nova relação amorosa, que, segundo diz, parece demandar-lhe “alguns novos passos”. Ele sente que deve corresponder àquilo que crê ser um “passo necessário” nesta relação, assumir um compromisso e ir morar junto dela, “para até, quem sabe, um dia... Me casar!” Fazendo disso um dito que se trai não só pelo grave peso dado a este (im)possível ato, mas também porque, a seguir, se põe a falar da mãe que fica muito sozinha em casa, “meio deprimida”, nas noites em que seu pai sai para suas habituais rodadas de poker. Jogo este que Pedro acreditava ser a fonte de grande parte da boa renda familiar.

A referência que faço ao casamento como um ato impossível, ao menos por enquanto, aponta para o fato de que parece haver outras relações em litígio. Seu trabalho aqui, no Brasil, não segue tão bem quanto esperava originalmente, seu “*incoming* financeiro” não lhe possibilita mais sair de casa. Por outro lado, a relação com a namorada segue, aparentemente, bem. Ela não sabe, entretanto, de suas saídas noturnas, “para a caça”, regadas a bebida e alguma cocaína, “quando pinta”, diz ele. Essas caçadas noturnas, muitas vezes, só acabavam pela manhã, quando Pedro se via chegando na casa de seus pais, após gastar tudo o que tinha.

“Atolado em culpa” e tendo que trabalhar pensando nas dívidas a pagar, Pedro parece repetir algo de seu pai, mesmo que nas antípodas deste: quando o pai sai para “trabalhar” ele sai para seu trabalho particular que consiste em fazer algo com o gozo que o acossa. De dia, quando seu pai está em casa (trabalhando em casa, mas sem que Pedro aparentemente se dê conta disso de forma plena), ele sai

para “trabalhar de fato”, um dito que assume o valor de uma crítica ao pai e a este seu modo de ganhar a vida.

Em paralelo, ressurgiu, com força, um hábito antigo e esquecido há tempos: a masturbação. Chegou a masturbar-se com frequência, usando para isso fantasias sexuais que pinça em suas animadas noites. A masturbação para ele torna-se algo quase obrigatório e que parece atuar, neste momento, restringindo seu contato com o Outro sexo no mercado de trocas simbólicas.

A direção destas entrevistas será marcada por uma tentativa de separar-se de seu fazer junto a esse complemento imaginário do corpo que se comporta, segundo Pedro, “como se tivesse vontade própria”. Daí segue-se que, após inúmeras hesitações, resolve ir morar com a namorada, na casa dela. Isto determina que suas saídas noturnas fiquem mais raras e que seu uso de cocaína acabe também mais restrito, uma vez que sua namorada “por mais liberal que seja” não vê com bons olhos o uso de cocaína, especificamente. Estas “escapadas” se configuram para ele como traições. Entretanto, este tema continua bastante presente através das fantasias sexuais que acompanham a masturbação.

Eventualmente, me contava que, ao longo do dia, se desviava de seu trabalho e marcava um encontro com alguma mulher. Com o tempo deixa de se referir a isto e passa a faltar a algumas sessões. Um dia, se trai num dito que revela que, em algumas das vezes que deixava de ir à sessão, encontrava-se em saídas furtivas com uma mulher. Coloco-me, então, firmemente contrário a esta prática, dizendo que se ele quisesse continuar com ela, que encontrasse outro momento para fazê-lo que não fosse durante o horário das sessões. Pedro, então, começa a articular uma transferência selvagem, de cunho negativo, onde a ironia e o deboche se configuram como ataques diretos a esta interdição.

Um dia, depois de ter faltado à sessão anterior, chega ao consultório cheio de queixas a meu respeito, dizendo que eu não teria sinalizado para ele que “estava prestes a recair na cocaína, como antes”. Foi o que ocorrera: *como antes*, usou a droga “sem as devidas precauções”, o que determinou que, novamente, seus pais e a atual namorada ficassem sabendo do fato ocorrido. Ameaça então abandonar a análise. Digo a ele que venha ao menos mais uma vez. Nesta ocasião reafirmo meu desejo de escutá-lo, mas agora coloco meus próprios limites de forma ainda mais clara: digo que, assim como ele, não poderia antecipar algo que sequer dependia inteiramente de sua escolha consciente. E digo, especialmente,

que estava disposto a escutá-lo um pouco mais sobre este último episódio. Além disso, o convido a pensar sobre o que fazia com que tivesse que usar justamente o espaço da análise para suas “escapadas”. Pedro, neste momento, bastante fragilizado pela culpa de ter novamente se precipitado numa ação de tal ordem, e, talvez tocado pela firmeza com que sustentei meu desejo de prosseguir o tratamento, resolve continuar. Indico a ele que passaríamos a nos encontrar duas vezes por semana e não mais uma, como até então. Face ao argumento de que não teria dinheiro para arcar com os custos desta segunda sessão, lhe digo que viesse assim mesmo e que pagasse depois estas sessões adicionais, quando pudesse, como pudesse. Cria-se assim, na análise, uma espécie de atualização da dívida simbólica. Pedro não demora a falar de seu remorso por nunca ter podido retribuir a seu pai tudo que este fizera por ele até então. Acabara de ganhar do pai o capital necessário para entrar numa sociedade onde poderia exercer seu ofício no Brasil do modo que sempre quis. As sessões seguintes de Pedro, agora, estão marcadas por uma relação transferencial intensa onde as questões relativas à dívida que assumiu com o pai, a partir de então, e o remorso pelos “ataques” à mãe e à namorada encontram expressão simbólica, inicialmente, apenas a partir de alguns atos que pratica à revelia de sua vontade consciente. É na transferência que surge, por exemplo, seu receio de não conseguir se reparar e pagar aos pais “tudo o que lhes devia por conta de todos estes anos”.

A partir deste momento, inicialmente turbulento, seu uso de drogas volta a se restringir à maconha, eventualmente ao álcool, pois agora surge, no lugar da masturbação e do uso de cocaína, uma preocupação crescente com a forma física, “que com a idade começa se deteriorar”, o que finda por determinar sua entrada no meio do *fitness*, do culto ao corpo. Sua problemática com o falo imaginário passa, assim, por uma transformação: agora é o corpo todo que se converte em falo. O gozo antes localizado e trabalhado por uma prática que o atolava em culpa, passa a dispor de aparelhos adicionais que o regulam: sua relação com uma mulher e com seu próprio corpo como objeto.

O próximo passo desta análise seria, talvez, acompanhar sua separação efetiva desta problemática em torno do falo imaginário, metaforizando-o, reatualizando a castração como ponto limite desta busca de um impossível casamento feliz com aquilo que o angustia em seu próprio corpo, ajudando também a desfazer uma certa imagem idealizada de seus pais. Ou então, quem

sabe, acompanhar a manutenção, a estabilidade de sua atual montagem diante do gozo. Entretanto, tendo saído de casa e agora arcando com todas as suas despesas, sua análise fica, neste momento, interrompida, pois agora afirma não dispor dos “meios financeiros para arcar *também* com a análise”, um dito que parece se situar igualmente como uma crítica ao analista, que, sempre que possível, lhe indicava um caminho para a construção de seu sintoma: o da relação com uma mulher.

O que faz com que eu concorde com a interrupção do tratamento neste ponto, quase três anos após seu início, é minha aposta de que ele pudesse ser retomado, uma vez cruzado o caminho que o levaria a um certo alívio em sua angústia face à demanda do Outro, algo que já se encontrava em curso. Além disso, Pedro indicava ter podido realizar, neste percurso, algo que o levara a realizar uma nova versão do pai: ele, afinal de contas, não se revelara tão bom ‘jogador’ assim: Pedro descobre, por exemplo, que seu pai “também trabalhava, de fato, e muito”.

No caso de Pedro, a droga situa-se claramente como um importante meio para buscar um determinado afastamento da demanda do Outro. Durante um tempo, fornecia um ganho de gozo que o permitia sustentar-se num personagem montado para atender, embora em parte do tempo somente, às demandas que lhe chegavam. Posteriormente, a droga passara, também, a servir como agente de refúgio num mundo mais protegido destas questões que lhe surgem do Outro. Ocorre que esta regulação artificial de gozo, inevitavelmente findava por defrontá-lo ainda mais com sua alienação: quanto mais ele se agitava buscando algo de uma separação, mais ele obtinha, como efeito, um aferramento à posição alienada de apagamento de seu desejo e mais ele parecia oferecer seu corpo como garantia de pagamento da dívida assumida. A análise permitiu algum nível de quebra deste circuito mortal, ao sustentar, pela via da palavra, sua dinâmica envolvendo o falo imaginário, sem que seu fazer auto-erótico com a droga se constituísse como única solução para os impasses. As outras múltiplas formas de lidar com o gozo, formas estas incorporadas a partir de seu tratamento aos 20 anos, os aparelhos de gozo em ação, me informavam que a droga, ao longo do tratamento, já não mais servia como *solução* exclusiva, pois agora ela concorria com o esboço de um sintoma, de um lidar simbólico com o real da não relação sexual, e com outras tentativas de solução. Entre elas, surge, num momento onde a questão do desejo já

não pode mais ser esquivada, o aparecimento de alguns traços de perversão, que com o tempo se diluem, dando lugar a uma estruturação claramente neurótica.

O período de ausência do país funcionou como um laboratório de testes exploratórios de um mundo menos invadido pela demanda do Outro. Longe da língua materna, lidando com a realidade através de outras línguas e aprimorando-se nelas, alcançara algum nível de separação do Outro materno, que permaneceu em ação mesmo após seu retorno.

Há que se salientar, aqui, também, a importância dos grupos no percurso de Pedro. Numa profunda alienação gerada por seu evitamento da abordagem da questão do desejo, em seu movimento de apartar-se do Outro pela droga, os grupos surgem em sua vida, depois do tratamento na clínica, atualizando algo de uma alienação significativa, através da adesão a um saber não passível de críticas, uma vez que não conta com alguém a quem endereçar as mesmas. O pai, nos grupos, não possui uma face, um corpo. Ele se assemelha a um pai simbólico que legisla por meio de preceitos e mandamentos escritos (os passos, tradições e conceitos). O período em que foi um membro atuante nos grupos foi essencial para abrir a possibilidade de um lidar simbólico com esta e outras questões. Contava, na época, com um reforço imaginário dado pela identificação aos outros membros do grupo. Reencontramos aqui, portanto, uma reatualização da alienação significativa, ainda que pela via de uma certa pedagogia.

Pedro chega a se encontrar comigo ainda mais algumas vezes: pede entrevistas esporádicas onde relata suas dificuldades e alguns progressos no sentido da construção de um sintoma neurótico, que se mostrava principalmente através dos impasses que surgiam a partir de sua intenção de sustentar uma relação estável com sua mulher. O uso de drogas cessara. Paga as entrevistas que ficaram em suspenso e diz que em breve retomará sua análise, “de outra forma”²⁸.

Pedro, quando chega à análise já havia atravessado algumas séries de passagens ao ato. Uma delas se deu principalmente antes e durante o processo de decidir abandonar o curso de direito, que estava diretamente ligado à demanda de seu pai, e outra quando, um pouco mais tarde, decide abandonar o esporte, atividade proximamente ligada à mãe. Ambas as situações são marcadas por incursões, não planejadas por Pedro, ao morro, onde ele permanece usando drogas até seu completo esgotamento físico e financeiro, quando parecia voltar a si e retornava à sua casa, muitas vezes sem se lembrar bem do que acontecera.

Lembra, entretanto, de situações de claro risco de morte, quando, por exemplo, sabendo que o morro estava sendo invadido pela polícia, permanecia imóvel, refém de sua posição de ‘fora da cena’, sem reação, mesmo diante da constatação do perigo que aquela situação representava. São períodos de crise. Outro evento também marcante, nesta mesma época, foi uma overdose de cocaína por excesso de consumo ao longo de uma mesma noite, que assim termina numa emergência de hospital, pela manhã. Este episódio, uma inequívoca passagem ao ato, por muito pouco, segundo Pedro, não o levou à morte.

Cada uma destas crises também coincide, no tempo, com separações de relações amorosas, que Pedro qualificou como “importantes”. Ele não parecia ter dificuldades em iniciar relacionamentos amorosos, ao contrário, sua dificuldade era precisamente terminá-los.

Numa das últimas vezes em que se encontrou comigo, relatou que uma das coisas que ainda lhe incomodavam era sua forte tendência para procrastinar, enquanto fosse possível, todo trabalho mais importante que tivesse que fazer. O tempo, o prazo, para a entrega de sua produção parecia, ainda, funcionar como recurso que atualizava algo de sua problemática relativa à cessão de um objeto. A marca que a droga deixou, para Pedro, tinha a ver com isso: a dificuldade de abandonar velhos hábitos e poses.

Notas do Capítulo III

¹ Esta repetição é o termo que aparece no ponto de origem do ‘esquema do grupo de Klein’ lacaniano, que foi introduzido no capítulo anterior. É o ponto onde se coloca a alternativa alienante que articula: “‘ou eu não penso, ou eu não sou’, ‘ou eu não sou esta marca’ ou ‘eu não sou nada senão esta marca’, quer dizer, ‘eu não penso’” (Lacan, 1967-68, p.85). A repetição pode ser pensada também como o trabalho sempre renovado de fazer passar para o simbólico a função de nomeação do vazio sobre o qual o sujeito se constitui, fazendo passar para o significante as irrupções do acaso. O falso-ser é o efeito da afirmação da marca (que não é senão um conjunto vazio) correlata à escolha obrigatória do ‘não penso’, o que tem como efeito, precisamente, *fazer surgir o Outro*, como um campo exterior. Isto é correlacionado por Lacan à ‘passagem ao ato de Descartes’ como rechaço do sujeito e instauração das condições de possibilidade para o surgimento da ciência moderna como consequência da forclusão da questão do ser que o ‘*cogito*’ cartesiano instaura. Cada sujeito deverá lidar, constantemente, com esta questão sobre o ser, que, forcluída do simbólico, reaparece no real.

² Cf. capítulo seguinte.

³ Também se pode incluir aí, as passagens ao ato, principalmente, após a consideração dos desenvolvimentos presentes nos *Seminários XIV e XV*.

⁴ Muitas vezes, é apenas através desta dinâmica com a droga, que um furo pode ser escavado no corpo do Outro real. O Outro real é representado, paradigmaticamente, pela mãe. Este termo remete à escolha de objeto do tipo anaclítico, onde se reproduz uma vinculação original pelo fato de que os primeiros objetos sexuais de uma criança são as pessoas que se preocupam com sua alimentação, cuidados e proteção. Isto é, sua mãe ou quem quer que a substitua nesta função. É só na medida em que este Outro se revela também portador de uma falta, que o sujeito do inconsciente pode se localizar como tal.

⁵ Na nossa cultura é comum que se reconheça como um sinal de masculinidade o ‘apartar’ o pênis para o lado esquerdo do corpo.

⁶ Cf. capítulo anterior.

⁷ A consideração de gradações nessas identificações relativas ao ‘*a*’, pode ser também um instrumento para se abordar questões relativas ao risco de suicídio, que pode ocorrer como ato voluntário ou como fruto de aparentes ‘acidentes de percurso’: overdoses e acidentes em geral.

⁸ Aqui se encontra uma justificativa para os trabalhos que vêm na drogadicção uma maneira de se revelar a verdade escondida do capitalismo. A segregação, como fenômeno resultante da ciência e do modo de produção capitalista, que rechaçam o sujeito (Cf. Lacan, (1967) 1983, p.41; (1965) 1998, p.869-892) pode ser situada, com Lacan, como a verdade desta ideologia que busca suprimir a falta-a-ser, substituindo-a por uma gama de possibilidades de gozo auto-erótico. Trata-se da oferta realizada pelo discurso da ciência dos *gadgets* que possibilitam, assim, uma forma de gozo que prescinde, de certa forma, da dimensão da alteridade para se dar.

⁹ O ‘credor’ é uma importante figura na experiência de muitos drogadictos neuróticos. A relação com o traficante é muitas vezes plena desta dimensão dos atos que apontam para a questão da dívida, que aqui reconhecemos como sendo, fundamentalmente, uma dívida simbólica.

¹⁰ O ato analítico também é trabalhado por Lacan como o que define o fim de uma análise, e a passagem do analisando à condição de analista.

¹¹ Do latim *fenestra*, janela: ação de se jogar, algo ou alguém, violentamente pela janela. Lacan se refere à janela como um umbral entre a cena e o mundo.

¹² Refiro-me, aqui, a episódios agudos de consumo intenso de drogas, que podem durar horas ou até mesmo dias, de um uso ininterrupto que não consegue, em absoluto, ser detido pela vontade do indivíduo.

¹³ O ato falho, quando reconhecido como tal, é algo desta ordem.

¹⁴ O manejo clínico do acting-out será trabalhado mais adiante.

¹⁵ O mais-de-gozar é uma função do objeto ‘*a*’, introduzida por Lacan no *Seminário XVI*, De um Outro ao outro (1968-69), que é prévia ao seu funcionamento como objeto parcial, ao ser ‘exteriorizado’. Com a introdução desta função, o objeto ‘*a*’ passa a ser concebido como oscilando entre duas dimensões distintas: a de causa de desejo e a de mais-de-gozar. Como mais-de-gozar, ele responde, através de uma identificação a este termo, a uma função que é a de fornecer um arremedo de unidade através de um ganho de gozo. Esta função está na base da própria constituição do eu (ego). O ‘*a*’ assim se revela como formador do núcleo real que será revestido pelo imaginário dando origem ao eu, i(a). Cf. Rabinovich, 2004, p.24-25.

¹⁶ Aqui, além da importância da relação de objeto oral, há que se considerar também a hipótese de Le Poulichet (1996a) a respeito das drogadicções. A autora afirma, a partir de um estudo aprofundado sobre as concepções freudianas sobre a droga e a sexualidade, que a droga gera, na drogadicção, a formação de um equivalente narcísico de um órgão doente, com a peculiaridade da criação de uma nova função de órgão, uma nova borda. Sendo esta nova borda erógena fundamentalmente instigante e tirânica, não sendo silenciada com facilidade. “Assim, um recorte, um ‘buraco’ no corpo engendra uma formação nova. Esta precipitação de um recorte real opera então como a criação de uma inédita ‘função de órgão’ ou de uma nova ‘borda’ que vem a ligar a economia libidinal” (Le Poulichet, 1996a, p.113).

¹⁷ Sobre isto ver no *Seminário XIV*, principalmente as aulas de 15/02/67, 22/02/67 e 08/03/67. “Estes quatro termos em suspenso [refere-se ao esquema de Klein e seus quatro vértices] têm sua correspondência, comecei da última vez a articulá-lo, mostrando-lhes a estrutura fundamental da repetição situando-a à direita da função do pólo assim privilegiado e exemplar da instauração do sujeito que é a passagem ao ato” (Lacan, 1966-67, aula de 22/02/67)

¹⁸ Os diagramas do ‘grupo de Klein’ representam um esquema involutivo, isto é, cada vetor comporta uma direção e dois sentidos. As operações indicadas são, assim, reversíveis. Lacan, como de hábito, em relação a muitos dos modelos tomados de outras áreas do saber científico, ao se apropriar deste esquema para seus fins, o define como um grupo de Klein não involutivo. Desta forma, aponta-se que uma vez iniciado o percurso, a partir do pólo superior direito, o da repetição, não se pode voltar a ele. Lacan marca assim também o caráter irreversível dos atos, tal como definidos pela psicanálise.

¹⁹ Lacan relaciona esta posição de alienação primeira à passagem ao ato, assim como à outra posição articula-se o *acting-out*. “(...) ao nível do esquema temporal (...) a passagem ao ato é o que está permitido na operação de alienação (...) ao outro termo, impossível de escolher, a princípio, na alternativa alienante, corresponde o *acting-out*.” (Lacan, 1966-67, aula de 17/02/67)

²⁰ No capítulo seguinte mostro, com Aulagnier, que esta posição alienada que implica num repouso ou morte de partes da atividade do pensamento, que a autora liga igualmente à dinâmica com a droga, corresponde ao encontro de pontos certa na relação com o mundo que impedem a deslizante metonímia da função do desejo, impedindo o sujeito de realizar enquanto tal.

²¹ É por esta razão que surgirá aí o medo da *aphanisis*, tomado como medo de desaparecimento do desejo sexual. “Aqui sobrevive o mito da completude pelo seu simétrico invertido, o medo de perder” (Vidal & Becker, 1999, p.268).

²² Extraída de: Lacan, 1967-68, p. 79.

²³ Elia (2004) aponta um outro desdobramento, feito por Lacan em 1976, sobre o enunciado do *cogito*. O corpo a ser tratado é correlato a uma operação que age para desfazer o efeito forclusivo do *cogito*: *Je pense donc je suis*, transmuta-se, pelo dizer de Lacan (apud Elia, 2004, p.33) na frase homófona, *Je panse donc j’essuie*. Ou seja, o efeito forclusivo dado pelo ‘Penso logo existo’ pode ser desfeito por uma operação de tratamento do gozo, de enxugamento: ‘Trato, logo enxugo’. Cf. Elia, 2004, p.29-35. A droga pode ser vista, neste ponto, como realizadora de remedos, curativos (*pansements*), sobre o corpo que retorna de seu exílio, agindo sobre ele, dando-lhe consistência imaginária na ausência da função plena do aparelho de linguagem, isto é, da função do sujeito do inconsciente.

²⁴ Levando-se em conta a primeira como a alternativa dada pela repetição: ‘ou eu não penso, ou eu não sou’.

²⁵ Rabinovich (2004) indica, sobre este ponto, que é, sobretudo, em relação ao Outro *da verdade* que esta posição de complementaridade se coloca. Isto serve para diferenciar esta posição da do perverso, que procura sustentar, sobretudo, um Outro do gozo tornado pleno. Veremos a formalização desta relação com o Outro da verdade, no próximo capítulo, com Aulagnier e a ‘Alienação’ como solução para o conflito identificatório.

²⁶ Cf. Little, M. ‘R’ – *la réponse totale de l’analyste aux besoins de son patient*. In: Heimann, P. *et alli. Le contre-transfert*. Paris: Navarin, 1987, p.48-76.

²⁷ Em razão da omissão dos comentários de Aulagnier na versão oficial, recentemente publicada por Seuil, Paris, lanço mão aqui da versão deste seminário, traduzida para o português, pelo Centro de Estudos Freudianos do Recife.

²⁸ É numa destas entrevista que Pedro pergunta a mim se o seu ‘caso’ “não daria um livro”. Insiste que se quisesse escrevê-lo ele não se oporia; “ao contrário”, diz Pedro, “talvez isso sirva para ajudar outros a saírem dessa ‘furada’”. O relato do caso de ‘Pedro’ foi modificado de forma a não revelar aspectos que pudessem identificá-lo.

Capítulo IV

O Outro da verdade e o Outro do gozo: considerações diagnósticas

Neste capítulo pretendo abordar as relações que se estabelecem, nas drogadicções, entre o eu e as instâncias ideais, além de outras considerações sobre as relações que se entretém, pela droga, entre o ser e o pensar. Abordarei estas questões utilizando, inicialmente, algumas das contribuições de Piera Aulagnier a respeito do tema das drogadicções, que tem importante papel neste campo. Espero com isso também mostrar que as concepções de Rabinovich, tratadas ao longo do capítulo anterior, encontram alguns paralelos com o pensamento de Aulagnier, principalmente no que tange à relação com Outro da verdade, o que pode servir para reforçar ambas as discussões e traçar um quadro mais amplo sobre o tema.

A seguir, apresento uma discussão sobre o tema da perversão, visando arrolar justificativas para que se possa distinguir mais claramente a dinâmica que propus anteriormente para as drogadicções, de uma posição propriamente perversa. A principal justificativa para tal discussão é que, no capítulo anterior, lancei mão de proposições que podem ser vistas, até certo ponto, como similares à posição perversa, principalmente em função da identificação, ainda que relativa, ao objeto ‘a’.

IV.1 A paixão pela droga

Piera Aulagnier, em *Os destinos do Prazer* ([1977-78] 1980), investiga três destinos que a busca de prazer pode impor ao pensamento e aos investimentos libidinais.

O amor é considerado por Aulagnier como o protótipo das relações de simetria. A relação amorosa entre dois ‘Eus¹’ se mostra como uma “relação pensada” na medida em que conjuga representações de ambos os parceiros, visando garantir suporte libidinal na ausência do outro real e estabilidade do investimento em momentos de conflito. O encontro, assim realizado, requer, para Aulagnier, a atividade representativa, através da mediação da palavra. Nesta forma de relação há simetria e interdependência entre ambos os Eus envolvidos.

Trata-se de uma relação onde cada um dos Eus é, para o outro, objeto de um investimento privilegiado no registro do prazer, o que não é o mesmo que dizer que se trata de uma fonte de prazer exclusivo. Acrescenta que esta forma de relação comporta um compromisso entre prazer e sofrimento, para ambos.

Não se incluem nesta forma de relação, que se define precisamente pela simetria e interdependência entre os dois ‘Eus’, as relações passionais. Estas comportam uma diferença qualitativa, não apenas quantitativa, quando comparadas às relações amorosas. Aulagnier concebe a relação passional como uma relação na qual um ‘objeto’ – o Eu de um outro, a droga ou o jogo – torna-se, para o Eu, fonte exclusiva de todo prazer, tendo sido por ele deslocado para o registro das necessidades (Ibid, p.168).

No caso da paixão pela droga, que é uma das possibilidades contempladas pela autora para um tal tipo de relação, a experiência de prazer depende da relação que esta induz entre o sujeito e sua representação da realidade (Ibid, p.168). Nesta forma de relação, assim como em toda forma de relação passional, dita também assimétrica, a dimensão narcísica encontra-se clivada da sexual. No caso das drogadicções, a atividade sexual repousa, e o gozo que o Eu experimenta deriva de uma ‘sensorialidade pensada’. Por este termo deve-se entender

uma realidade pensada e percebida que seria totalmente conforme a sua representação (...) uma maneira de pensar, de perceber e realidade que torna impossível a aparição sequer da sombra de uma questão referente a uma possibilidade de separação entre as representações da realidade criadas pelo pensamento e a realidade que elas supõem representar.

(Ibid, p.168-169)

Ou seja, na presença desta ‘sensorialidade pensada’, manifestação do poder da droga sobre o sujeito, as questões sobre o verdadeiro e o falso já não têm mais sentido². Mesmo após o fim do efeito da droga, o Eu conservará a convicção desta experiência de encontro com representações da realidade, tomadas com valor de verdade. Para o drogadicto, segundo Aulagnier, a droga demonstra que o mundo e as coisas possuem mais formas de se apresentarem em sua existência do que pode conceber aquele que não faz uso deste recurso. O Eu buscará e conseguirá excluir novamente a questão do verdadeiro e do falso por novas tomadas de droga.

Para a autora, no que tange ao registro do pensamento, as drogadicções devem ser vistas como um compromisso entre o desejo de não pensar mais a realidade e a negação ou impossibilidade de recorrer a reconstruções delirantes desta. Isto é dito como equivalente a um compromisso também entre o desejo de preservar e o de reduzir ao silêncio a própria atividade de pensar (Ibid, p. 169).

Para Aulagnier, o Eu parece, assim, transpor para a droga ‘a atividade pensante’. Ele se coloca no lugar do que contempla e goza da produção, pela droga, desta atividade. Por meio da droga, o pensado, o percebido e o representado tornam-se fonte da prazer intenso e exclusivo. “O prazer buscado e experimentado na toxicomania tem sua origem no *pensado*: o componente sexual, a vivência do corpo, excetuando-se o que diz respeito a uma representação ideativa do poder de sua própria sensorialidade, está ausente ou é secundária” (Ibid, p.170). Desta forma, a droga, para Aulagnier, longe de ser um objeto sexual substituto, torna-se um substituto para a própria sexualidade.

O corpo sexuado é esquecido durante a experiência de prazer, mas converte-se novamente em algo *intensamente presente*, enquanto fonte e local de sofrimento, durante o estado de privação da droga. Razão pela qual uma nova tomada de droga será tida como necessária.

A exclusão da dúvida, através da transposição da atividade pensante para a droga, realizada a partir desta função descrita como ‘sensorialidade pensada’, mostra a importância que assume, nas drogadicções, o fenômeno da supressão da atividade representativa do Eu. Ela é fonte de um prazer exclusivo, que se torna, assim, imprescindível para evitar o sofrimento que decorre da retomada em consideração da tensão estrutural entre o eu e as instâncias ideais, quando na neurose.

IV.2 O supereu e o ideal do eu

Na obra de Freud, o supereu nasce como uma instância normatizadora ligada à instauração da proibição do incesto e à repressão das tendências agressivas. Sob o nome de consciência moral, toma a forma de uma percepção interna e de uma repulsa de determinados desejos, com a característica de não ter necessidade de invocar razões (Freud, 1913 [1912-13]). Ou seja, ao mesmo tempo em que introduz o sujeito nas normas que sustentam a civilização, o supereu se apresenta como uma instância caprichosa e tirânica, que prescinde de justificativas

para gerar esta forma de repulsa e de censura. O supereu é, assim, também considerado como a instância responsável pelo sentimento de culpa inconsciente ou necessidade de castigo. Isto, por apresentar uma face que se enraíza nas primeiras identificações e outra que supõe a superação do complexo de Édipo.

Lacan, em seu *Seminário XX*, afirma o que é, para ele, o estatuto do verdadeiro mandato do supereu³. O mandato superegóico é definido pela seguinte frase: “... nada força ninguém a gozar, senão o supereu” (Lacan, 1972-73, p.11).

A partir desta contribuição lacaniana, se atribuem as normas que sustentam a civilização⁴ ao que Freud chamou de ideal do eu, enquanto que o supereu é caracterizado como a instância do gozo. Isto situa o supereu, com suas raízes no isso, como formado pelos restos mais arcaicos, primitivos; os restos, sobretudo, auditivos e visuais da incidência do Outro real na constituição do sujeito. Já o ideal do eu teria sua formação ligada ao declínio do complexo de Édipo e, portanto, logicamente posterior à formação do supereu. Em 1914, Freud construiu a noção de ideal, como substituto do narcisismo infantil e instrumento de medida utilizado pelo eu para observar a si mesmo, ao abarcar “a soma de todas as restrições que o eu deve obedecer” (Freud, 1914, p.124).

Em *Psicologia das massas e análise do eu* (Freud, 1921, p.63-136), no capítulo XI, intitulado *Uma gradação no interior do eu (o ideal do eu)*, Freud vai nos dizer que é próprio do funcionamento do indivíduo numa massa, que desapareça sem deixar marcas, embora só temporariamente, algo que reconhecemos como próprio do seu desenvolvimento individual. E complementa a seguir: “Compreendemos esse assombroso fenômeno dizendo que o indivíduo abandona seu ideal do eu e troca-o pelo ideal do grupo corporificado em seu líder” (Ibid, p.122).

Freud dirá, a seguir, que há indivíduos, situados em algum momento lógico entre o narcisismo primário e o secundário, onde não se constitui um ideal do eu suficientemente diferenciado do eu. Nestes casos, ambas as instâncias se confundiriam, e o eu conservaria os velhos atributos narcísicos do orgulho e da vaidade. Tais indivíduos são ditos como mais propensos à eleição de líderes (Ibid, p.122).

A suspensão do ideal do eu, ao ser substituído pelo ideal do grupo, tem como uma de suas conseqüências o fato de que, assim, o eu pode “voltar a se contentar consigo mesmo” (Ibid, p.124).

Mas não é só dentro do grupo que o ideal do eu pode ser transposto para um objeto externo. Lacan, sobre este ponto, afirma que

A estrita equivalência do objeto e do ideal do eu na relação amorosa, é uma das noções mais fundamentais na obra de Freud, e a reencontramos a cada passo. O objeto amado é, no investimento amoroso, pela captação que ele opera do sujeito, estritamente equivalente ao ideal do eu. É por este motivo que há na sugestão, na hipnose, esta função econômica tão importante que é o estado de dependência, verdadeira perversão da realidade pela fascinação do objeto amado e sua sobre-estimação.

(Lacan, 1953-54, p. 149)

Assim, fica estabelecida uma relação com o ideal do eu, na relação amorosa, que é de mesma ordem que a suspensão do ideal na dinâmica dos grupos. Armony (2002) demonstrou que a ação das drogas sobre o psiquismo também é capaz de realizar modificações na estrutura do eu, alterando, portanto, suas relações com as instâncias ideais.

Desta maneira, tanto na paixão amorosa, como na hipnose, e nos grupos, encontra-se uma suspensão do ideal do eu próprio, em benefício da eleição de um ideal do eu externo, representado, respectivamente, pelas figuras do objeto amado, do hipnotizador e do líder do grupo (ou da idéia abstrata a ele relacionada). O estado de dependência encontra aí mais uma de suas justificações. Pode-se pensar que a droga, quando funcionando como objeto do investimento apaixonado (Aulagnier, op. cit), também executa para o sujeito, de forma mais perene do que, simplesmente, em função de seus efeitos imediatos, algo desta suspensão do ideal do eu, neste caso, em prol de sua colocação “como reificação dos ideais abandonados” (Souza, 2002, p. 93).

Tem-se, então, a partir da função da droga e, sobretudo, em sua ausência, ainda que temporária, uma dinâmica onde o supereu pode simplesmente, na ausência da função que substitui o ideal do eu, atuar sem qualquer mediação simbólica, promovendo o gozo de forma imediata, sem invocar qualquer razão para tanto. A droga atua substituindo a atividade representativa erogeneizadora que torna dispensável a relação com o Outro e com os semelhantes, ao preço de se constituir como objeto de necessidade (Armony, 2002, p.25).

A tensão psíquica assim criada deve encontrar, rapidamente, alguma forma de resolução. Entre os meios mais imediatos para uma tal resposta encontram-se: uma ‘recaída’ na droga, a inserção num grupo que promova a

transposição do ideal para um objeto externo, ou uma paixão amorosa. São estas as três principais formas de resposta que aparecem na clínica das drogadicções, quando o sujeito busca romper com a droga, mas ainda não é capaz de sustentar a tensão própria ao investimento de um ideal do eu próprio, ancorado nas determinações oriundas de sua história infantil.

IV.3 A Alienação em Aulagnier

Piera Aulagnier ([1977-78], 1980) concebe o que chamou de Alienação como uma das variantes da relação passional, cujo mecanismo consiste na alienação do pensamento de um Eu ao já pensado por outro Eu, que, assim como acontece na relação passional (Ibid, p.171),

tem a estranha propriedade de satisfazer conjuntamente aos objetivos de Eros e Tanatos, tornando assim possível uma temporária e sempre precária fusão pulsional que impõe silêncio ao conflito do mesmo nome [entre as pulsões de vida e de morte] a ao conflito identificatório.

(Ibid, p.12)

A relação de Alienação, ainda que não seja idêntica a uma relação passional em sentido estrito, é dita pela autora como respondendo a uma mesma economia psíquica (Ibid, p.43). Trata-se de outro destino possível para a busca do prazer, uma “patologia” particular dos investimentos (escolha de objeto e identificação) que não pertence nem ao registro da psicose nem ao da neurose. Alienar o pensamento à ideologia identificatória que outro defende não é somente optar por novas referências cujo investimento seja mais seguro, fácil ou constante; é, sobretudo, retirar o investimento do próprio projeto, dos próprios ideais identificatórios. Isto implica o desinvestimento do tempo futuro em proveito de uma idealização maciça de um projeto já realizado pelo outro (Aulagnier, op. cit.).

O desejo de alienar e seu correlato – o desejo de auto-Alienação – visam a exclusão de toda forma de dúvida, de toda causa de conflito e de sofrimento. Para tanto, o Eu se vê obrigado a promover a morte de partes de seu próprio pensamento para, assim, encontrar-se apto a uma atividade de reprodução do mesmo, mero eco de algo já pensado por outro (Ibid, p.13).

Há, assim, uma grande proximidade no modo de operação psíquica, conforme nos apresenta Aulagnier, entre os destinos da paixão e da Alienação.

Penso, desta forma, existir uma certa continuidade entre a experiência de paixão pela droga e esta suspensão do próprio ideal do eu que se dá ao se assumir um ideal coletivo de uma ideologia. Refiro-me, neste sentido, ao papel dos grupos de mútua-ajuda, nas drogadicções. Esta ideologia, que aparece, na prática, para o indivíduo, no mesmo momento em que se abandona a droga, sugere que também ocupe um mesmo lugar em sua economia de gozo, dada a proximidade de ambas as posições, Alienação e drogadicção. Este passo, embora possa ser dado quase imediatamente, isto é, sem implicar numa mudança significativa em termos de elaboração efetiva do conflito entre o eu e o supereu, pode, entretanto, significar um progresso terapêutico significativo para os que encontram nos grupos de mútua-ajuda um modelo ideal que os permite identificarem-se entre si na busca de pensar um ‘já pensado’. Desta maneira, pode-se prescindir da droga e ainda assim manter uma certa continuidade com a experiência anterior que, na prática, representa um relevante progresso, ao menos no sentido da manutenção da abstinência. Esse apoio terá como efeito uma estabilização sobre os efeitos nocivos de um supereu desregulado pela ausência de um ideal do eu suficientemente diferenciado do eu.

A Alienação como uma terceira via de *saída* do conflito identificatório, situada nem no âmbito da psicose nem no da neurose, é um caminho que se impõe por acontecimentos que fizeram vacilar a tolerância do sujeito ao conflito, a partir, por exemplo, de injunções absurdas e paradoxais da realidade ambiente efetiva. O mecanismo pelo qual essa alienação do pensamento se dá, do ponto de vista do observador, revela uma desrealização, uma “loucura” do pensamento, que *do ponto de vista do observador*, não difere muito do que se encontra na psicose⁵ (Ibid, p.19).

O discurso, enquanto entrada em cena de um mundo falado – representação falada-pensada do mundo – que converte toda certeza em objeto de dúvida, uma vez que sua metonímia é incessante, traz consigo a incerteza estrutural do Eu em relação a seu próprio devir. A alteração que assim se impõe ao Eu, por força da entrada em cena do discurso enunciante, é paralela ao não fechamento do campo semântico, das sucessivas e infinitas significações que uma cadeia discursiva porta. Para o Eu, isso significa uma permanente exigência, e gera efeitos tais como alterações da auto-imagem, dos afetos, dos desejos e imprevisibilidade das respostas. O projeto identificatório, isto é, a autoconstrução

contínua do Eu pelo Eu, se baseia justamente na sustentação da incerteza, caso se possa ser capaz de suportá-la, o que não ocorre na Alienação, nem na paixão pela droga.

O Eu, para Aulagnier (op.cit.), só pode persistir em transformação, conservando a capacidade de tornar-se outro, de alterar-se, de aceitar descobrir-se sempre diferente do que era e do que é, numa atualidade efêmera. Seu estatuto é o de um eterno vir-a-ser. O Eu torna-se, assim, o que inclui na estrutura do psiquismo a categoria da temporalidade, ao comportar sua permanente não identidade em relação a si próprio. Uma de suas tarefas, portanto, é ser capaz de pensar as questões relativas à temporalidade, antecipando e investindo um espaço-tempo futuro. Isto implica ser capaz de pensar o imprevisível, a precariedade, e a possibilidade de faltar.

Esses são alguns dos efeitos, sobre o Eu, da existência do inconsciente, que por sua vez, falha em se articular como tal, tanto na presença da paixão pela droga quanto na relação de Alienação. O Eu tem a difícil e paradoxal tarefa de tornar pensável essa causa incognoscível da qual ele é, parcialmente, o efeito.

O Eu sofre com o atravessamento do discurso do adulto, sombra falada projetada pelo porta-voz sobre uma psique que o ignora, assim como ignora suas exigências e seu objetivo. Tais enunciados deverão ser apropriados de alguma forma pelo Eu, que o faz, inicialmente, repetindo-os. Passa, posteriormente, a ser o agente de seus próprios enunciados, o que é uma condição vital para seu funcionamento. Assim, os pensamentos alheios que foram investidos pelo Eu, retornam para ele sob a forma de um identificado no qual ele encontra o suporte necessário para seu auto-investimento. Posteriormente, para a preservação do Eu, será necessário que os enunciados identificantes possam ser traduzidos em seus próprios termos e em sua própria estrutura, baseado em dois suportes: o identificado atual e o devir deste identificado. Ele deve ser capaz de se auto-antecipar, ou seja, de investir sua própria mudança e a dos objetos que sustentam seu desejo, não mais dependendo exclusivamente do discurso de um porta-voz e de sua repetição. Desta maneira reencontramos aqui, sob outros termos, uma redescritção sucinta das já trabalhadas operações de alienação e separação, em Lacan.

A função da dúvida exige que se reconheça a impossível fixidez do que o Eu vive e pensa, o que permite considerarmos que isto equivale à assunção da

castração no registro do pensamento. A dúvida é o que garante a continuidade do projeto identificatório: se houvesse um ponto de certeza perene entre o pensamento e a coisa (ou, entre os ideais e o Eu) essa verdade possuída deteria todo questionamento e toda busca, fazendo cessar o desejo.

O pensamento não é, assim, evidentemente, uma escolha do Eu: é algo que se impõe através da escuta que lhe dá o Outro pensante. Para Lacan, isso talvez se traduzisse nos seguintes termos: a condição do inconsciente é a linguagem, ou melhor, aquilo que nela não se comunica ao outro, o que nela falha em ser transmitido. O pensamento do outro tem o poder de fazer com que meu pensamento tenha ou não valor, de decretá-lo verdadeiro ou falso. A Alienação e a paixão funcionam protegendo o sujeito dessa experiência.

A autora trabalha, assim, a noção de que a dura necessidade do pensamento, seu traço essencial, é o de, por um lado, não poder escapar desta busca da certeza e, por outro lado, não poder ser a própria garantia exaustiva e exclusiva de sua própria verdade. O pensamento pede ao outro a verificação desta verdade: donde surge o irreduzível desejo de domínio sobre o pensamento do outro e que corresponde ao desejo de Alienação. O desejo de auto-Alienação será a contrapartida disto para o sujeito que visa, então, alienar seu pensamento em um discurso já pensado. Assim, o pensamento se mantém preservado de críticas, o que o situa como um porto seguro ao qual o Eu pode se ancorar, favorecendo a manutenção de um estado com mínimos conflitos identificatórios.

A Alienação pode ser realizada tanto por razões ligadas a um sistema social ao qual o indivíduo pertence, que, neste caso proíbe-o de pensar sobre ele, quanto por razões subjetivas. Neste segundo caso revela-se que a desidealização necessária (do próprio Eu e do Eu das imagos parentais) ao funcionamento do Eu, decorrente da assunção da castração simbólica, não pôde ser concluída.

O Eu infantil pode chegar a ser capaz de renunciar a sua imagem idealizada, mas preservará ‘em suspenso’ a idealização da imago parental; considero que estará sempre em busca do encontro do outro, presente na cena da realidade, e sobre o qual ele possa projetá-la, encarná-la.

(Aulagnier, op. cit., p. 38)

Acredito que esta dinâmica, apesar de manter uma relação muito próxima com o Outro encarnado, difere qualitativamente da que se encontra presente numa posição perversa. Visando discutir as diferenças e semelhanças entre as dinâmicas

da paixão pela droga e da Alienação, por um lado, e da ‘perversão’, por outro, farei, a seguir, uma análise inicial das relações entre as drogadicções e a ‘perversão’. Em seguida retomo esta discussão incluindo as elaborações que acabo de fazer.

IV.4 Questões diagnósticas

Discutirei agora a relação entre as drogadicções e a ‘perversão’, tomada como uma posição particular que não se constitui, entretanto, como estrutura psicopatológica à parte. As razões para uma tal distinção serão também trabalhadas.

Muitas aproximações neste sentido, e até mesmo afirmações sobre a pertinência dos casos de drogadicção ao campo das ‘perversões’, têm sido feitas por alguns autores (Melman, 1992; Birman, 1999; Hopper, 1995). A identificação ao ‘a’, presente nos casos aqui em questão, pode favorecer a uma confusão desta ordem.

IV.4.1 O fenômeno da drogadicção em suas relações com a perversão

Quando falamos de diagnóstico estrutural, com relação ao fenômeno da drogadicção, devemos proceder com bastante atenção e cautela. Vimos que o fenômeno pode, na verdade, operar sobre qualquer estrutura clínica – neurose ou psicose. Soma-se a isso o fato de que, diante da drogadicção ativa, não é fácil chegar-se a um diagnóstico, em função da própria ação da droga sobre a estrutura.

Entretanto, há autores que, numa ambição classificatória, a meu ver, desmedida, e, talvez, diante da dificuldade de suportar o tempo necessário para a devida compreensão das bases sobre as quais se dão tais fenômenos, se apressam em vinculá-los a uma determinada estrutura, geralmente a perversa.

A emergência significativa de fenômenos de drogadicção convoca o clínico a dispor de um tempo para compreender; tempo este que se faz necessário na clínica psicanalítica em geral. Por que, então, diante de um fenômeno de drogadicção, o clínico frequentemente se apressa em fazer um diagnóstico, em geral de perversão, ou ainda, tomando-o como um caso “*borderline*”, de acordo com sua orientação teórica? Ou mesmo, apenas como dependente químico, como

se isto fosse uma categoria monolítica, e não apenas o nome de um fenômeno, cuja presença não nos libera de ouvir os sujeitos, como sempre, um a um?

A psicanálise funda grande parte de sua originalidade, desde seu advento, na atitude de atenção flutuante e na escuta e valorização da fala do analisando como meio para se obter o entendimento daquilo que determina seu sofrimento. Ancorá-lo, precocemente, num diagnóstico, seria contribuir para a fixação de sua posição que, no caso das adições, já aparece bastante impregnada de um empobrecimento da capacidade simbólica. Com isto, se reforça a dimensão imaginária, fazendo uma concessão a preconceitos que agem como barreira de resistência à emergência do novo.

Caberá àqueles que, diante deste fenômeno muito presente na clínica contemporânea, quiserem se aventurar na análise de um sujeito que se queixa de algumas conseqüências de um intenso e recorrente uso de drogas, um esforço adicional, visando resgatar o espírito paciente do pesquisador, daquele que sabe que ainda não compreendeu e, assim, pode manter-se aberto ao novo, ao ainda não dito, ao inédito.

IV.4.1.1 As patologias do ato e a perversão

A psicanálise vem se aproximando, cautelosamente, da consideração das chamadas “patologias do ato” (Rabinovich, 2004), ou seja, quando fantasias tendem a transformar-se em atuações, por vezes perigosas, não só para a continuidade do processo analítico, como também, por vezes, para a própria vida do paciente.

É importante assinalar que esta saída “ativista”, embora característica das perversões (Khan, 1979) não é privilégio destas. Tampouco são privilégios das perversões os diversos mecanismos com que a psicanálise a abraça teoricamente. Fiel ao seu caminho de reduzir o fosso entre normal e patológico, de mostrar sempre a contrapartida, no plano da “psicopatologia da vida cotidiana”, de qualquer quadro clínico, Freud dá à cisão do eu e à recusa à castração, com os quais caracteriza o fetichismo, um papel geral na constituição do psiquismo de todos nós.

Autonomia das pulsões parciais diante do primado genital, regressão com conseqüente fixação a fases ditas precoces do desenvolvimento, recusa (*Verleugnung*) da diferença sexual diante da angústia de castração no complexo

edipiano, transgressão e desafio à Lei, divisão (*Spaltung*) do eu como processo de defesa, não podem ser tomados como processos exclusivos das perversões. Podem ser encontrados regularmente na infância, assim como no adulto neurótico ou psicótico (Peixoto, 1999, p.221; Costa, 1992, p.90).

Esse pensamento tem levado muitos autores a questionar a adoção de um enfoque estrutural das perversões (Costa, op. cit; Calligaris, 1993, p.449-450). De forma mais geral, tem sido admitido que, ao lado da produtividade que a influência do estruturalismo na psicanálise se mostrou capaz, uma de suas conseqüências negativas foi o tratamento esquemático e descontínuo que imprimiu na consideração dos quadros clínicos. Em *A Conversação de Arcachon* (La Sagna & Deffieux, 1998), Miller conclui que a nítida e clara oposição entre neurose e psicose, baseada no critério binário da presença/ausência do Nome do Pai, não se sustenta desta maneira quando são ouvidos alguns casos clínicos específicos. Nesses casos, o que encontramos nos remete mais a uma gradação, a uma continuidade, do que a uma oposição definida.

Com razões ainda mais fortes, isto se aplica à perversão, que mantém com a neurose, relações muito estreitas, uma vez que a angústia de castração é, em ambas, o pólo central ao redor do qual as várias estratégias defensivas se elaboram. Além do mais, não se pode tomar a recusa à castração como um operador exclusivo, em oposição ao recalque, já que estes mecanismos coexistem.

IV.4.1.2 A perversão e o sujeito diante da droga

A relação especial entre a perversão e as drogadicções é razoavelmente difundida na literatura analítica. Alguns autores consideram que “os toxicômanos se inscrevem na estrutura psíquica da perversão, em que a droga funciona como objeto fetiche” (Birman, 1999, p.224). Outros sustentam que as adicções têm como seu fundamento a busca inconsciente de desempenhar fantasias perversas (Hopper, 1995). Autores lacanianos também estabeleceram uma relação privilegiada entre as drogadicções e a perversão⁶.

Os toxicômanos “trabalham” na sua busca pelas drogas, assim como o perverso na sustentação da recusa à castração, seja através de um fetiche ou de alguma outra manobra que lhes permita evitar a angústia. Os drogadicctos trabalham de forma a que possam conseguir as drogas, desfrutar de seus efeitos e manter-se nessa dinâmica. O sujeito do gozo produzido por tal fenômeno se

apresenta realizando um incessante trabalho, que às vezes passa pela mentira e pelo furto, pela desconsideração das normas sociais, rompendo com o Outro da linguagem e da Lei, o que, sem dúvida, evoca a atitude de permanente desafio, com que tantos autores caracterizam a perversão (Assoun, 1995; Clauvrel, 2000).

Entretanto, esta aproximação é sempre sujeita a certas qualificações. Em artigo de 1923, Sachs (1986) esclarece que os casos de dependência, tanto ao álcool quanto à cocaína, morfina, e outras drogas fortes, tendiam a ser classificados, na época, como neuroses obsessivo-compulsivas, já que nas duas condições a compulsão está presente e o ego é dominado pelos impulsos libidinais. O autor sublinha que, na verdade, são formas diferentes de compulsão. Na neurose obsessiva, a compulsão diz respeito a cerimoniais incoseqüentes e desconfortáveis, enquanto, nas adições, os atos compulsivos são, por vezes, tidos como muito satisfatórios. Nisto, as adições se aproximam da perversão. Por outro lado, as adições à droga, para o autor, também se aproximam do sintoma neurótico, na medida em que parece ser uma formação substitutiva de um prazer originalmente sexual que foi recalcado, e portadora de um cunho aparentemente inócuo, no sentido de que os laços com o sexual estão velados. Faço aqui a ressalva de que, nas drogadicções, a substituição realizada não é da mesma ordem que na neurose propriamente dita, onde o retorno do recalcado é equivalente, simbolicamente, ao que foi suprimido. A droga, como vimos, antes de ser considerada como um objeto sexual substituto, se revela como um substituto para a própria sexualidade.

Para Lacan, que não chega a apresentar uma elaboração especial sobre o tema, a função da droga é exatamente a de promover uma ruptura com o falo, pois é o regime do desejo que nos sujeita à angústia; a droga liberta deste afeto, pois “permite romper o casamento com o peruzinho” (Lacan, 1975a, p.117). Isto pode ser atrelado a uma tentativa de se visar um outro tipo de gozo: o gozo da ausência de angústia. “*Perinde ac cadaver*” (Ibid, p.117), diz Lacan, expressão com que Santo Inácio de Loyola recomenda aos jesuítas, nas Constituições, a obediência aos superiores, ‘*como um cadáver*’.

Assim, situo-me de acordo com a assertiva de Miller (1995) de que a droga não pode ser aproximada a um objeto causa de desejo, mas sim a um objeto de gozo, que permite, como a pulsão, anular o Outro (Ibid, p.17). A droga é, então, o passe, a senha, para se atingir um gozo que não passa pelo Outro, que não

passa, especialmente, pelo corpo do Outro, tomado como objeto de satisfação sexual.

Alguns autores diriam que o drogadicto torna-se, assim, um instrumento do gozo do Outro, uma posição bem próxima à definição, proposta por Lacan, da perversão como “uma reconstituição do sujeito da alienação, ao preço de não ser senão o instrumento do gozo” (Lacan, 1963, p.775). Ocorre que, nas dependências, o falo parece não estar em jogo, enquanto que, nas perversões, ele é o centro de sua organização e uma referência permanente, mesmo quando se apresenta na forma de um fetiche.

É assim que ele surge na construção freudiana sobre o fetichismo, em que substitui o falo materno em falta. Em Lacan, a escolha do fetichismo como paradigma das perversões já não é mais tão exclusiva. A partir de *Kant com Sade* (Lacan, 1963), um dos nomes privilegiados da perversão será o sadismo, que é sempre passível de redução ao masoquismo, de acordo com o pensamento de Freud em *O problema econômico do masoquismo* (Freud, 1924a). Isso pode ser claramente reconhecido ao nos debruçarmos, por exemplo, como faz Lacan, sobre a literatura e a vida do Marquês de Sade, que termina seus dias na prisão, sofrendo a compulsão de “tudo dizer” por seus escritos, num papel de “servo de um imperativo absoluto de gozo” (André, 1995, p.24).

A recusa à castração do Outro, que é típica da perversão, exige que “o sujeito coloque a si mesmo a serviço do Outro, superego cruel, na vassalagem fálica que o reduz a um objeto, um processo que mostra o fundamental papel do masoquismo na perversão” (Rudge, 1999, p.72).

A vontade de gozo, veículo do superego cruel, visa, em última instância, dividir um sujeito colocado na posição de vítima, provocando-lhe angústia extrema. Nesta montagem, o papel desempenhado pela fantasia é importantíssimo. Ou seja, a montagem perversa, em *Kant com Sade* (op.cit.), se apóia numa encenação da fantasia primordial de cunho masoquista.

Vejamos, então, o que falha na identificação das drogadicções à perversão. Nas drogadicções, a pobreza da atividade fantasmática é freqüente. Muitos autores concordam que é difícil afirmar que a satisfação obtida pela via da droga se dê por uma mediação da fantasia (Laurent, 1997b; Miller, [s.d.]). Ao contrário, baseados na formulação de Lacan sobre a droga, afirmam que o gozo com a droga, como alternativa ao gozo fálico, rompe com a fantasia. A satisfação auto-erótica

imediate do uso da droga é um curto circuito que economiza o caminho da fantasia. Portanto, apesar da dimensão de compulsividade no ato de uso da droga, este se faz nas antípodas da montagem fantasística. O isolamento requerido por certas práticas da droga responde por essa caracterização. A ruptura com o gozo fálico é, assim, uma ruptura com o Outro, uma “insubmissão ao serviço sexual” (Miller, [s.d.], p.137), um não querer saber da inexistência da relação sexual.

O rompimento com a fantasia também exclui que se considere esta montagem como neurótica. O uso da droga também difere do sintoma neurótico na medida em que este é, quase sempre, egodistônico, ao contrário da adesão à droga, que é tão íntima quanto um casamento (Freud, 1912a).

Como caracterizar então o sujeito envolvido no uso de drogas tal como considerado aqui? Vimos que a causação lógica da categoria do sujeito em psicanálise, dá-se pelas operações lógicas de alienação e separação. O rompimento com o gozo fálico e com a fantasia ainda nos permite caracterizar algo de uma operação de alienação, mas não sua sustentação plena, ao impedir que se articule a operação correlata, a separação, que permanece neste caso na dependência de um corte para que se supere a posição de simplesmente apartado do Outro e do falo, pela droga .

Em suas elaborações em torno da formulação lacaniana sobre a droga, Vidal & Becker (1999, p.268) enfatizam que a função do falo é marcar a existência de um gozo separado do corpo, o que se dá a partir da descoberta da sexualidade fálica pela criança, que sempre lhe causa estranhamento. O que é prazeroso aparece, assim, como exterior ao corpo até então conhecido; isto irá constituir o campo do objeto, a separação (Ibid, p.268). É neste contexto que o apartar-se do falo pelo casamento com a droga permite acolchoar possíveis disrupções na consistência imaginária.

Qualquer diagnóstico psicanalítico, neste momento em que estamos diante de um sujeito suposto gozar com a droga, deve ser excluído ou, no máximo, executado com extrema cautela, por razões inerentes à própria montagem, uma vez que nos deparamos com um indivíduo sob o influxo de um agente que tende a obturar a falta que faria advir o sujeito do desejo, o sujeito do inconsciente, aquele ao qual nos endereçamos em psicanálise. Creio não ter sido por outro motivo que Freud confessou a dificuldade da abordagem analítica com toxicômanos, e sua recusa em aceitar esse tipo de demanda de análise. Roazen (1999, p.76), num

levantamento acerca da relação de Freud com alguns de seus pacientes mais ilustres, afirma que ele considerava o vício em drogas um problema particularmente difícil de abordar.

De acordo com Zafirooulos, que afirma que “o toxicômano não existe” (Zafirooulos, 1988, p.90), vê-se que não há consistência na caracterização da categoria ‘toxicômano’, seja porque ele não pode ser reduzido a traços estruturais, seja porque, sob a influência da droga, ou melhor, de um determinado tipo de uso de drogas, não há sujeito (do inconsciente), em sentido estrito. Ainda pode-se pensar a este respeito que, dependendo da escuta que se fornece, ou há um drogadicto, ou há sujeito. Como no princípio da incerteza de Heisenberg⁷, neste caso, ou nos detemos em observar a drogadicção, e nada tenderá a surgir para além disso, ou escutamos ali o sujeito, em vias de se estruturar, propriamente, como tal.

Há que se levar em consideração, ao proceder a avaliação desta dificuldade, que se está diante de um determinado tipo de uso da droga: aquele que gera efeitos de ruptura com o gozo fálico e, portanto, com a palavra. Este uso é, por razões óbvias, particularmente resistente à abordagem analítica. O aforismo “o toxicômano faz a droga” (Freda, 1993, p.190), outro que tem um lugar dentre as considerações sobre as drogadicções no campo psicanalítico, pode apontar exatamente para o fato de que há uma distinção fundamental entre usos toxicomaniacos e outros usos de droga. Nas drogadicções, o indivíduo faz um uso da droga, que, se remete ao abuso, este não pode ser caracterizado simplesmente pela quantidade ou frequência de droga consumida. São as disposições de que ele se utiliza para, com o recurso da droga, romper com o gozo fálico, que poderão qualificar o uso abusivo da droga.

Um diagnóstico diferencial entre neurose e ‘perversão’ só pode ser tentado, portanto, nos casos de drogadicção, *a posteriori*, depois que uma outra relação diante da droga, que não a de necessidade, puder ser instituída. É que as relações do sujeito com a fantasia e com o desejo estarão obscurecidas pelo uso da droga. O estabelecimento da transferência analítica é o primeiro objetivo a se atingir para possibilitar o trabalho analítico. Por outro lado, no que tange à psicose, muitas vezes se pode identificá-la ainda no período de drogadicção ativa, mas não sem as devidas precauções ao se considerar que o apartar-se do Outro e, assim, do falo, pode, em alguns casos particulares, se assemelhar a uma

verdadeira psicose. A função diagnóstica, tomada enquanto diagnóstico estrutural, deve ficar em suspenso até que se verifique a natureza da relação com a palavra e com o desejo na ausência do recurso à droga: a psicose, por ela mesma, ‘salva’ o sujeito de passar pela castração simbólica, não havendo, a princípio, necessidade da droga para tanto. Neste caso, a função da droga será, então, outra⁸.

Resta ainda, na proposta de pensar o diagnóstico, uma questão: o que dizer dos usuários não abusivos de drogas, aqueles que não trazem a utilização das drogas como uma questão e nem como um impasse para a análise? Refiro-me àqueles que, através do uso de drogas, não alcançam algo como um rompimento com o falo. Suas palavras não aparecem intoxicadas pelo uso que fazem de determinadas substâncias; as formações do inconsciente persistem, o sujeito está lá, recordando e elaborando, trabalhando, enfim.

Mesmo sem uma intervenção direta do analista sobre este tema, o trabalho sob transferência pode esclarecer a significação das drogas na vida destes analisandos, assim como propiciar uma modificação na relação com elas, modificação que, muitas vezes, não chegaremos sequer a compreender porque ocorreu. É possível que eles encontrem, na medida de suas possibilidades, e se assim o desejarem, outras vias para amenizar os efeitos do mal estar na civilização sobre seus corpos, ou até, numa reorientação dos recursos autoplásticos para os aloplásticos, que voltem-se para o trabalho no sentido de minimizar algo deste mal estar estrutural. Mas este movimento tende a ocorrer em toda e qualquer análise, o que nos reconduz a olhar com reservas a eleição do uso de drogas como índice para o diagnóstico de qualquer estrutura clínica que seja.

IV.4.2 As relações com o Outro nas drogadicções

No capítulo anterior indiquei, a partir de Rabinovich (2004), que a dinâmica com as drogas, nas drogadicções, situa uma relação com o Outro que visa proteger, sobretudo, a *consistência do Outro da verdade*, e não, como no caso da perversão, a consistência do Outro do gozo. Esta posição situa o Outro em questão nas adicções como “para-além do desejo”(Ibid, p.32), situa-o como um não-desejante. O mais-de-gozar, o ganho de gozo obtido por esta prática, não busca fazer existir o gozo do Outro, o gozo tornado pleno, como na perversão, e sim fazer existir a verdade toda. “Esta recuperação de gozo, esta função que Lacan descobre na perversão, não implica que esteja limitada à perversão. O que Lacan

descobre na perversão é a possibilidade de que o termo ‘a’ do fantasma possa ser aplicado sobre o sujeito dividido” (Ibid, p.24-25). Sublinho que Rabinovich refere-se, na perversão, a uma identificação do sujeito com o objeto ‘a’ do *fantasma*; o ‘a’ como mais-de-gozar, difere do ‘a’ da fantasia⁹, e, como vimos, Lacan preza esta diferença, o que se mostra, por exemplo, ao recusar que se atribua ao segundo o estatuto de ser meramente uma ‘exteriorização’ do primeiro.

A obra de Aulagnier acima abordada, também indica algo semelhante. Nela, a importância que assume a morte de partes do pensamento, tomado como atividade representativa que define o próprio registro do Eu, seja pela via da produção da experiência de ‘sensorialidade pensada’ como efeito das drogas, seja pelo alheamento do pensamento próprio em benefício do pensamento de um Outro, indica a importância que tem, nestas patologias, a função da manutenção da verdade preservada da incerteza que o discurso traria ao depender de um Outro, que pode pôr à prova os pensamentos, quando surgem sob a forma de um dizer.

A posição perversa, ao implicar numa operação simultânea de assunção e de recusa da castração, possibilitada também pelo mecanismo de cisão (*Spaltung*) do eu, situa-se num momento lógico que difere da lógica das drogadicções aqui apresentada. Esta não é outra senão a própria lógica da construção da fantasia, onde a mesma está em vias de se estruturar, em função da não realização da operação de separação do Outro e a concomitante queda do objeto, com sua transposição para o campo do Outro.

IV.4.2.1 Drogadicção, fobia e perversão

Vidal & Becker (1999), trabalhando os paralelos entre a fobia e as drogadicções, afirmam que a primeira funciona como “porta de entrada na neurose” e que “o significante da droga incide no mesmo ponto que o objeto fóbico” (Ibid, p.269). Os autores indicam que o ponto de incidência da dinâmica com a droga na estrutura é o mesmo que a fobia vem a responder através da função do objeto nesta afecção: buscar algo de uma separação que, no entanto, não se realiza. A expressão utilizada por Lacan para a função da fobia na estrutura é “*plaque tournante*” (1968-69, aula de 07/05/69), placa giratória, indicando para ela uma função análoga à “do dispositivo das linhas férreas que permite desviar o trem, fazendo-o passar obrigatoriamente a outro trilho. Ela é um marco em torno

do qual pode-se construir a janela do fantasma, condição necessária para a estruturação da neurose” (Vidal & Becker, op. cit, p.269).

Esta função de placa giratória constitui a fobia não como uma neurose estruturada, mas como uma busca da neurose, que poderá alcançar a histeria ou a neurose obsessiva. A relação, neste ponto, com a perversão é a de uma junção que é marcada, entretanto, por uma diferença fundamental.

No tempo da fobia, que antecede à resposta da neurose, o sujeito se divide ante a questão do desejo que desde o campo do Outro o interpela como falta. Nesta mesma disjunção o perverso pretenderá permanecer sujeito o tempo todo na prova que endereça ao gozo do Outro, do qual quer ser o objeto que o completa. (Vidal, 1999, p.215)

Na perversão, onde se permanece “o tempo todo na prova que endereça ao gozo do Outro”, a identificação ao ‘a’ está ancorada na fantasia, já estruturada como tal. Por outro lado, nas drogadicções há, como vimos, uma alternância entre a busca da posição de objeto e a busca de um efeito separador em relação ao Outro. Vidal & Becker exemplificam esta função da droga através do filme *La Luna*, de Bernardo Bertolucci, onde “o adolescente usa claramente a droga como um ponto de ruptura no jogo de sedução com a mãe” (Vidal & Becker, 1999, p. 269). Ainda que isto não represente a totalidade das manifestações que a droga põe em jogo, há que se considerar que esta função também está presente, e, assim, pode servir para situar as drogadicções numa vertente progressiva, “em busca da neurose” (Vidal & Becker, op. cit.), ao contrário da fixidez e estabilidade que a solução perversa porta.

Além disso, o próprio remetimento da posição perversa à já referida posição de ‘instrumento do gozo do Outro’ não coincide, em sentido estrito, com a caracterização do que se obtém pela droga. Vimos que o rompimento com o Outro, ainda que parcial, é uma das características que assume a posição ocupada nas drogadicções. O gozo do Outro¹⁰, termo que aparece no *Seminário XX* de Lacan ligado ao gozo místico ou feminino, é definido em *A terceira* (1975b), como um gozo parasexuado, ou seja, um gozo acessório, substituto, semelhante, no limite, ao gozo sexual, mas impossível, e que compareceria – se ele existisse – para suprir a ausência de relação sexual. Trata-se do gozo, para o homem, da mulher suposta e, inversamente, para uma mulher, o gozo do homem que, “desgraçadamente”, diz Lacan, “é todo incluído no gozo fálico” (Ibid, p.105).

Deriva-se deste texto que o gozo do Outro está para a linguagem assim como o gozo fálico está para o corpo: ambas as relações são de exclusão, mas também de interdependência. O gozo do Outro é, portanto, fora da linguagem, fora do simbólico, mas não *sem* a linguagem, *sem* o simbólico. “Este gozo do Outro não existe, mais ainda, não poderia, lhe seria impossível existir senão pela mediação da palavra, a palavra de amor em particular (...)” (Ibid, p.105)

Melman fez, recentemente, considerações desta ordem. Para ele a desarticulação do gozo fálico é concomitante a uma desarticulação também desta dimensão do gozo do Outro: “o gozo do Outro é localizado pela castração. É necessário que haja castração para que se possa evocar a dimensão Outra. Não há gozo do Outro sem articulação com o gozo fálico” (Melman, 2002, p.77). Esta recente posição do autor deve, assim, a meu ver, ser tomada como realizando uma retificação de sua posição anterior a este respeito, a saber, a de que o gozo em questão nas drogadicções seria, justamente, o gozo do Outro (Melman, 1992).

Notas do Capítulo IV

¹ O Eu ou enunciante (aqui será grafado com inicial maiúscula) trata-se da instância que é o resultado da auto-reflexão realizada pelo processo secundário. Este termo não é idêntico ao eu (ego) freudiano pois, não há lugar aí para uma indiferenciação inicial em relação ao ‘isso’, como ocorre com o eu freudiano. Diferentemente do ego, o Eu, para Aulagnier, se apropria dos primeiros enunciados identificantes construídos pela mãe, que assim antecipa o surgimento desta instância, a qual inscreve a criança, desde o começo, em uma ordem temporal e simbólica. A auto-construção contínua do Eu (ou projeto identificatório), em Aulagnier, corresponderia, na neurose, ao conflito do eu freudiano com as instâncias ideais – eu ideal e ideal do eu – e com o supereu. Para Aulagnier, fiel a Lacan neste ponto, o Eu é uma instância diretamente vinculada à linguagem. A autora indica, entretanto, que não concebe esta instância como condenada ao desconhecimento, nem devendo ser tomada como uma instância meramente passiva na apropriação dos enunciados identificatórios, um produto passivo do discurso do Outro, pois comporta também uma face identificante. Sua principais funções são: o pensar e o investir. O pensar tem como primeira função, para Aulagnier, a construção e o investimento de conteúdos com função identificatória. Cf. Violante, 2001, pp. 39-40.

² Trata-se, para Aulagnier, da mesma exclusão da dúvida própria da atividade da fantasia. Ou seja, a certeza proporcionada pela ‘sensorialidade pensada’ é vista como equivalente, até certo ponto, da certeza que proporciona a tela da fantasia como anteparo, como janela, diante da realidade.

³ Esta posição pode sugerir uma espécie de contradição teórica com Freud, posto que desta forma a mesma instância psíquica, o supereu, ficaria sendo então o responsável pelo recalque e pelo gozo.

⁴ Incluindo a função do recalque.

⁵ Com Lacan, pode-se tomar esta operação como uma inflação do gozo do sentido, situado entre os registros imaginário e simbólico, fora do registro do real. Este é a razão pela qual se pode falar de uma tal desrealização e ‘loucura’ do pensamento.

⁶ Cf. *Essai pour une clinique psychanalytique: L'alcoolique*. In: *Scilicet 4*, 1975, p. 161-166.

L'alcoolisme. Essai pour une clinique psychanalytique. In: *Scilicet 5*, 1975, p. 105-109, artigos não assinados, à moda Bourbaki, que defendem esta idéia.

⁷ O princípio da incerteza de Werner Heisenberg, “uma das mais importantes leis da física quântica afirma que ao observarmos uma partícula subatômica, podemos optar por medir, entre outras quantidades, a posição da partícula e seu *momentum* ($p=mv$), e essas duas quantidades jamais poderão ser medidas simultaneamente com precisão. Podemos obter um conhecimento preciso sobre a posição da partícula e permanecer completamente ignorantes no tocante a seu *momentum* (e, portanto, sua velocidade) ou vice-versa. Ou, então, podemos ter um conhecimento tosco e impreciso a respeito de ambas as quantidades. Trata-se de uma limitação inerente à realidade atômica, nada tendo a ver com imperfeições de nossas técnicas de medida.” (Capra, 1983, p.110-111.)

⁸ A investigação sobre as funções da droga na psicose pedem, a meu ver, um estudo à parte. A complexidade e diversidade das formas de psicose podem justificar esta afirmação. O recorte teórico-clínico aqui adotado não inclui como um de seus objetivos o tratamento deste tema.

⁹ Tomo ambos os termos, fantasma e fantasia, como sinônimos.

¹⁰ Considero importante salientar, aqui, algo que pode ser objeto de confusão teórica. Parte da confusão que se faz habitualmente com este termo – gozo do Outro – deve-se ao fato de que quando partimos de uma investigação sobre o significante, o ‘Outro’, é, em geral, o outro sujeito que responde ou o lugar do código, daquilo que sanciona a comunicação. Entretanto, quando se parte para a investigação do gozo, o Outro assume diferente estatuto: refere-se, então, ao Outro sexo. O gozo do Outro, tomado como gozo do Outro sexo, é dito como algo que não existe, embora não deixe de ser concebido pelo neurótico, através da fantasia, e buscado pelo perverso, através dos atos que realiza.

Considerações finais

Ao longo deste estudo procurei destacar algumas diretrizes teóricas que visam orientar o tratamento clínico das drogadicções pela via da psicanálise.

Busquei circunscrever a dinâmica relacionada à drogadicção como um meio que visa uma solução definitiva, que se revela como ilusória, para o problema irreduzível que representa, para o falante, o fato de que ele deva consentir em perder algo de si mesmo para se constituir como tal. É que a partir do momento em que se fala, as relações entre o pensamento e o ser estão sujeitas a constantes modificações que desmentem qualquer posição de domínio e de auto-suficiência que se possa temporariamente encontrar, a partir do recurso a um objeto inanimado que garanta certo arremedo de unidade narcísica. Isto é algo que só pode se sustentar ao custo de um certo isolamento, que subsiste na medida em que a sexualidade pode, pela droga, ser substituída por um meio de satisfação pulsional que é intenso, e que independe, de certa forma, do recurso à alteridade para se dar.

Desta forma, pretendo ter indicado que a problemática que envolve as drogadicções está proximamente relacionada com uma determinada posição subjetiva, que não deve ser tomada como índice de uma estrutura clínica em particular, não se constituindo também como uma estrutura clínica à parte. Trata-se, apenas, de uma zona de relação que, no início do caminho que leva à constituição do sujeito como tal, configura-se como uma exclusão do pensar, e como afirmação de um ser que se crê livre de determinações que são humanas por excelência, mas que não tardarão a se recolocar, principalmente quando ele se põe a falar, quando precisa se dirigir de volta ao seu lugar de nascimento, o campo do Outro.

O refúgio numa posição alienada desta ordem é realmente possibilitado pela droga. Mas este refúgio é, na grande maioria dos casos, algo temporário. Na melhor das hipóteses, esse caminho acaba levando a uma outra posição subjetiva que é oposta à inicial: um pensar que exclui qualquer certeza sobre o ser, e que leva a uma perda do sentimento de si que se obtinha antes. A partir desta outra posição, o sujeito deverá buscar uma nova solução, ainda que também lhe seja possível retomar a posição original. Mas, situado nesta nova posição, ele agora

poderá refazer uma escolha, sobretudo se puder contar, neste momento, com o desejo de um analista, pronto para se opor a esta exclusão do pensar próprio da posição anterior, que garante algumas certezas ilusórias, mas que só subsiste ao preço de uma exclusão do sujeito do inconsciente. Esta nova posição, onde o enunciado sobre a falta a ser, o 'não sou', se revela, já configura algum endereçamento ao campo do Outro. A demanda de simbolização que daí surge, inicialmente pela via dos *acting-out*, pode encontrar no analista alguma resposta, uma interpretação, que sirva para simbolizar a falta, da qual o sujeito se esquivava e que terá de realizar que incide também sobre o Outro. Assim, ele poderá reingressar no incessante trabalho de elaboração de suas determinações simbólicas, alienado ao campo do Outro, numa relação de busca incessante, de desejo diante deste objeto que, recortado de seu corpo, agora o causa. O que ele terá visto, neste ponto, é que apesar da exigência de trabalho constante, isto o alivia de um circuito de gozo mortífero que só pode encontrar sua solução pela via do consentimento na assunção da perda.

Por outro lado, na pior das hipóteses, o sujeito poderá escolher reganhar, rapidamente, algum sentimento de si, pela via já conhecida da droga, mas a um preço que agora ele já saberá qual é: o retorno a partir do real, através de sucessivas *perdas* na realidade, que asseveram que a questão do ser não pode ser esquivada, sem que ela retorne, neste caso, pela via do ato, sobre o qual não se tem nenhum controle. Isto é, não há possibilidade de se manter nesta posição alienada senão a um custo elevado que se paga por negar seu ser marcado pela linguagem e pela incidência constitutiva do Outro. O custo desta operação é uma alternância não dialética entre as duas posições, tomadas de forma estanque. 'Sou e não penso' ou 'penso e não sou': eis a difícil alternância à qual ele estará sujeito enquanto não aceitar perder sua libra de carne.

Esta dinâmica revela que o Outro que se tenta, obstinadamente, proteger da castração, não é o Outro do gozo, como na perversão, mas, sobretudo, o Outro da verdade. Ainda que, neste caminho de realizar sua falta-a-ser, perversões mais ou menos transitórias possam também se articular, estas já indicam uma reinserção numa dinâmica fálica.

Este percurso realizado pôde também indicar que a droga deve ser concebida, não somente como um meio de defesa diante da castração, mas como algo que permite adiar a articulação de um problema mais fundamental, o

problema da existência, enquanto ainda não se dispõe de recursos para sustentá-lo sem o reforço imaginário da droga.

Diante desta outra função da droga, há, portanto, que se ter certa dose de paciência para esperar o momento em que o sujeito consinta em sair de seu isolamento pré-narcísico, auto-erótico, para articular uma demanda de simbolização deste seu drama pela via inicial dos *acting-out* e, posteriormente, da palavra articulada. Esta espera pode ser marcada pelos atos, nos quais o sujeito revela sua posição de alienação profunda. Passagens ao ato são esperadas quando ainda se está nesta posição de absoluta exclusão de um pensar inconsciente.

A livre-associação, entretanto, tenderá a deslocar esta satisfação auto-erótica da droga e das passagens ao ato, para as atuações que pedem a intervenção do psicanalista, sob a forma de uma interpretação, através de uma mudança em sua posição subjetiva, transferencial, na relação com o paciente. Eis aí o início de uma formação sintomática: o *acting-out*, assim como o sintoma, pede a interpretação que, neste caso, funda também o Outro como barrado, refundando, assim, o sujeito do inconsciente e permitindo o início de uma análise.

O analista, ao tomar em entrevistas preliminares um caso deste gênero, deve estar preparado para o risco e a responsabilidade que se apresenta, ao se encontrar diante de um paciente que precisará, por vezes, atuar de forma insensata, atentando eventualmente contra sua própria vida, antes que possa se responsabilizar por seus atos. Por esta razão, penso que o tratamento, particularmente dos casos mais severos, será facilitado em uma estrutura institucional que possa fornecer o apoio necessário aos momentos de crise que venham a ocorrer. Creio também que uma atitude compreensiva e, de certa forma, tolerante com relação aos atos que surgem quando o paciente ainda se encontra na posição original de alienação profunda, deve ser balanceado por uma atenção sensível aos limites desta compreensão, que se mostram pela consideração, em especial, do risco de morte aí envolvido. O contato empático com estes pacientes, neste momento, não deve ser tomado como uma atitude contrária à possibilidade de uma análise. Ele visa justamente a sua instauração.

Da mesma forma, o papel dos grupos de mútua-ajuda na superação desta posição alienada não deve ser desprezado pelo psicanalista. Uma atitude crítica em relação aos limites desta forma de tratamento não profissional das adições deve levar em consideração os resultados práticos que têm sido obtidos nos

grupos. Estes limites ficam indicados ao se considerar a semelhança entre a economia de gozo que se firma pelo recurso constante à droga, a paixão de se drogar, e o modo de alienação que pode se atualizar num grupo. Nos grupos em geral, e, sobretudo, neste tipo de grupo em particular, não só se permite, como se incentiva, certa adoção acrítica de um ideal comum que substitui a sustentação de um ideal do eu próprio. Ainda assim, o estudo das razões que explicariam a eficácia deste recurso para a interrupção da drogadicção ativa só teria a acrescentar à psicanálise em termos da compreensão dos fenômenos de habituação e desabituação à droga. Creio ser este um terreno fértil, e ainda pouco explorado, que poderia motivar novas pesquisas.

Considerando a etiologia desta forma de conduta patológica trans-estrutural, vimos que sua determinação principal pode ser encontrada numa tentativa de se elaborar o drama da separação pela alternância das duas posições alienantes. Entretanto, opto por propor que, embora esteja presente na grande maioria dos casos, a anterioridade constitucional de uma deficiência na operação de separação não é condição necessária para que uma drogadicção se dê. A droga, por seu singular aporte de um ganho de gozo sem igual, pode ser condição suficiente, quando aliada às contingências da vida, para que se escolha romper com o Outro e com a tela protetora da fantasia, gerando o retorno à problemática relativa à elaboração da separação mesmo em sujeitos que já a haviam superado.

A psicanálise, nos últimos anos, tem feito significativos avanços no sentido de circunscrever um campo de trabalho e abordagem desta conduta patológica. Fomos advertidos por Freud a respeito da dificuldade do tratamento psicanalítico com tais pacientes. Ainda assim, considero que os avanços feitos nos últimos anos – que se fizeram necessários em função da ubiqüidade e pregnância deste fenômeno num mundo que passou a tolerar e até mesmo, de certa forma, a incentivar modos de gozo auto-eróticos e sintomas autísticos – possibilitam considerar a existência de um campo psicanalítico das drogadicções. Há pouco tempo atrás, não mais do que dez anos, creio que seria muito difícil sustentar tal afirmação. Na época, fazia parte do discurso corrente dizer que a psicanálise seria até mesmo contra-indicada nestes casos. A mudança nesta orientação se deve ao trabalho de muitos que, em relativamente pouco tempo, talvez tenham notado que uma das condições para a sustentação do discurso psicanalítico na contemporaneidade não pode descuidar destas formas autísticas de sofrimento.

Assim, a produção teórico-clínica atual sobre a abordagem da drogadicção já pode ser considerada vasta. Hoje, já se dispõe de meios que permitem ao clínico, aquele que se dedica a este desafio, tratar psicanaliticamente tais pacientes. Quando estiver diante das grandes passagens ao ato realizadas por seu paciente, talvez para seu desespero, ou numa melhor hipótese, conseguindo circunscrever alguma angústia, ele pode recorrer ao que Lacan enunciou a respeito deste falso-ser de ‘a’ que se satisfaz com a droga e com o ato: “Não é preciso alarmar-se muito, esse falso ser é o ser de todos nós”.

Referências Bibliográficas

- ABRAHAM, K. **Teoria psicanalítica da libido**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.
- ANDRE, S. **A impostura perversa**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.
- AULAGNIER, P. **Los destinos del placer, alienación – amor – pasión**. Seminario realizado en el Hospital Sainte Anne (1977-78). Barcelona: Ediciones Petrel, 1980.
- ARMONY, N. S. **O campo das toxicomanias na clínica psicanalítica – 155 f.** Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, 2002.
- ASSOUN, P. L. **El perverso y la Mujer**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- BECKER, P.; VIDAL, E. Droga(há)ditos. In: INEM, C.; ACSELRAD, G. (Orgs.) **Drogas: Uma visão contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p.68-73.
- BION, W. **Cogitações**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BITTENCOURT, L. A paixão triste ou a narcose do desejo. In: BITTENCOURT, L. (Org.) **A vocação do êxtase**. Uma antologia sobre o homem e suas drogas. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- BRAUNSTEIN, N. A. **Goce**. Delegación Coyoacán: Siglo Veintiuno Editores, 1998.
- BRODSKY, G. **Short story: os princípios do ato analítico**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- CALLIGARIS, C. **Recherche sur la perversion comme pathologie sociale – la passion de l'instrumentalité**. Thèse pour le Doctorat Nouveau Régime em Lettres et Ciencias Humaines, Université de Provence Aix-Marseille I, 1993.
- CAPRA, F. **O tao da física**. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CEVASCO, R. Jouissance mystique et lien social. In: **Aspects du malaise dans la civilisation**. Paris: Navarin, 1987, p. 141-150.
- CLAVREUL, J. El perverso y la ley del deseo. In: AULAGNIER, P. et al. **La perversion**. Barcelona: Azul Editorial, 2000.
- CONTÉ, C. **O real e o sexual: de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DOR, J. **Estruturas e clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1991.

EHRENBERG, A. **La fatigue d'être soi – dépression et société**. Paris: Odile Jacob, 1998.

ELIA, L. 'Je pense donc j'essuie': o que retorna do exílio? In: ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C. (Org.). **Retorno do exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p.29-35.

FINK, B. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FLEISCHER, D. El goce místico y el del "toxicómano". In: **Sujeto, goce y modernidad II – Los fundamentos de la clínica**. Buenos Aires: Atuel – TyA, 1997, p.79-90.

FREDA, F.-H. Le défi français. In: MALLET, E. **Citoyenneté et toxicomanies: vivre avec les toxicomanes en Europe**. Paris: Passages, 1993.

FREUD, S. Carta 52. In: **Fragmentos de la correspondencia con Fliess (1950 [1892-99])**. Obras Completas, vol. I, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.274-279.

_____. Carta 55. In: **Fragmentos de la correspondencia con Fliess (1950 [1892-99])**. OC, vol. I, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.280-282.

_____. Carta 79. In: **Fragmentos de la correspondencia con Fliess (1950 [1892-99])**. OC, vol. I, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.314-315

_____. **Histeria (1888)**. OC, vol. I, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.41-63.

_____. **La sexualidad en la etiología de las neurosis (1898)**. OC, vol. III, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p.251-276.

_____. **Psicopatología de la vida cotidiana (1901)**. OC, vol.VI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

_____. **Tres ensayos de teoría sexual (1905a)**. OC, vol.VII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p.109-224.

_____. **El chiste y su relación con lo inconciente (1905b)**. OC, vol.VIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

_____. **Fragmento de análisis de un caso de histeria (1905 [1901])**. OC, vol.VII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p.1-108.

_____. **Mis tesis sobre el papel de la sexualidad en la etiología de las neurosis (1906 [1905])**. OC, vol. VII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p.259-272.

_____. **Pontualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia** (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente (1911 [1910]). OC, vol. XII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p. 1-76.

_____. **Sobre la más generalizada degradación da la vida amorosa** (Contribuciones a la psicología del amor, II) (1912a). OC, vol. XI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p. 169-184.

_____. **Sobre los tipos de contracción de neurosis** (1912b). OC, vol. XI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p. 33-46.

_____. **Tótem y tabú.** (1913 [1912-13]). OC, vol. XIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p.1-162.

_____. **Introducción del narcisismo** (1914). OC, vol. XIV, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p. 65-98.

_____. **Pulsiones y destinos de pulsión** (1915). OC, vol. XIV, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p. 105-134.

_____. **Complemento metapsicológico a la doctrina de los sueños** (1917 [1915]a). OC, vol. XIV, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p. 215-234.

_____. **Duelo y melancolía** (1917 [1915]b). OC, vol. XIV, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p. 235-256.

_____. El estado neurótico común (1917 [1916-17]). In: **Conferencias de introducción al psicoanálisis – Parte III – 24ª conferencia.** OC, vol. XVI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p. 344-356.

_____. **Más allá del principio de placer** (1920a). OC, vol. XVIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.1-62.

_____. **Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina** (1920b). OC, vol. XVIII, 1996, p. 137-64.

_____. **Psicología de las masas y análisis del yo** (1921). OC, vol. XVIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p. 63-136.

_____. **El yo y el ello.** (1923). OC, vol. XIX, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.1-66.

_____. **Neurosis y psicosis** (1924 [1923]). OC, vol. XIX, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p. 151-159.

_____. **El problema económico del masoquismo** (1924a). OC, vol. XIX, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.161-176

_____. **La pérdida de realidad en la neurosis y la psicosis** (1924b) OC, vol. XIX, Buenos Aires, Amorrortu, 1996, p. 189-197.

_____. **El porvenir de una ilusión** (1927a). OC, vol. XXI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p. 1-56.

_____. **El humor** (1927b). OC, vol. XXI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p.153-162.

_____. **Dostoievski y el parricidio** (1928 [1927]). OC, vol. XXI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p.171-194.

_____. **El malestar en la cultura** (1930 [1929]). OC, vol.XXI, Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.57-140.

_____. Angustia y vida pulsional (1933 [1932]). In: **Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis – 32ª conferencia**. OC, vol. XXII, Buenos Aires: Amorrortu, 1996, p. 75-103.

_____. **Escritos sobre la cocaína**. Barcelona: Anagrama, 1980.

FREUD, S.; BREUER, J. **Estudios sobre la histeria** (1893-95). OC, vol. II, Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

FREUD, S. *apud* PETIT, P. Référence partielles, extraits de textes: Sigmund Freud. In: CHASSAING, J. L. (Coord.). **Écrits Psychanalytiques Classiques sur les Toxicomanies**. Paris: Association Freudienne Internationale, 1998. p.27-39.

HASSOUN, J. **La cruauté mélancolique**. Paris: Aubier, 1995.

HARARI, R. **O que acontece no ato analítico?** A experiência da psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

HOPPER, E. A psychoanalytical theory of ‘drug addiction’: unconscious fantasies of homosexuality, Compulsions and masturbation within the context of traumatogenic processes. In: **International Journal of Psychoanalysis**, 76, 1995, p. 1121-1142.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JORGE, M. A. C. Entre psicanálise e religião: o ato toxicomaniaco. In: BITTENCOURT, L. (Org.) **A vocação do êxtase**. Uma antologia sobre o homem e suas drogas. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 9-13.

KHAN, M. **Alienación en las perversions**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1987.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do Eu, tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (1949). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 96-104.

_____. **Os complexos familiares na formação do indivíduo – ensaio de análise de uma função em psicologia** (1938). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. Formulações sobre a causalidade psíquica (1946). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.152-194.

_____. Proposição de 9 de outubro de 1967 (1967a). In: **Documentos para uma escola – publicação interna**, nº 0, Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 1983. p.28-42.

_____. Intervenção no encerramento das Jornadas de Cartéis (1975a). In: **Documentos para uma escola – publicação interna**, nº 0, Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 1983. p.110-119.

_____. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade (1960a). In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 653-691.

_____. A ciência e a verdade (1965). In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 869-892.

_____. Posição do inconsciente, no congresso de Bonneval (1964a). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 843-864.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960b). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 807-842.

_____. Kant com Sade (1963). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 778-803.

_____. Alocução sobre as psicoses da criança (1967b). In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 359-368.

_____. La tercera (1975b). In: **Intervenciones y textos 2**. Buenos Aires: Manantial, 1993, p.73-108.

_____. **O Seminário – livro I**, Os escritos técnicos de Freud (1953-54). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. **O seminário – livro II**, O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-55). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **O seminário – livro III**, As psicoses (1955-56). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O seminário – livro IV**, As relações de objeto (1956-57). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **Seminário VI**, El deseo y su interpretación (1958-59). Inédito. Versão em CD-Rom.

_____. **O seminário – livro VII**, A ética da psicanálise (1959-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O seminário – livro VIII**, A transferência (1960-61). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **Seminário IX**, La identificación (1961-62). Inédito. Versão em CD-Rom.

_____. **Le Séminaire – livre X**, L'angoisse (1962-63). Paris: Seuil, 2004.

_____. **O Seminário – livro X**, A angústia (1962-63b). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1997.

_____. **Le Séminaire – livre XI**, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse (1964b). Paris: Seuil, 1973.

_____. **Seminário XIV**, La lógica del fantasma (1966-67). Inédito. Versão em CD-Rom.

_____. **O seminário – livro XV**, O ato analítico (1967-68). Inédito. Versão não-oficial em português.

_____. **Seminário XVI**, De un Otro al otro (1968-69). Inédito. Versão em CD-Rom.

_____. **Le Séminaire – livre XVII**, L' envers de la psychanalyse (1969-70). Paris: Seuil, 1991.

_____. **Le Séminaire – livre XX**, Encore (1972-73). Paris: Seuil, 1975.

LA SAGNA, C.D.; DEFFIEUX, J.-P. (Org.). **Os casos raros, inclassificáveis, da clínica psicanalítica – A Conversação de Arcachon**. São Paulo, 1998.

LAURENT, E. Alienação e separação I. In: FELDSTEIN, R. *et al.* **Para ler o seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997a, p. 31-41.

LAURENT, E. Tres observaciones sobre la toxicomanía. In: **Sujeto, Goce y Modernidad II**. Fundamentos de la Clínica. Instituto del Campo Freudiano. Buenos Aires: Atual-TyA, 1997b. p.15-22.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LE POULICHET. S. **Toxicomanias y psicoanálisis – Las narcosis del deseo**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996a.

_____. **O tempo na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996b.

LITTLE, M. 'R' – la réponse totale de l'analyste aux besoins de son patient. In: HEIMANN, P. *et al.* **Le contre-transfert**. Paris: Navarin, 1987

MAIEROVITCH, W. **Maconha vence Bush e Kerry** (09 jul. 2004). Disponível em: <<http://tv.terra.com.br/jornaldoterra/interna/0,,OI43057-EI2413,00.html>> Acesso em 07/12/2004.

MELMAN, C. **Alcoolismo, Delinquência, Toxicomania** – Uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

_____. Des sexolitiques. In: CHASSAING, J. L. (Coord.). **Écrits Psychanalytiques Classiques sur les Toxicomanies**. Paris: Association Freudienne Internationale, 1998. p. 663-665.

_____. **L'Homme sans gravité** – jouir a tout prix. Paris: Denoël, 2002.

MILLER, J.-A. Para una investigación sobre el goce autoerótico. In: **Sujeto, Goce y Modernidad**. Fundamentos de la Clínica. Instituto del Campo Freudiano. Buenos Aires: Atual-TyA, 1995. p.13-21

_____. Clôture. In: **Analytica** n° 57. Le toxicomane e ses thérapeutes. Greta – Groupe de recherches et d'études sur la toxicomanie et l'alcoolisme. Paris: Navarin, [s.d.]. p.131-138.

_____. Les six paradigmes de la jouissance. In: **La Cause freudienne**, n°43, Paris: 1999, p.7-29.

_____. A teoria do parceiro. In: **Os circuitos do desejo na vida e na análise**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 153-207.

NOGUEIRA FILHO, D. M. **Toxicomanias**. São Paulo: Escuta, 1999.

OLIEVENSTEIN, C. **Destino do toxicômano**. São Paulo, Almed, 1985.

_____. O toxicômano e sua infância. In: BERGERET, J.; LEBLANC, J. **Toxicomanias** – uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 78-90.

OURY, J. **L'aliénation** – Séminaire de Sainte Anne, 10^e année. Paris: Éditions Galilée, 1992.

PEIXOTO JR, C. A. **Metamorfoses entre o sexual e o social** – uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

RABINOVICH, D. **Clínica da Pulsão – as impulsões**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

RABINOVITCH, S. **A forclusão** – presos do lado de fora. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

RADO, S. Les effets psychiques de l'intoxication (1926). In: CHASSAING, J. L. (Coord.). **Écrits Psychanalytiques Classiques sur les Toxicomanies**. Paris: Association Freudienne Internationale, 1998, p.327-346.

_____. La psychanalyse des pharmacotymies (1933). In: CHASSAING, J. L. (Coord.). **Écrits Psychanalytiques Classiques sur les Toxicomanies**. Paris: Association Freudienne Internationale, 1998, p. 347-366.

RASSIAL, J. –J. **O sujeito em estado-limite**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ROAZEN, P. **Como Freud trabalhava**, relatos inéditos de pacientes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RUDGE, A. M. Metapsicologia e clínica do ato. In: **Clínica psicanalítica e novas formas de subjetivação**. Tempo Psicanalítico: Revista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, vol. 32. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 37-45

_____. Versões do supereu e perversão. In: **Psicologia - Reflexão e Crítica**, vol 12, nº3, Porto Alegre, 1999.

SACHS, H. On the genesis of perversions. In: **Psychoanalytical Quarterly**, nº 55, 1986, p. 477-488.

SANTIAGO, J. Droga, ciencia y goce: sobre la toxicomanía en el campo freudiano. In: **Sujeto, Goce y Modernidad**. Fundamentos de la Clínica. Instituto del Campo Freudiano. Buenos Aires: Atual-TyA, 1995, p.137-144.

_____. **A droga do toxicômano** – uma parceria cínica na era da ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SCILICET. Essai pour une clinique psychanalytique: L'alcoolique. In: **Scilicet 4**, Paris: Seuil, 1975, p. 161-166.

_____. L'alcoolisme. Essai pour une clinique psychanalytique. In: **Scilicet 5**, Paris: Seuil, 1975, p. 105-109.

SOLER, C. Sobre la segregación (parte 1). In: **Pharmakon** vol. 3. Instituto do Campo Freudiano. Buenos Aires: TyA, 1995. p.7-14.

_____. Sobre la segregación (parte 2). In: **Pharmakon** vol. 4/5. Instituto do Campo Freudiano. Buenos Aires: TyA, 1995. p.7-15.

SOUZA, O. Aspectos clínicos e metapsicológicos do uso de drogas. In: PLASTINO, C. A. (Org.) **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002. p.93-102.

VALAS, P. **As dimensões do gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

VIDAL, E. Clínica da fobia. In: **Hans e a fobia** - Revista da Escola Letra Freudiana nº 24. Rio de Janeiro, 1999. p.209-221.

VIDAL, E.; BECKER, P. Drogadição: em busca da neurose. In: **Hans e a fobia** - Revista da Escola Letra Freudiana nº 24. Rio de Janeiro, 1999. p.265-270.

VIEIRA, M. A. Dando nome aos bois: sobre o diagnóstico na psicanálise (1998). In: FIGUEIREDO, A.C. (Org.) **Psicanálise – pesquisa e clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB – CUCA, 2001. p.171-179.

VIOLANTE, M. L. V. **Piera Aulagnier. Uma contribuição à obra de Freud**. São Paulo: Via Lettera, 2001.

ZAFIROPOULOS, M. Le toxicomane n'existe pas. In: **Analytica** nº 54. Paris: Navarin, 1988.